

GESTÃO SOCIAL • RESPONSABILIDADE SOCIAL • VOLUNTARIADO • TERCEIRO SETOR

FILANTROPIA

#70



INSTITUTO
FILANTROPIA

É TEMPO DE DOAR

O BRASIL JÁ É UM DOS DEZ PAÍSES COM MAIS DOADORES NO MUNDO,
MAS A CULTURA DA DOAÇÃO AINDA TEM MUITO ESPAÇO PARA CRESCER



ADMINISTRAÇÃO

SUCESSÃO NAS ORGANIZAÇÕES
DO TERCEIRO SETOR DEVE GARANTIR
A CONTINUIDADE DO TRABALHO

COMUNICAÇÃO

COMO UMA BOA COMUNICAÇÃO
INTERNA E EXTERNA PODE ALAVANCAR
O TRABALHO DAS INSTITUIÇÕES

ENTREVISTA • Mateus Solano fala sobre sua nomeação como embaixador de Boa Vontade do UNAIDS no Brasil e aborda o papel fundamental da cultura e da educação para o país





Fórum Interamericano de FILANTROPIA ESTRATÉGICA



24 a 27 de março de 2015
Gramado • RS

O Fórum Interamericano de Filantropia Estratégica é uma iniciativa do Instituto Filantropia que tem como objetivo reunir temas variados voltados à gestão do Terceiro Setor, envolvendo aspectos da legislação, contabilidade, comunicação, administração, voluntariado e assistência social. O evento dura quatro dias e traz profissionais brasileiros e estrangeiros dessas áreas de atuação para compartilhar conhecimento com os participantes



Mais de 100 atividades em quatro dias de evento



Minitreinamentos especiais pré-evento



Mais de 60 palestrantes



Atividades de entretenimento e integração

Para inscrições

eventos@institutofilantropia.org.br
+55 (11) 2626-4019
www.fife.org.br



Alguns palestrantes confirmados



Sérgio Monello



Marcos Biasoli



José Luiz Spigolon



Ricardo Falcão



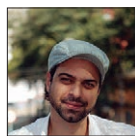
Tomáz de Aquino



Valdir Cimino



Marcio Zeppelini



Felipe Mello



Roberto Ravagnani



Rogério Martir



Ricardo Monello



Marcelo Monello



Marcelo Estraviz



Danilo Tiisel



Josenir Teixeira



Michel Freller



Ana Carolina Carrenho



Sílvia Naccache



José Alberto Tozzi



Carol Zanoti

Público-Alvo:

Profissionais do Terceiro Setor que buscam adquirir novos conhecimentos e compartilhar sua experiência com colegas da área. Gestores de ONGs, institutos e fundações em busca da sustentabilidade nas suas atividades. Empresários interessados no desenvolvimento de parcerias e aqueles que realizam atividades de responsabilidade social.

Para dúvidas, sugestões e reclamações

contato@institutofilantropia.org.br

Local do evento

Hotel Serra Azul (Gramado-RS)
Rua Garibaldi, 152 – Gramado/RS
CEP: 95670-000

Realização



Apoio



6

SER SUSTENTÁVEL



A VOZ NA MULTIDÃO

8

ENTREVISTA



DAS TELAS PARA A VIDA REAL

35

VOLUNTARIADO



FAZER O BEM FAZ BEM – SER VOLUNTÁRIO É AINDA MELHOR

87

DATA FILANTROPIA



RADAR 2014

GESTÃO SOCIAL

ESPECIAL COMUNICAÇÃO

21 Conexão global

ASSISTÊNCIA SOCIAL

24 O teor das palavras

RECURSOS HUMANOS

27 Voluntariado 2.0: Cidadania e interatividade a um click de distância

CAPTAÇÃO DE RECURSOS

30 Mobilização de recursos de pessoa física

OPINIÃO

33 Aprendizado e networking na captação de recursos

VOLUNTARIADO EMPRESARIAL

38 Voluntariado empresarial alinhado ao negócio. É possível?

COMUNICAÇÃO

41 Para construir e consolidar reputações

CONTABILIDADE

46 Atividade-Meio na entidade beneficente

LEGISLAÇÃO

51 A filantropia que mata

MULTIPLICANDO O SUAS

OPINIÃO

59 Novas regras na captação de recursos públicos

SUAS BRASIL AFORA

63 Protagonizando com arte

COMUNICAÇÃO

66 Entre o trabalho social e o cuidado: A comunicação

CONSELHOS E CONSELHEIROS

70 E teve até Toré

DIREITO E CIDADANIA

72 Programa Direito e Cidadania

FICÇÃO

74 All Star vermelho

SUSTENTABILIDADE

RESPONSABILIDADE SOCIAL

84 A importância do investimento social privado

76



CULTURA EM PROGRESSO

NÃO DÁ PARA NEGAR QUE AINDA HÁ UM LONGO CAMINHO A SER TRILHADO PARA QUE HAJA, EFETIVAMENTE, UMA CULTURA DE DOAÇÃO NO BRASIL. NO ENTANTO, ESSA É UMA MISSÃO QUE VALE A PENA SER EMPREENDIDA, AFINAL, TEMOS UM TERRENO BASTANTE FÉRTIL PARA ESSE ACULTURAMENTO



18

SUCESSÃO EM ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR

Processo deve ser cuidadosamente estudado a fim de garantir a manutenção dos projetos e a continuidade da organização social

ADMINISTRAÇÃO



12 RADAR SOCIAL

54 PAINEL DE CONTROLE

92 FIQUE LIGADO!

94 GERAÇÃO DE RENDA

96 REFLEXÃO



www.institutofilantropia.org.br

Rua Bela Cintra, 178 – Consolação – São Paulo – (11) 2626-4019

PRESIDENTE

Marcio Zeppelini

DIRETORA EXECUTIVA

Thaís Iannarelli

ATENDIMENTO

Edinete Azevedo

Daniel Ivo

Leila Souza

Sandra Campos

COMUNICAÇÃO

Fernanda Tudela

EVENTOS

Rogério Costa

PROJETOS

Mauricio Dias Lopes

Tamara Zeppellini

CONSELHO CONSULTIVO

Aron Belinky

Cleber Almeida da Silva

Dal Marcondes

Fagna Freitas

Fernanda Lyra

Joris Van Wijk

José Chapina

Livio Giosa

Mara Gabrielli

Marcus Nakagawa

Marianne Pinotti

Michel Freller

René Steuer

Rilder Campos

Tomaz de Aquino

CONSELHO DIRETOR

Danilo Tiisel

Felipe Mello

Marcelo Estraviz

Ricardo Oliveira

Rogério Paganatto

CONSELHO HONORIS CAUSA

Alfredo Norberto Fernandes

André da Silva

Cristina Zeppelini

José Mariano Zeppelini

Júlio Leme

Maria Helena Zeppelini

Rafael Baltresca

Reinaldo Oliveira

Roberto Carlos Latini

Silvia Wiedman

ALIADOS ESTRATÉGICOS



PAULUS



ZEPPELIN|
editorial



Quality
Associados



socialprofit
Desenvolvimento Social

PARCEIROS INSTITUCIONAIS



mam



REVISTA
FILANTROPIA

ISSN 1677-1362

IDEALIZADORES



IMPRESSÃO



EDITOR GERAL: Marcio Zeppelini (43.722/SP) • **EDITORA-CHEFE:** Thaís Iannarelli (MTB 46.415/SP)

REDAÇÃO: Felipe Lopes | Fernanda Tudela | Paula Craveiro | Luciano Guimarães • **EDIÇÃO:** Alexandre José de Assis | Bruna Morais | Karina Watanabe • **IMAGENS ILUSTRATIVAS:** shutterstock.com

CONSELHO EDITORIAL DELIBERATIVO: Marcelo Monello | Marcio Zeppelini | Marcos Biasioli | Mauro Zeppelini | Ricardo Monello

EU DOO, TU DOAS, ELE DOA



THÁÍS IANNARELLI
Diretora-executiva
do Instituto Filantropia

São oito horas da noite, o jantar está à mesa. A mãe, depois de muita insistência, conseguiu colocar os filhos para comer. O marido se senta. Como são católicos, iniciam sua oração. Toca o telefone:

— Aqui é da ONG Casa do Amigo da Criança Pobre de Nova Esperança do Oeste Paulista e gostaria da sua contribuição para...

— Já disse que não vou doar — grita o pai, desligando o telefone.

Melhor seria se isso fosse pura ficção. Porém, histórias como esta se repetem aos montes Brasil afora. Está certo que a cultura de doação por pessoas físicas no país ainda está muito aquém dos números da Europa e dos Estados Unidos, mas convenhamos: **o Terceiro Setor Brasileiro não sabe pedir!**



MARCIO ZEPPELINI
Presidente
do Instituto Filantropia

Temos algumas razões para que isso ainda aconteça:

1. nos últimos anos, as ONGs se acostumaram a contar com doações de empresas. Assim, **pedir para pessoa física** ainda é um universo inexplorado para muitas organizações;
2. o discurso é sempre o de uma “vítima pedindo socorro”, quando deveríamos levantar a bandeira de “**venha fazer parte da solução**”;
3. o brasileiro é desconfiado de que essa verba não será bem utilizada — esta aí um belo desafio para ser superado, usando-se a ferramenta da **transparência**;
4. existe o “mito” de que pessoa física só doa para ONGs carentes. Isso deixará de existir se suas campanhas **focarem soluções, e não problemas**;
5. o valor das doações não cobre o investimento. Outro mito! O ticket médio de doação no Brasil realmente ainda é baixo — em especial, no Norte e Nordeste do país. Mas aí entra a magnitude do “*crowd*”. Só se tem **bons resultados com o grande volume**. Há vários casos brasileiros de montantes arrecadados superiores a R\$ 5 milhões/ano, com ticket médio de R\$ 20,00;
6. os gestores sociais adoram pedir. Mas não se lembram de agradecer! E não é só dar um “muito obrigado” ou mandar cartinha de agradecimento: reconhecimento requer **dar conforto e segurança ao doador**. É preciso legitimá-lo e fidelizá-lo.

Esses são apenas exemplos. Tantas outras razões você ficará sabendo ao ler nossa matéria principal desta edição, que está imperdível.

E por falar em doação, dia 2 de dezembro foi o **Dia de Doar**. Daí, perguntaram na multidão: “*mas é para doar só no dia 2 de dezembro?*” E a resposta uníssona: “Só é para ter Consciência Negra dia 20 de novembro?”

Vamos alimentar a cultura da doação no povo brasileiro. Essa é a sua “lição de casa”!

Boa leitura!



◀ **MARCIO ZEPPELINI** é presidente do Instituto Filantropia, produtor editorial, jornalista e empreendedor. É editor da Revista Filantropia e diretor executivo da Zeppelini Editorial. Idealizou a Diálogo Social, a Diálogo Digital e a Rádio Tom Social. É palestrante motivacional e de temas relacionados à Comunicação, Desenvolvimento Pessoal, Terceiro Setor e Sustentabilidade.



A VOZ NA MULTIDÃO

Enquanto Kruschew pronunciava sua célebre denúncia contra Stalin, comenta-se que alguém no Salão do Congresso teria dito:

— Onde estava você, camarada Kruschew, quando todas essas pessoas estavam sendo massacradas?

Kruschew parou, percorreu o salão com os olhos e disse:

— O homem que acabou de fazer essa pergunta poderia ter a bondade de se levantar?

A tensão foi crescendo no grande salão. Ninguém se mexeu. Ninguém abriu a boca. Até que Kruschew disse:

— Bem, seja lá quem for, já tenho a resposta para sua pergunta: eu estava exatamente na mesma posição em que você está agora.

CRITICAR NO MEIO DA MULTIDÃO É FÁCIL

Muitas vezes, por ímpeto e sem pensar, criticamos algo sem considerar a complexidade da situação. Fazer uma crítica a algo sem ter feito parte das decisões é muito mais fácil e confortável.

Então, antes de criticar alguém por alguma situação, estabeleça uma relação de crítica entre o que você vê e o que realmente é — em especial o trabalho realizado para que aquilo esteja ali, acontecendo.

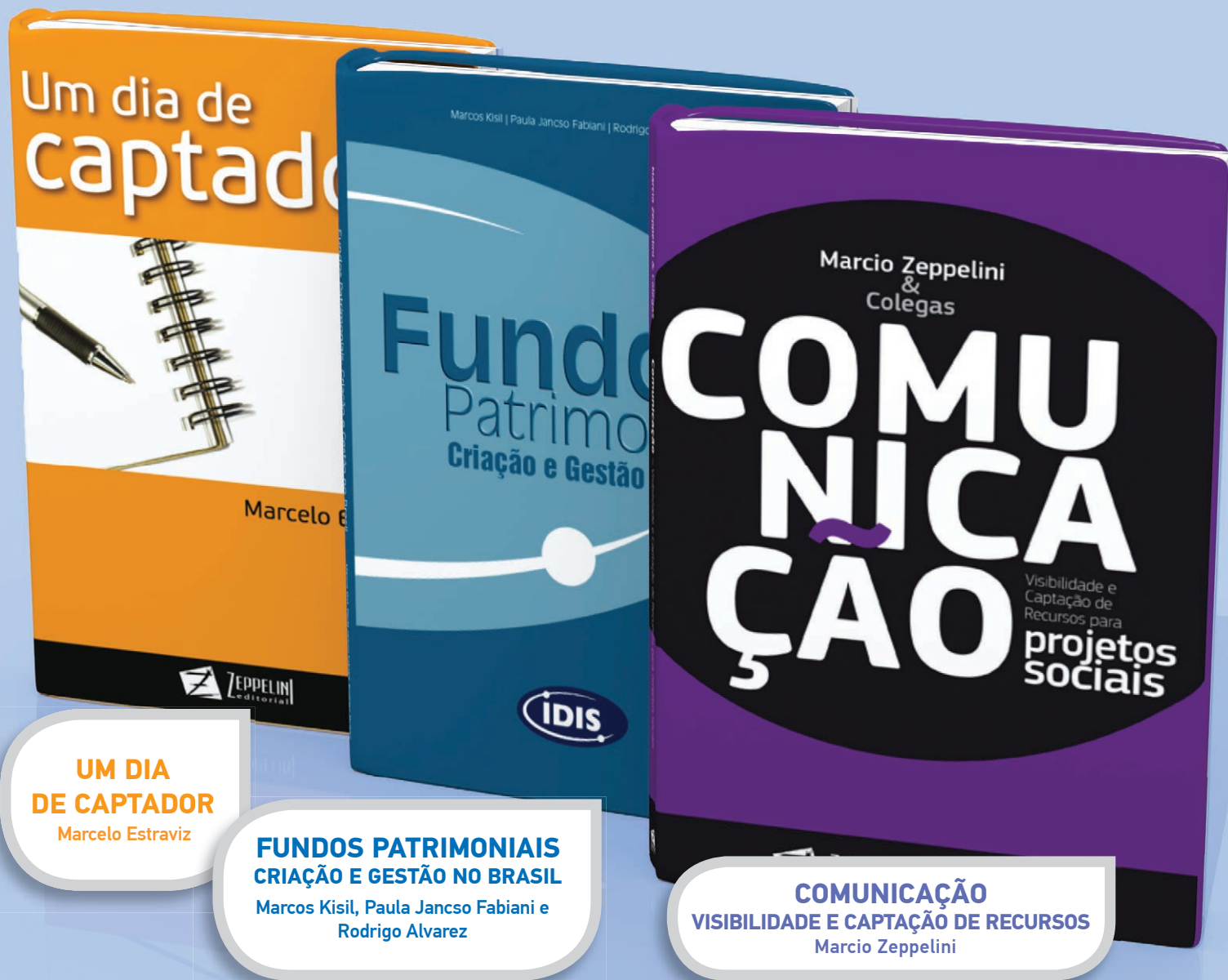
Ver as coisas pelo lado do “copo meio cheio”, em vez de ficar criticando a parte vazia do copo, é muito mais saudável do que você imagina. Ou seja, ver a parte boa das coisas, em vez de logo achar seus defeitos. Ao fazer isso, automaticamente o mundo passa também a reconhecer as suas qualidades, em vez de atirar pedras em você.

Como diz o bom amigo mineiro: “vai engolir a cachaça ou reclamar da ressaca?” 🍷

..... COLEÇÃO

FILANTROPIA

.....
Cumprindo a missão de democratizar informações para profissionalizar a área social, o Instituto Filantropia tem, entre seus canais de comunicação, três obras técnicas voltadas para captação de recursos, comunicação e fundos patrimoniais
.....



UM DIA DE CAPTADOR

Marcelo Estraviz

**FUNDOS PATRIMONIAIS
CRIAÇÃO E GESTÃO NO BRASIL**

Marcos Kisil, Paula Jancso Fabiani e
Rodrigo Alvarez

COMUNICAÇÃO
VISIBILIDADE E CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Marcio Zeppelini





DAS TELAS PARA A VIDA REAL

**APÓS VIVER PERSONAGEM MARCANTE
NA TELEVISÃO, MATEUS SOLANO
TORNA-SE EMBAIXADOR DA BOA
VONTADE DO UNAIDS NO BRASIL**

Por **Thaís Iannarelli**

Depois de ganhar ainda mais reconhecimento ao interpretar o personagem Félix, na novela *Amor à Vida*, o ator Mateus Solano agora está engajado com o que considera ser seu “papel mais importante”: o de “conscientizar o público sobre as melhores formas de prevenir o HIV e tratar a Aids — e, sobretudo, de acabar com qualquer espécie de discriminação”. Em agosto, Solano foi nomeado embaixador da Boa Vontade do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (Unaid) no Brasil. A iniciativa “Zero Discriminação”, promovida pela Unaid, tem o foco de combater a discriminação e celebrar o direito de todos a uma vida plena, produtiva e digna, sem qualquer distinção de gênero, orientação sexual, origem ou aparência.

Nascido em Brasília, Solano tornou-se conhecido antes de interpretar Félix. Viveu também o personagem Ronaldo Bóscoli, na minissérie *Maysa*, e os gêmeos Miguel e Jorge, na novela *Viver a Vida*. Com 12 anos de carreira e formado em Artes Cênicas, já atuou em quase 30 peças e foi protagonista do primeiro beijo entre um casal homossexual em uma telenovela da Rede Globo. Em entrevista à **Revista Filantropia**, Solano fala sobre seu novo título no Unaid e sobre o desenvolvimento social do país. ▶



Revista Filantropia: Você acha que a atuação de artistas e pessoas com visibilidade na mídia influencia a atitude de outras pessoas?

Mateus Solano: Eu sou um cara que tem alguma noção da importância da minha profissão. É uma profissão que, principalmente quando envolve novela, atinge um grande público. Como artista, você acaba tendo uma responsabilidade sobre o que você diz, sobre quem você é, sobre a postura com a qual você se apresenta em sociedade, ainda mais uma sociedade ultraconectada, em que tudo está na internet, tudo está exposto. Quando eu fiz o Félix, achei que tinha atingido tudo o que eu poderia atingir da minha profissão, no sentido de que consegui fazer um personagem que mexeu com as pessoas de dentro para fora, mudou até os rumos da história da novela a partir da paixão que as pessoas tiveram por esse personagem e, depois, pela história de amor desse personagem com o do Thiago Frágoso. Para mim, esse era o ápice da minha profissão. E, de repente, recebo esse convite, que veio através da minha madrastra, que trabalha no Unicef, de ser o primeiro embaixador da Boa Vontade do Unaid's no Brasil. Isso está muito além do que eu imaginava, de onde iria a minha responsabilidade social.

RF: E quais são suas expectativas como embaixador desse programa?

MS: Estou muito orgulhoso, muito honrado com o convite, com a nomeação em Brasília, e tivemos datas importantes. Aconteceu o Dia Mundial de Combate e Prevenção à Aids, em 1º de dezembro, e, a partir de então, começamos mais fortemente a campanha Zero Discriminação, que vai contra a discriminação e a favor da divulgação da informação.

RF: Embora as informações sobre a Aids estejam muito mais disseminadas na sociedade, ela ainda é, de alguma forma, vista como um tabu. Como você analisa a abordagem ao tema nos dias de hoje?

MS: A gente ouvia muito falar em Aids na década de 1980, 1990, e isso foi sendo deixado de lado porque o grande estandarte dessa luta, que foi tão importante, nesses anos que se passaram, foi responsabilidade do movimento gay, hoje movimento LGBT. Precisamos agradecer a esse movimento, que obviamente representa somente parte dos infectados, está longe de representar todos. Porém, lá atrás, eles acabaram levantando essa bandeira. Todos nós, homossexuais ou não, somos muito gratos a essa atenção tão grande que foi dada ao perigo da Aids na década de 1980. Agora, o movimento LGBT está mais concentrado em lutar contra a violência ao homossexual e a favor do próprio casamento. Mas não podemos deixar a Aids de lado, porque é importante. Ela está aí, está muito mais presente do que a gente pensa em uma sociedade como a de São Paulo, mas também em várias partes do país, e principalmente o preconceito por falta de informação.



RF: O que você acha do trabalho das ONGs no Brasil e qual é o impacto delas?

MS: Normalmente, as ONGs vêm até mim por conta da visibilidade, que o próprio Unaid's chamou de capital de empatia. É isso que eu posso trazer para as coisas, é o capital de empatia, não só a empatia que eu tenho, mas a que o público tem para comigo. Através dessa empatia, tento entrar na cabeça e no coração das pessoas para chamar a atenção às questões importantes. Acho que é um trabalho fundamental, porque a partir do G, da sigla ONG, a gente não consegue muita coisa. Então, é claro que nem tudo é perfeito, existem problemas em muitas ONGs também, mas, de maneira geral, vejo com muito otimismo. Já fui padrinho da Apae e luto por várias causas bacanas, de diversas organizações que vão me procurando.

RF: Que temas devem ser prioritariamente tratados no país, na sua opinião, em busca de um desenvolvimento mais sustentável?

MS: Eu acho que tem de ser uma coisa que foi deixada de lado há mais de década, que é a importância e a interligação entre educação e cultura. Primeiro, o respeito pelo professor, o respeito pelo papel da cultura, pois o professor é o mestre do mestre, certo? E nosso país realmente já começa mal nesse sentido. Então, já virou clichê falar de luta pela educação no Brasil. E a cultura também, que é a identidade, e as pessoas vão se esquecendo disso. A identidade dos povos começa a ser medida a partir da economia, se vai bem, se vai mal... e a economia é vazia, é um país vazio. Porém, só se pode apreciar uma boa cultura se houver uma boa educação; senão, é uma bola de neve que tem início na educação. Se a educação fosse interligada à cultura, teríamos um país mais rico, mais inteligente e mais preparado, sem dúvida. 📌

■ ■ www.unaids.org.br



MONELLO CONTADORES

CONSULTORIA CONTÁBIL E FISCAL PARA O 3º SETOR

*Mais de 45 anos de
Compromisso com
as Entidades do
Terceiro Setor*

A Monello Contadores traz inovação e técnica contábil para as empresas do Terceiro Setor, Sua missão é promover segurança, transparência, planejamento e os melhores resultados, visando assim o desenvolvimento social de seus parceiros.

Nossa visão é prestar serviços contábeis, fiscais e de assessoria, sempre pautados pela ética, responsabilidade social e ambiental, características essenciais do Terceiro Setor.

O principal intuito da Monello Contadores é oferecer os melhores serviços àqueles que têm o interesse em se tornar parceiro na construções de um País mais justo e solidário.



**MONELLO
CONTADORES**

CONSULTORIA CONTÁBIL E FISCAL PARA O 3º SETOR

Escritório Contábil Dom Bosco

SÃO PAULO/SP:

Av. Gal. Olímpio da Silveira, 655 - 1º e 2º Andar

Perdizes - CEP 01150-001

Fone/Fax: (11) 3868.6333

www.monellocontadores.com.br



NÚMERO DE DOADORES DE SANGUE REGULARES AUMENTA NO BRASIL

O número de doadores de sangue fidelizados no Brasil — aqueles que doam com regularidade — aumentou, mas continua longe do ideal. Cerca de 60% dos doadores da Fundação Pró-Sangue vêm de forma altruística e com regularidade. Mas, em alguns países, como na Inglaterra, esse percentual chega a 100%. Os especialistas também elogiaram o uso do teste de ácido nucleico (Teste NAT) no sistema de saúde público, que aumenta a segurança das transfusões de sangue. A utilização do NAT nos bancos de sangue tornou-se obrigatória há um ano no país. Ele é o único capaz de detectar a presença do vírus do HIV, da hepatite C e da hepatite B no organismo entre o dia da contaminação pelo vírus e o momento de sua manifestação (janela imunológica).

www.agenciabrasil.ebc.com.br

SEMINÁRIO INTERNACIONAL EM BRASÍLIA DISCUTE POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL

O Seminário Internacional Mundo Sem Pobreza (WWP), realizado nos dias 18 e 19 de novembro, em Brasília, discutiu os desafios que envolvem a pobreza e as desigualdades sociais, assim como os métodos a serem implementados para lidar com a questão em escala global. Cerca de 1 bilhão de pessoas vivem abaixo da linha da pobreza no mundo todo. Em 2010, o número de pessoas que viviam em extrema pobreza foi reduzido pela metade — cinco anos antes do prazo estabelecido pelos Objetivos do Milênio para a meta. O Brasil reduziu seu índice de extrema pobreza de 13,6 para 3,6% da população entre 1980 e 2012. Enquanto isso, a China baixou essa taxa de 84,3% para cerca de 6% no mesmo período. Além disso, a degradação ambiental e as mudanças climáticas ainda tendem a dificultar ainda mais este cenário, uma vez que uma parcela significativa das camadas mais pobres vive nas áreas mais vulneráveis às suas consequências, como tempestades, inundações, secas e deslizamentos de terra.

mundosempobreza.mds.gov.br

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE APRESENTA EXPERIÊNCIAS BRASILEIRAS EM CONFERÊNCIA MUNDIAL NO JAPÃO

O Ministério do Meio Ambiente foi convidado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) a apresentar projetos de educação ambiental na Conferência Mundial de Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS). O encontro ocorreu em Nagoya, Japão, de 10 a 12 de novembro. A conferência encerrou a Década das Nações Unidas de Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005–2014) e vai destacar conquistas, bem como discutir a continuidade das iniciativas. A UNESCO escolheu cinco projetos de educação desenvolvidos em cada continente para serem expostos durante o evento. No caso da América Latina e Caribe, foram escolhidas iniciativas do México, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana e Brasil.

www.observatorio3setor.com.br

ENCONTRO DISCUTE MELHORIAS EM ESPAÇOS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Representantes das centrais de interpretação da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) de todo o país participaram, no dia 18 de novembro, em Brasília, de um encontro para discutir melhorias no funcionamento dos espaços destinados ao atendimento de pessoas com deficiência auditiva. O objetivo dos centros é garantir a essas pessoas atendimento de qualidade, por meio de serviços de tradução e interpretação, além de facilitar o acesso a serviços públicos. Segundo a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH), desde 2012 foram implantadas 23 centrais em 18 estados.

www.sdh.gov.br

ESTUDO MOSTRA REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES ENTRE AS REGIÕES METROPOLITANAS

Os indicadores socioeconômicos das regiões metropolitanas brasileiras melhoraram entre 2000 e 2010 e mostram redução das disparidades entre metrópoles do norte e do sul do país. Os dados constam do Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas Brasileiras, fruto de parceria entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Fundação João Pinheiro. De acordo com o atlas, entre 2000 e 2010 as disparidades entre as 16 regiões metropolitanas analisadas diminuíram e todas se encontram na faixa de alto desenvolvimento humano. As regiões metropolitanas que apresentaram os maiores valores para o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) em 2010 foram São Paulo (0,794), Distrito Federal e Entorno (0,792), Curitiba (0,783), Belo Horizonte (0,774) e Vitória (0,772), todas com índices mais altos que os apresentados em 2000. Entre 2000 e 2010, as regiões metropolitanas que apresentavam um IDHM menor tiveram avanço maior e as que tinham índices maiores cresceram menos. Isso fez com que as diferenças entre as regiões metropolitanas diminuíssem, resultando em maior equilíbrio entre as 16 regiões pesquisadas.

www.pnud.org.br



BRASIL PIORA EM RANKING MUNDIAL DE DESIGUALDADE DE GÊNERO

O Brasil passou a ocupar o 71º lugar no ranking elaborado pelo Fórum Econômico Mundial, que analisa a desigualdade de gênero em 142 países. Houve piora em relação à pesquisa anterior, divulgada em 2013, na qual o Brasil ocupava a 62ª posição na lista. O estudo, denominado *Global Gender Report 2014*, avalia as diferenças entre homens e mulheres em aspectos como saúde, educação, economia e participação política. Segundo o relatório, o Brasil fechou menos de 70% da lacuna entre gêneros, ficando em situação similar à do ano passado. O documento cita o fato de o país ter uma presidenta mulher, mas destaca que ainda há ligeira desigualdade salarial para trabalhos similares e estimativa de renda.

www.agenciabrasil.ebc.com.br

UMA EM CADA TRÊS MULHERES É VÍTIMA DE VIOLÊNCIA NO MUNDO, MOSTRA OMS

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), 30% das mulheres são vítimas de abusos físicos. Entre 100 milhões e 140 milhões de mulheres são vítimas de mutilação genital e cerca de 70 milhões se casam antes dos 18 anos, frequentemente contra a sua vontade. Os dados indicam que 7% das mulheres correm o risco de sofrer violência em algum momento das suas vidas. A violência, exacerbada durante conflitos e crises humanitárias, tem consequências dramáticas para a saúde física e mental das vítimas. Os autores sustentaram que a violência contra as mulheres só vai retroceder se os governos colocarem mais recursos na luta e reconhecerem que ela prejudica o crescimento econômico. O documento também sustenta que os líderes mundiais deverem mudar legislações e instituições discriminatórias que encorajam a desigualdade e preparam o terreno para mais violência.

www.paho.org/bra

BRASIL É REFERÊNCIA NO COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

O Brasil é referência mundial em combate ao trabalho escravo, apesar de diversos problemas e desafios a enfrentar. A declaração foi feita pelo coordenador do Projeto de Combate ao Trabalho Escravo no Brasil da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Luiz Machado, no 3º Encontro das Comissões Estaduais para a Erradicação do Trabalho Escravo (COETRAES). Segundo Machado, no Brasil os mais vulneráveis são homens adultos, pobres, de regiões com baixo índice de desenvolvimento, em busca de trabalho em outros estados ou mesmo aliciados. Entretanto, no mundo, mulheres e crianças são mais escravizadas.

www.brasil.gov.br



NOVO GUIA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE PROPÕE DIETA MAIS SAUDÁVEL PARA BRASILEIROS

Com o apoio da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), o Ministério da Saúde lançou o novo Guia Alimentar para a População Brasileira. Mais do que um instrumento de educação alimentar e nutricional, o guia se insere dentro da estratégia global de promoção da saúde e do enfrentamento do excesso de peso, que já atinge mais da metade da população brasileira. Diferentemente de sua versão de 2006, que indicava grupos alimentares e porções recomendadas, essa edição incentiva o consumo de alimentos frescos e minimamente processados, como arroz, feijão e frutas secas, pedindo para evitar a ingestão de ultraprocessados — como macarrão instantâneo, salgadinhos de pacote e refrigerantes — a fim de se obter uma alimentação saudável e balanceada. A intenção do Guia Alimentar é promover a saúde e a boa alimentação, combatendo a desnutrição, em forte declínio em todo o país, e prevenindo enfermidades em ascensão, como a obesidade, o diabetes e outras doenças crônicas, como acidente vascular cerebral, infarto e câncer. A versão impressa do documento, com 151 páginas ilustradas, será distribuída às unidades de saúde de todo o país e a versão digital estará disponível no portal do Ministério da Saúde.

www.portalsaude.saude.gov.br

SOFTWARE AUXILIA MONITORAMENTO DE FLORESTAS POR PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO

Informações precisas são cruciais para que os governos possam gerenciar seus recursos naturais de forma sustentável, afirmou a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), ao anunciar o lançamento de um novo software que pode ajudar as nações em desenvolvimento a monitorar o estado de suas florestas. Atualmente, cerca de 80% dos países em desenvolvimento têm dificuldade em obter e utilizar informações básicas sobre seus recursos florestais. O novo programa, chamado de *Open Foris*, é uma iniciativa liderada pela FAO e inclui ferramentas para auxiliar os países a alcançar requisitos internacionais a favor da redução das emissões poluentes na atmosfera — provenientes do desmatamento e da degradação florestal — e do aumento do estoque de carbono nas florestas. O objetivo também é simplificar o processo complexo de transformação de dados, como medições de árvores e imagens de satélite, em páginas da web interativas com estatísticas, gráficos, mapas e relatórios.

www.fao.org.br

ESCRITÓRIO REGIONAL DE DIREITOS HUMANOS DA ONU CAPACITOU ORGANIZAÇÕES BRASILEIRAS DA SOCIEDADE CIVIL

O Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) realizou, em conjunto com o Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL), uma oficina sobre o uso de sistemas regionais e internacionais para a proteção dos direitos humanos. O evento aconteceu nos dias 10 e 11 de novembro, no Rio de Janeiro. O enfoque da iniciativa de capacitação foram as ferramentas de resposta a violações de direitos humanos disponíveis à sociedade civil — tendo em vista o Sistema Universal de Proteção das Nações Unidas e o Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Por meio de atividades teóricas e práticas, o ACNUDH e o CEJIL discutiram as diferentes possibilidades oferecidas pelos dois sistemas. Foram apresentados, em particular, os mecanismos de denúncias individuais para os órgãos de tratados e os procedimentos especiais para relatores e grupos de trabalho.

www.acnuhdh.org/pt-br

BRASIL TEM 33 MILHÕES DE DOADORES

A edição 2014 da pesquisa *World Giving Index* atualizou o número de doadores no país e indica existirem 33 milhões de brasileiros que apoiam financeiramente organizações da sociedade civil. O número coloca o país entre os dez maiores do mundo em número de doadores, porém somente na 71ª posição quando analisamos o número de doadores em relação ao total da população do país. Na pesquisa geral, que inclui também ajudas a estranhos na rua e voluntariado, o Brasil subiu uma posição, da 91ª para a 90ª dentre 135 países mais solidários do mundo.

bit.ly/1pToBqk



MUDANÇAS CLIMÁTICAS DIFICULTAM REDUÇÃO DA POBREZA, APONTA RELATÓRIO DO BANCO MUNDIAL

Segundo relatório divulgado pelo Banco Mundial, as mudanças climáticas estão dificultando a redução da pobreza no mundo, colocando em risco a subsistência de milhões de pessoas. O relatório informa que os impactos das mudanças climáticas, tais como eventos de calor extremo, podem ser inevitáveis, uma vez que o sistema atmosférico da Terra está 1,5°C acima dos níveis registrados em meados da era pré-industrial e, mesmo que hoje se tomem medidas de mitigação muito ambiciosas, os impactos não vão ser alterados. “As mudanças climáticas dramáticas e de calor extremo estão afetando as pessoas em todo o mundo, prejudicando lavouras e litorais e colocando em risco a segurança da água”, destaca o relatório intitulado *Turn Down the Heat: Confronting the New Climate Normal*. (Diminua o Calor: Enfrentando o Novo Clima Atual). “Essas mudanças tornam mais difícil reduzir a pobreza e colocam em risco a subsistência de milhões de pessoas”.

www.agenciabrasil.ebc.com.br

GUIA ORIENTA MÍDIA SOBRE COMO TRATAR TEMAS DE DIREITOS HUMANOS

O Coletivo Intervezes, de comunicação social, o Fórum de Juventudes do Rio e o Fórum Social de Manguinhos lançaram o Guia Mídia e Direitos Humanos sobre o papel da mídia na criação de estereótipos em relação aos moradores de comunidades. A publicação é fruto de uma parceria do Intervezes com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH) e foi elaborado depois de oficinas sobre a formação em direitos humanos feitas em cinco cidades. Durante o debate, foram apontadas questões como a construção, pela grande mídia, da ideia de que o morador de favela é criminoso e que as vítimas de violência policial são, a princípio, envolvidas com atividades ilícitas, sem direito à contestação ou defesa. Integrante do Fórum de Manguinhos e do Fórum de Juventudes, Monique Cruz explica que a construção de estereótipos é tão intensa que acaba habitando o imaginário popular até mesmo dentro das próprias comunidades marginalizadas pelos meios de comunicação. Portanto, a comunicação é importante para reverter esse quadro.

www.agenciabrasil.ebc.com.br

RELATÓRIO DO UNFPA APONTA QUE A POPULAÇÃO MUNDIAL DE 1,8 BILHÃO DE JOVENS É A CHAVE PARA O DESENVOLVIMENTO GLOBAL

Os países em desenvolvimento com uma numerosa população de jovens podem ter um grande impulso em suas economias se realizarem investimentos na juventude, com ênfase em educação, em saúde e na proteção dos direitos dessa população. É o que aponta o relatório Situação da População Mundial 2014, divulgado pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA). O relatório indica que o bônus demográfico está ocorrendo em 59 países — entre eles, o Brasil — e é uma janela de oportunidade única na história. Para aproveitar plenamente o bônus demográfico, os países precisam fazer investimentos focados nas necessidades e expectativas das pessoas jovens e na efetivação de seus direitos humanos. Segundo o relatório, existem atualmente 1,8 bilhão de jovens no mundo na faixa etária dos dez aos 24 anos, apontando que nove em cada dez jovens vivem atualmente nos países em desenvolvimento e enfrentam maiores obstáculos para o desenvolvimento de seus potenciais e o alcance de uma inserção mais produtiva na força de trabalho; 515 milhões, quase um terço do total, vivem em situação de pobreza, com menos de dois dólares por dia. E 60% da população jovem mundial estão sem trabalho — e/ou sem vínculo formal de trabalho — e fora da escola, encontrando-se, portanto, em situação mais desfavorável para contribuir com o desenvolvimento de seus países.

www.unfpa.org.br



RICARDO OLIVEIRA

DA TRADIÇÃO À GESTÃO

LIGA SOLIDÁRIA, COM 91 ANOS DE EXISTÊNCIA, FOCA NA GESTÃO PROFISSIONAL DA INSTITUIÇÃO

Por Thaís Iannarelli

Inicialmente chamada de Liga das Senhoras Católicas de São Paulo, a Liga Solidária, fundada em 1923, hoje é modelo de aplicação de ferramentas de gestão e profissionalização do trabalho interno e externo. Presidida por Carola Matarazzo desde 2012, a Liga Solidária desenvolve programas socioeducativos e de cidadania que beneficiam mais de 10 mil pessoas, de todas as idades.

Em entrevista à **Revista Filantropia**, Carola fala sobre a atuação da organização e o modelo de gestão aplicado para transformar e potencializar a atuação de uma instituição tão tradicional do país.

Entendemos que praticamente 80% dos nossos programas têm convênio com prefeituras, têm verbas públicas. Então, buscamos sempre o melhor em termos dessas políticas públicas para que elas melhorem dentro de suas demandas

Carola Matarazzo

Presidente da Liga Solidária

Revista Filantropia: Como você começou a se envolver com a área social, até chegar à Liga?

Carola Matarazzo: Na verdade, eu cresci em uma casa onde a educação foi pautada no olhar para o outro. Meus pais sempre deram o exemplo de fazer trabalho voluntário. Somos de uma família muito católica, e o ajudar o próximo faz parte da minha educação. Então, eu digo que fui privilegiada porque nasci com esse DNA. Formei-me em Administração de Empresas e posso dizer que fui uma empreendedora. Em um período de entressafra de trabalhos, a dona Lucinha Vidigal, então presidente da Liga, convidou-me para fazer um pequeno trabalho de levantamento de custos de um projeto social. A Liga estava, na época, em condição financeira difícil e querendo ampliar, ter novos rumos. Isso já faz 14 anos. Eu passei um ano fazendo essa ação e, de lá para cá, nunca mais consegui sair, fiquei encantada com o trabalho da Liga, pelo quanto eles precisavam de ajuda.

RF: Quais são as principais linhas de atuação da Liga Solidária?

CM: A Liga é uma entidade de 91 anos que nasceu da vontade de um bispo e de um grupo de senhoras católicas, que viram a necessidade da cidade de acolher algumas crianças que estavam desamparadas e extremamente carentes. Assim nasceu a Liga e ela foi se adequando conforme a demanda da cidade e o tempo. Hoje somos uma instituição grande, com atuação em educação e cidadania, olhando para a violência também. Costumamos dizer que atuamos dos 0 aos 90 anos... temos centro de educação infantil, um olhar especial para a primeira infância, o escolar de 7 a 15 anos, qualificação de 16 a 30 anos, polo de prevenção à violência doméstica, terceira idade, alfabetização de adultos, assistência à família, que é uma política pública, e tantos outros.

RF: Falando sobre gestão, quantos funcionários vocês têm? Como é realizada a administração dessas pessoas?

CM: Hoje temos em média 1.220 funcionários, em regime CLT, e atendemos 10 mil pessoas. Metade desses funcionários faz parte das mantenedoras, e duas delas estão na área de saúde, que são

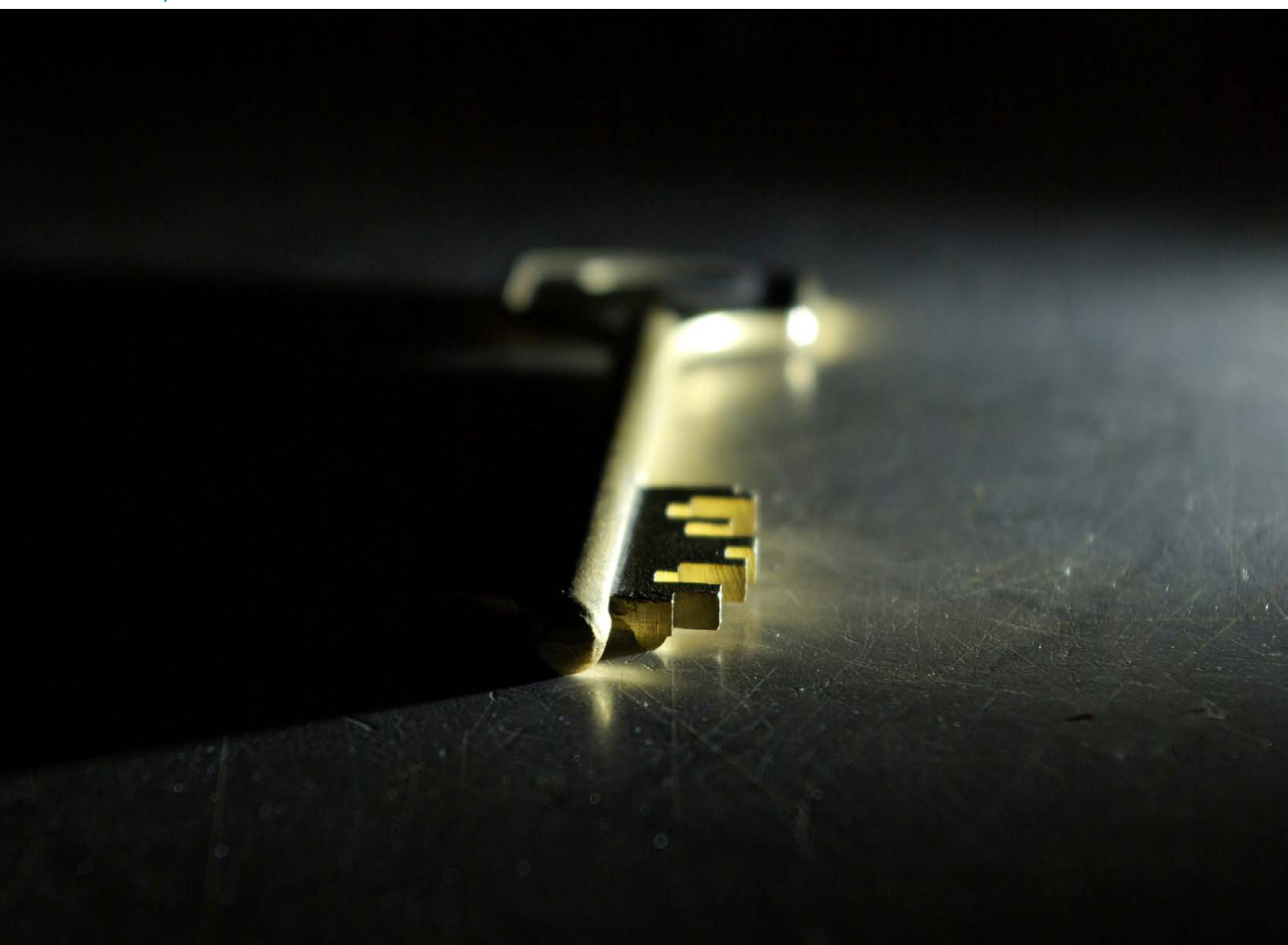
casas de idosos e possuem uma legislação própria de enfermagem, ou seja, exigem turnos de 24 horas, 7x7, o que nos dá um volume de funcionários muito grande. A gente entende hoje que faz parte da missão da Liga também zelar por essas pessoas e, por isso, temos realizado um projeto de desenvolvimento organizacional em que o RH participa ativamente, desenvolvendo lideranças dentro da instituição, promovendo processos sucessórios e capacitação contínua dos funcionários.

RF: E a questão da profissionalização, como você analisa? Como foi o processo de modernização da atuação da Liga, que já existe há mais de 90 anos?

CM: Nós nos preocupamos muito com a profissionalização. Costumo dizer que estamos em um processo que não tem fim. Há 12 anos, tivemos uma grande crise na gestão da instituição, e a então presidente teve a lucidez de perceber que precisávamos de uma nova forma de gerir os recursos, uma vez que a demanda social é enorme, e os recursos, muito poucos. Com a ajuda da Price Waterhouse Coopers, que atuou durante um ano dentro da Liga, juntamente com o conselho e a diretoria voluntários, montamos um novo plano de gestão, separado por área, do que poderíamos fazer para profissionalizar a entidade e entrar no século 21 com uma gestão moderna. Essa “Bíblia” foi seguida por dez anos e, em 2014, acabamos de implementar as últimas ações, que incluíram desligar e contratar pessoas, capacitar, implantar tecnologias e, principalmente, conscientizar os funcionários que já estavam na organização sobre a necessidade dessas mudanças.

RF: Que mudanças você pode apontar na atuação da Liga no trabalho realizado hoje em relação há alguns anos?

CM: Temos uma consciência muito forte, hoje, de que somos executores de políticas públicas. Entendemos que praticamente 80% dos nossos programas têm convênio com prefeituras, têm verbas públicas. Então, fazemos questão de dizer isso, que buscamos sempre o melhor em termos dessas políticas públicas para que elas melhorem dentro de suas demandas. 📌



SUCCESSÃO EM ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR

PROCESSO DEVE SER CUIDADOSAMENTE ESTUDADO A FIM DE GARANTIR A
MANUTENÇÃO DOS PROJETOS E A CONTINUIDADE DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Por Paula Craveiro

A sucessão é um processo inevitável para qualquer organização. Seja um diretor ou um membro do conselho, cedo ou tarde ele deixará o cargo e passará sua posição a outro profissional.

No entanto, diferentemente do que ocorre em uma empresa que visa ao lucro, as entidades sociais muitas vezes não estão devidamente preparadas para a transição de liderança.

É importante ter em mente que esse processo deve buscar, acima de tudo, o equilíbrio entre as necessidades atuais e futuras da organização. Para isso, é essencial que seja elaborado um consistente planejamento, englobando fatores que podem contribuir decisivamente para a seleção acertada do novo dirigente, como a análise dos objetivos organizacionais, pontos fortes, vulnerabilidades e potencial de crescimento, por exemplo.

“Cada vez mais as organizações do Terceiro Setor estão percebendo que essa transição é um momento crucial em suas existências. Se, por um lado, é um período de grande vulnerabilidade, por outro, pode ser visto como uma grande oportunidade para mudanças transformadoras. Não se trata apenas de alternar a liderança, mas de um processo que pode custar sua continuidade, visto que estamos falando de alguém que deve ser tanto qualificado para a situação atual quanto capaz de liderar a entidade no futuro”, explica o administrador Alan Moraes.

ESTRATÉGIAS

Toda organização será confrontada com o problema da sucessão em algum momento. A mudança de gestão deve ser preparada, planejada e implantada com cautela, a fim de que a transição não coloque em risco sua continuidade.

A sucessão deve ser percebida desde cedo como um processo fundamental, que precisa ser abordado mesmo quando não há previsão de mudança de líderes, uma vez que motivos diversos — como questões de saúde ou falecimento, por exemplo — podem levar a uma súbita ausência do líder.

“É preciso analisar se a transição está ocorrendo de maneira planejada ou se está sendo deixada por conta do acaso”, adverte Daniela Arruda, mestre em Administração. “A sucessão é considerada por muitos administradores um momento crucial para o futuro da entidade, pois essa ação pode determinar sua sobrevivência ou sua morte. Um processo sucessório bem planejado e estruturado é a chave para o êxito organizacional”.

A falta de planejamento ou de orientação para enfrentar a sucessão com o devido tempo e preparo está entre as explicações mais frequentes para o insucesso de muitas organizações. “Porém, não é nada fácil abordar e planejar a sucessão, pois os

temas relativos às entidades sociais são delicados. O assunto é muito complexo, principalmente por envolver interesses de ordem social”, lembra Daniela.

DESENVOLVIMENTO DE LIDERANÇAS

Antes de pensar na implantação de um processo de sucessão em organizações sociais, deve-se previamente considerar investir no potencial criativo e inovador das pessoas, desenvolvendo e/ou aprimorando suas habilidades, além de promover sua plena integração ao novo processo de trabalho mediante treinamento e educação geral.

Essa visão parte do pressuposto de que as pessoas formam o verdadeiro fator de sucesso de qualquer organização, uma vez que a capacidade criativa é um ativo valioso. Assim, pode-se concluir que, sem pessoas qualificadas, qualquer tentativa relacionada à implantação de um processo de sucessão em organizações sociais já se inicia comprometida, independentemente do grau de extensão de investimentos direcionados a esse fim.

Embora a aposentadoria dos líderes atuais e a consequente rotatividade no nível executivo seja um desafio para muitas organizações, é, sobretudo, uma oportunidade única da instituição redefinir a forma como ela se relaciona com seus recursos humanos.

Além disso, outros fatores se mostram fundamentais para a estruturação e/ou implantação do processo sucessório em uma entidade social, dentre os quais se destacam:



PARA ENTENDER

> SUCESSÃO

Ato ou efeito de suceder. Sequência, série de pessoas, de fatos ou de coisas que se sucedem sem interrupção ou com pequeno intervalo. Sucadimento. Transmissão de direitos ou encargos.

> SUCESSOR

Indivíduo que substituirá o mandatário. Aquele que sucede a outrem ou que o substitui em cargo, funções etc. Aquele que tem os mesmos predicados, as mesmas qualidades de outrem.

Antes de pensar na implantação de um processo de sucessão em organizações sociais, deve-se previamente considerar investir no potencial criativo e inovador das pessoas, desenvolvendo e/ou aprimorando suas habilidades, além de promover sua plena integração ao novo processo de trabalho mediante treinamento e educação geral

Segundo Daniela Arruda, há duas maneiras de executar uma sucessão. A primeira é aproveitando os recursos humanos internos (desenvolvimento de pessoas); e a segunda é buscando alguém externo. “Não existe uma receita pronta para a melhor escolha. O caminho a ser seguido depende muito da disponibilidade dos recursos humanos internos da organização para assumir a responsabilidade. Uma vantagem ao selecionar um profissional que não pertença ao atual quadro de pessoas da entidade é que ele trará novas ideias e perspectivas”, destaca.

TRANSIÇÃO

A sucessão não é um ato isolado e, sim, um processo que deve ser trabalhado de forma consciente e natural. É fundamental que se iniciem o quanto antes as conversações sobre a possibilidade de ocorrer a sucessão e planejá-la adequadamente.

“Para auxiliar o sucedido, sugere-se que, ao iniciar o processo, leve-se em consideração critérios como: ter mais de uma opção de sucessor; delegar poderes para a realização de algumas tarefas, de modo a observar o desempenho de cada um; e avaliar qual é o mais capacitado e dedicado”, destaca Alan Moraes.

Quando o processo sucessório se dá de forma inesperada ou repentina, o clima organizacional pode ser abalado, acarretando crises entre os gestores, funcionários e até mesmo entre os voluntários, principalmente em razão de conflitos entre os possíveis sucessores. As consequências decorrentes desses conflitos podem determinar o fim da organização em função da perda da identidade formada durante anos.

Assim, para que o processo de sucessão tenha, de fato, êxito, deve ser planejado com antecedência, observando alguns critérios que visem somente ao interesse da organização e, consequentemente, da sociedade em geral, com vistas à sua continuidade.

“É possível afirmar que a vantagem competitiva de qualquer organização começa e termina com suas pessoas, abrangendo, entre muitos outros fatores, os níveis de disciplina, qualificação, participação e motivação”, diz Moraes.

A diferença entre o sucesso e o fracasso de um processo de sucessão pode ser a forma de administrar a delicada relação entre o líder fundador (o sucedido) e seus gestores (potenciais sucessores). “De modo geral, as transições de liderança são vistas de forma negativa por parte da organização, uma vez que elas quebram não apenas suas rotinas, como também podem representar ameaças para a identidade organizacional. Assim, a sucessão deve ser administrada sob o conceito de transformação organizacional, e não como um processo radical de mudança. Mesmo em casos de sucessão anunciada, o processo de substituição pode gerar inquietação e sensação de crise dentro da entidade social. Por isso, os líderes precisam desenvolver habilidades e ferramentas para enfrentar essa transformação de modo positivo”, afirma Daniela Arruda.

É preciso que o novo líder, ao assumir sua posição, saiba considerar tanto as consequências das possíveis mudanças que venha a implantar, como saiba também alinhá-las às visões compartilhadas e divergentes geradas pela identidade organizacional, ou seja, os líderes devem aprender a lidar com os principais valores e crenças da entidade enquanto implantam novas políticas e práticas.

O período de transição permite à organização social olhar de modo estratégico para o futuro e buscar um líder que faça isso acontecer. Por meio desse procedimento é possível construir novas capacidades, fortalecer a visão de futuro, introduzir novas formas de lideranças e enfrentar outros desafios.

Assim, é necessário considerar que o processo sucessório não pode ser visto como um evento isolado. “É um erro pensar dessa forma, uma vez que tal processo não está restrito à simples transferência de poder. Trata-se de um processo muito mais amplo”, conclui Daniela Arruda. 📖

SIGEF 2014

by Horyou



SIGEF 2014 reuniu iniciativas de todo o mundo que visam ao desenvolvimento social

CONEXÃO GLOBAL

EVENTO SIGEF 2014, REALIZADO EM GENEBRA, REUNIU INICIATIVAS SOCIAIS DE TODO O MUNDO

Por **Thaís Iannarelli**

Uma nova filosofia na internet, segundo a qual ideias nobres são transformadas em ações e as mídias sociais são colocadas a serviço de todos. Esse é o ideal da Horyou, rede social orientada para a ação pelo bem comum que acredita que todas as gerações podem construir uma relação mais positiva com a tecnologia.

Sabe-se que o ambiente virtual é amplamente utilizado no mundo todo. No Brasil, segundo o IBGE, entre 2012 e 2013



Acima: Na foto, Marcio Zeppelini, presidente do Instituto Filantropia, que também participou e pôde divulgar suas iniciativas de profissionalização de gestores de ONGs para participantes do mundo inteiro. Abaixo: Associação Pestalozzi de Sumaré também marcou presença no evento na Suíça



houve a adição de 2,5 milhões de internautas, somando aproximadamente 86,7 milhões de usuários. Isso significa um enorme universo de oportunidades, que podem ser utilizadas pelas organizações sociais e iniciativas em prol do desenvolvimento social.

Com o objetivo de levar um pouco do mundo virtual para a interação presencial entre pessoas de todo o mundo que se dedicam a causas em prol da sociedade, além de dar mais visibilidade a projetos, ações e organizações, a Horyou organizou o Fórum de Inovação Social e Ética Global (SIGEF 2014), que aconteceu em Genebra em outubro de 2014. A ideia do Fórum foi reunir um público universal e diversificado, organizações internacionais (ONGs, fundações e associações), palestrantes que apoiam e promovem ações de solidariedade, tecnologias construtivas e a ética em todas as disciplinas.

O SIGEF 2014 foi a plataforma ideal para repensar o futuro identificando os desafios do nosso tempo, oferecendo respostas e delineando novas soluções para um desenvolvimento verdadeiramente sustentável. Ao organizar esse fórum, a Horyou quis promover uma ferramenta rica e construtiva a serviço da interação social, tanto na esfera virtual quanto no mundo real, a fim de compartilhar ideias, inspirações e ações positivas.

O SIGEF 2014 contou com a participação de mais de 50 organizações mundiais que promovem ações de solidariedade e 30 palestrantes internacionais, que discutiram durante seis sessões plenárias sobre os principais desafios que a nossa sociedade está enfrentando. Oito ateliês reuniram o público em geral, acadêmicos, profissionais, estudantes e mídia, com o objetivo de aprofundar a reflexão sobre as principais áreas temáticas. Mais de 20 empreendedores sociais apresentaram seus projetos socialmente inovadores, para os quais foram concedidos dois prêmios.

PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA

O Brasil marcou presença no SIGEF 2014! O Instituto Filantropia esteve presente, com a Revista Filantropia, assim como outras instituições. A Associação Pestalozzi de Sumaré foi uma delas. Segundo Regiane Araújo, uma das representantes da Pestalozzi, “foi muito importante participar do SIGEF 2014, pois pudemos repensar as ações futuras, identificar os desafios que encontramos e desenhar estratégias para um desenvolvimento social real”. 🇧🇷

**“No Instituto
APAE DE SÃO PAULO,
aprendi que inclusão
significa muito mais
do que dizem a
internet ou o
dicionário.”**

O Instituto APAE DE SÃO PAULO promove a disseminação do conhecimento sobre a Deficiência Intelectual, qualificando profissionais, fomentando a pesquisa científica e realizando cursos presenciais e na modalidade EaD. Matricule-se em um curso do Instituto APAE DE SÃO PAULO. Uma escolha que fará toda diferença em sua carreira.

Conheça os novos
cursos para 2015



Instituto APAE DE SÃO PAULO
Rua Loefgren, 2109 - Vila Clementino - São Paulo - SP
(11) 5080-7007 - instituto@apaesp.org.br - www.apaesp.org.br/instituto



◀ MARIA IANNARELLI é assistente social e terapeuta de família.



O TEOR DAS PALAVRAS

TERMINOLOGIA ADOTADA POR ATUANTES DO TERCEIRO SETOR É IMPORTANTE NO ATO DO CUIDAR

*Pensamos demasiadamente.
Sentimos muito pouco.
Necessitamos mais de humildade que de máquinas.
Mais de bondade e de ternura que de inteligência.
Sem isso, a vida se tornará violenta e tudo se perderá.*

Charles Chaplin

Neste artigo, abordaremos nossa prática profissional no Terceiro Setor e a forma como nosso vocabulário e as palavras que escolhemos utilizar demonstram em que lugar estamos quando falamos e agimos no dia a dia.

É possível que cometamos alguns equívocos (ou não). Mas é importante não nos esquecermos de que a palavra, depois de proferida, tem vida própria e não nos pertence mais. Ela será, literalmente, a nossa porta-voz e pode ser reproduzida inúmeras vezes, alterando conceitos e ampliando discussões.

Para um empreendedor social, um ativista social ou um técnico gabaritado na arte do cuidar, muitas vezes o silêncio é mais eloquente do que mil palavras. Essas palavras que compõem o nosso repertório vêm de uma ideologia construída no arcabouço da nossa história de vida.

E o que vem a ser, de fato, ideologia? Segundo a definição da palavra, ideologia é um “conjunto de ideias conscientes e inconscientes que constituem os objetivos primordiais do indivíduo, expectativas e ações. Uma ideologia é uma visão abrangente, uma maneira de olhar as coisas como em várias tendências filosóficas, ou um conjunto de ideias propostas pela classe dominante de uma sociedade para todos os membros da mesma (o chamado produto da socialização). As ideologias são sistemas de pensamento abstratos aplicados a questões públicas, tornando esse conceito central para a análise política. Implicitamente, qualquer tendência política ou econômica implica uma ideologia, sendo ela uma proposta explícita de pensamento ou não”.

Assim, resta saber como conceituamos e pensamos sobre a família e a comunidade, a ética do cuidar, o ativismo social, a “perfeição” esperada nos usuários dos nossos serviços, as lembranças que marcam nossa história profissional, os diversos assuntos e temas em que nos debruçamos no estudo teórico-prático, as vivências que foram nos moldando e nos ensinando a jogar, a efetivação da

prática profissional de acordo com a cultura organizacional em que nos inserimos e os princípios que norteiam a nossa atuação na vida.

Da ação que nos move aos conteúdos que nos modelam, identificamos o outro e por ele somos identificados naquilo em que acreditamos.

Quais verbos escolhemos para atuar?

- Acolher ou Atender?
- Acompanhar ou Encaminhar?
- Capacitar ou Formar?
- Significar ou Resignificar?

De que conteúdos somos feitos?

- Assistência Social ou Assistencialismo?
- Empoderamento ou Dependência?
- Emancipação ou Manipulação?

No que acreditamos?

- Espiritualidade ou em uma religião específica?
- Resiliência ou falta dela?
- Humanização do Cuidado ou Ditadura do Cuidado?

Como trabalhadores de organizações sem fins lucrativos, ou de áreas cujo braço principal envolve responsabilidade social, não estamos fora do barco alheio. Compreendendo a espiritualidade como a forma mais profunda de entendimento transcendental de cada ser humano, qualquer que seja o seu conteúdo e forma (e mesmo a ausência deles), passamos a agir de forma mais solidária para com o próximo e aceitar as diferenças nos tornam mais eficazes na realização dos nossos objetivos. Até porque essa perspectiva nos coloca em uma posição mais horizontal em relação ao que é o ideal para o outro: ele, em primeira instância, sabe o que é melhor para si próprio. 📖



SP-05 A 07 DE MAIO
CENTRO DE CONVENÇÕES REBOUÇAS

O Festival ABCR oferece uma oportunidade imperdível para educação intensiva para captadores, do iniciante ao profissional experiente.

Mega formação - 50 sessões, 700 participantes de todo o país, palestrantes internacionais de primeira linha e uma feira de expositores com ferramentas e produtos para os profissionais de desenvolvimento de todos os níveis.

E membros ABCR economizam até 320 reais na inscrição!

www.festivalabcr.org.br

Realização:



Parceiro Estratégico:



Apoio:





VOLUNTARIADO 2.0: CIDADANIA E INTERATIVIDADE A UM CLICK DE DISTÂNCIA

COMO A INTERNET PODE CONTRIBUIR PARA A REALIZAÇÃO DE AÇÕES SOCIAIS

Por Felipe William

O termo voluntariado traz consigo uma série de definições e ramificações. Pode-se dizer, de maneira resumida, que o voluntariado é uma mescla de atividades de interesse social e comunitário, na qual toda a ação realizada é revertida em prol do serviço e do trabalho. A prática voluntária é isenta de qualquer tipo de remuneração ou lucro, tornando-se, assim, uma atividade de prestígio e colaborando para a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

O serviço voluntário se transformou em um importante elemento para o crescimento do Terceiro Setor. Devido a esse tipo de atividade, muitas ações da sociedade organizada têm preenchido o pouco ou a ausência de investimentos do governo em áreas como saúde, educação, lazer etc.

Existem inúmeras instituições e organizações que adotam o serviço voluntário de milhares de pessoas, não apenas no Brasil, mas em todo o mundo. O grupo Rotary International, a Cruz Vermelha

Dentre as milhares de causas envolvidas encontram-se ações urgentes com foco na pobreza, nas mudanças e melhorias ambientais

e o Médicos Sem Fronteiras são alguns exemplos. No Brasil existe o SVI Brasil, um programa que promove o intercâmbio de serviços voltados ao voluntariado.

As ações voluntárias são atividades sérias e muitas vezes requerem especialização e profissionalismo, uma vez que empresas de diversos setores (hospitais, clínicas, escolas etc.) necessitam da contribuição de profissionais formados em diversas áreas.

O voluntariado é um movimento inerente ao exercício da verdadeira cidadania, traduzido em uma relação de solidariedade ao próximo. Ele se desenvolve por meio de projetos e programas aliados a entidades públicas e privadas que possuam condições de integrar pessoas que queiram atuar como voluntárias. Essas organizações são chamadas de “organizações promotoras”, e cabe a elas organizar os voluntários quanto ao exercício de sua atividade.

PADRÕES DO VOLUNTARIADO

Alguns princípios regem a prática do voluntariado. São eles:

- **Solidariedade:** trata-se da responsabilidade de todos os envolvidos na realização dos objetivos do voluntariado;
- **Participação:** ação dos voluntários e das instituições envolvidas nas áreas de interesse social;
- **Cooperação:** é a junção de esforços e projetos de entidades que promovem o voluntariado;
- **Complementaridade:** o indivíduo que está prestando o serviço voluntário não deve substituir os recursos humanos das entidades promotoras;
- **Gratuidade:** a pessoa que presta o serviço voluntário não é remunerada pelo trabalho exercido;
- **Responsabilidade:** o voluntário é responsável por executar o trabalho que se comprometeu a realizar, tendo em vista a expectativa criada pelas pessoas às quais a ação será destinada;
- **Convergência:** trata-se de harmonizar a atividade do voluntário com os ideais e a cultura da entidade promotora.

DIREITOS E DEVERES DE UM VOLUNTÁRIO

Dentro dessas ações sem fins lucrativos também se enquadram os direitos e os deveres do voluntário. Tais medidas auxiliam para que as atividades sejam exercidas de maneira correta e justa, tanto para os voluntários quanto para as instituições. Fazem parte dos direitos do voluntário:

- Realizar um trabalho que esteja de acordo com as suas experiências e conhecimentos;

- Poder acessar programas que auxiliem em sua formação e que possam otimizar o seu trabalho;
- Possuir um ambiente de trabalho favorável, com higiene, alimentação e segurança;
- Poder participar de decisões que dizem respeito à atividade na qual está envolvido;
- Ter reconhecimento pelo que desenvolveu ao longo do trabalho, por meio de certificação.

Dentre os deveres de um voluntário, fazem parte:

- Atentar-se e respeitar as normas e os padrões éticos da instituição que promove a ação voluntária e todos os demais envolvidos no processo;
- Mostrar-se ativo e solidário, fazendo correto uso dos bens, equipamentos e quaisquer outros tipos de recursos disponibilizados;
- Respeitar as orientações dos profissionais, atentando-se ao calendário das atividades propostas para o programa;
- Utilizar, durante toda a duração do trabalho, a identificação como voluntário e nunca atribuir a si a responsabilidade pela organização sem que haja conhecimento da mesma.

O VOLUNTARIADO A DISTÂNCIA

Entendendo o processo de funcionamento do voluntariado, tanto por parte da organização promotora quanto por parte dos voluntários, chegamos a um novo nível que a era moderna nos proporciona: o voluntariado a distância, ou voluntariado 2.0.

Com a popularização das redes sociais e da internet em si, uma nova gama de possibilidades se abriu para diversas empresas, instituições e organizações que têm como característica a prática voluntária. O voluntariado a distância, ou voluntariado 2.0, não exige a presença física na instituição, o que não isenta o voluntário de sua responsabilidade. O trabalho feito em casa pode ser encaminhado pela internet ou por meio de uma rápida visita na sede.

Em junho de 2013, a ONG Um Teto Para Meu País, que tem como objetivo acabar com a pobreza por meio de ações sociais transformadoras, realizou o projeto Grande Coleta, no qual foram distribuídos 60 pontos de coleta para doações na cidade de São Paulo. Para conseguir atrair possíveis doadores, a ONG se utilizou da rede social Foursquare, marcando os pontos de coleta para que as pessoas que passassem por perto fossem informadas do local das doações. Além dessa medida, também foram postados vídeos no Youtube dos voluntários que estavam presentes na doação. Os vídeos eram compartilhados em outras redes sociais, como Twitter e Facebook, tornando a disseminação da campanha um verdadeiro sucesso. Essa ação é um exemplo de como os organizadores e voluntários podem ajudar a transformar a sociedade por meio de uma ferramenta que se desenvolve cada dia mais: a internet.

Da mistura entre o meio digital e as transformações na sociedade surgiu o infoativismo, ou cyberativismo. Esse tipo de atividade torna possível que qualquer pessoa que tenha acesso à internet possa contribuir a favor de uma causa social. O voluntário



pode, por exemplo, utilizar as redes sociais nas quais está cadastrado (como Facebook, Twitter, Foursquare) para divulgar ou compartilhar informações sobre a causa ou projeto. Ações como o Occupy Wall Street e a Primavera Árabe tiveram grande parte de sua organização e divulgação realizadas por meio dessas redes sociais e se tornaram conhecidas mundialmente.

As redes sociais se tornaram um canal importantíssimo entre as organizações e os voluntários. É através dela que voluntários são convocados e informados sobre as atividades que irão exercer. Além disso, também é feito o acompanhamento de cada atividade a ser realizada, por meio de vídeos, fotos e transmissões ao vivo. Questões e dúvidas referentes à campanha são minuciosamente solucionadas em videoconferências e reuniões via Skype.

Um outro meio eficiente para se contribuir em uma ação social se dá por meio das petições virtuais, nas quais tudo que o voluntário

precisa fazer é efetuar o cadastro e dar apoio às campanhas que são enviadas ao seu e-mail. A Avaaz (nome que faz referência ao significado da palavra luz em várias línguas de cultura europeias, do oriente médio e até mesmo asiáticas) é uma comunidade para mobilização e integração on-line entre pessoas. É um exemplo claro de voluntariado 2.0, uma vez que seu principal objetivo é mobilizar pessoas de diversos países na elaboração de uma ponte entre a realidade atual e o mundo que as pessoas desejam.

Dentre as milhares de causas envolvidas encontram-se ações urgentes com foco na pobreza, mudanças e melhorias ambientais, conflitos armados entre nações, entre outras. O modelo de abrangência da organização permite que milhares de ações individuais, mesmo que pequenas, sejam combinadas em uma poderosa força coletiva. Além disso, o portal funciona em 15 línguas, é operado por uma equipe de profissionais em 4 continentes e tem voluntários do mundo todo.

Algum tempo atrás, os grupos e movimentos sociais que tinham atuação em nível internacional precisavam formar uma base de voluntários para cada causa, ano a ano e de país em país para que fosse possível alcançar uma escala suficiente para seguir com a campanha. Atualmente, devido ao aprimoramento da tecnologia, essas restrições não se aplicam mais. Enquanto alguns grupos são formados por causas específicas e com sua própria equipe, outros agem como um “megafone” chamando a atenção para diversos tipos de causas. A Avaaz, por exemplo, conta com um único grupo de profissionais com atuação mundial, com o objetivo principal de trabalhar com questões de interesse público. Esse tipo de método permite que a instituição tenha agilidade, flexibilidade e foco em suas atividades.

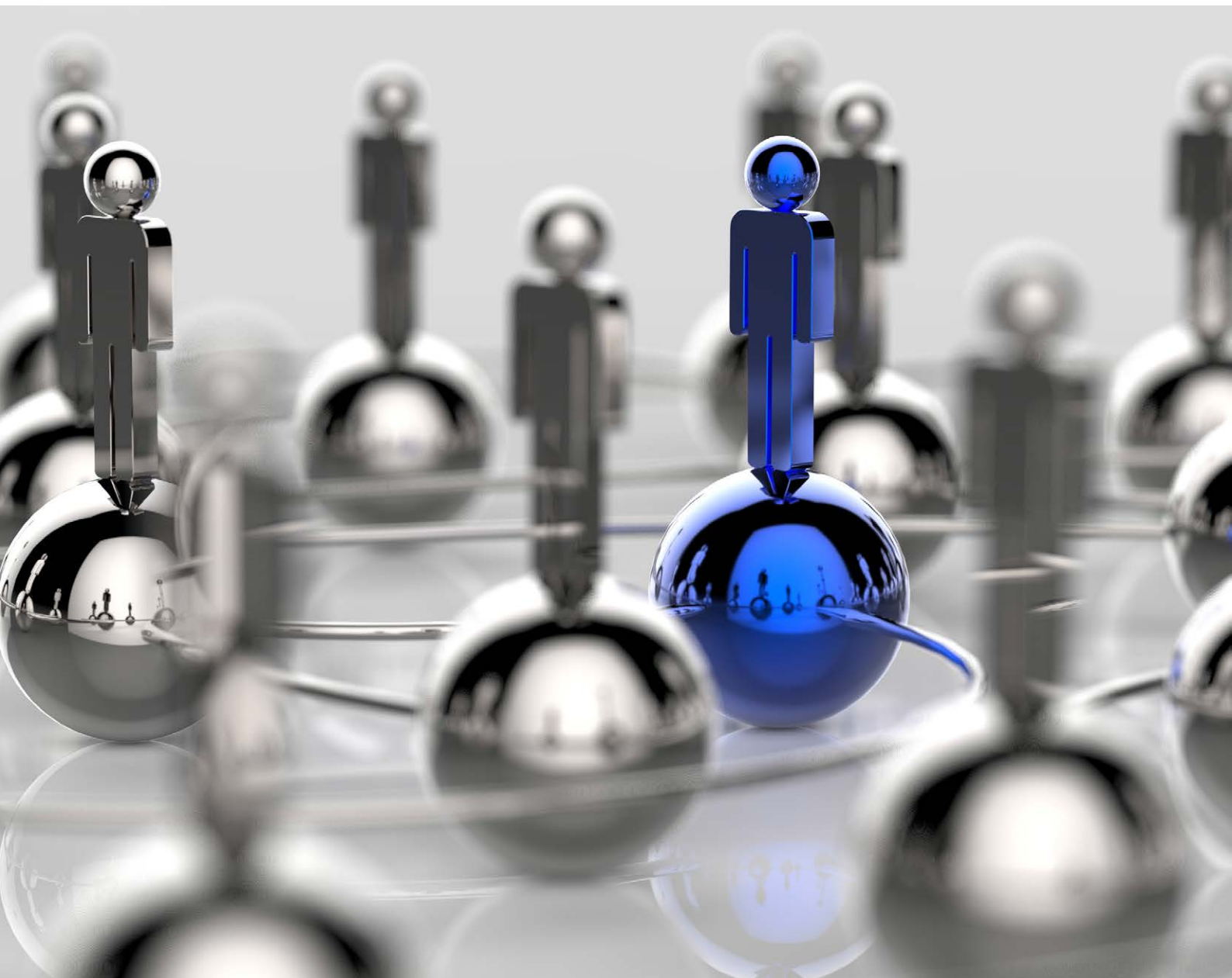
ONGs de todo o mundo já perceberam a importância de estarem incluídas no cenário digital. Existem sites com dicas valiosas de como utilizar as mídias sociais em prol de atividades relacionadas ao voluntariado, como os portais americanos Nonprofit Tech 2.0 e o Mashable. O site Voluntários Online também utiliza as mídias sociais para manter contato com o público, motivando mais e mais pessoas a se engajarem. Através de redes como Facebook, Twitter e Youtube o portal publica notícias sobre atividades voluntárias que estão em andamento ou irão ocorrer, e tira dúvidas das pessoas que desejam ajudar, mas não sabem como.

Por meio desses tipos de canais é possível levar informações relevantes sobre cidadania, ética, sustentabilidade e tecnologia para a vida das pessoas. O projeto Voluntários Online disponibiliza atualmente cerca de 40 vagas, que variam de designers e tradutores a advogados e contadores. O trabalho de voluntariado a distância traz consigo uma série de vantagens e comodidade, porém, é preciso ter em mente que é uma atividade que deve ser realizada com igual seriedade de qualquer outro trabalho.

Afinal, assume-se um compromisso e são traçadas metas para desenvolver determinada tarefa, que devem ser respeitadas para que a organização mantenha e até mesmo multiplique sua credibilidade dentro do ramo voluntário. 📌



◀ **FLAVIA LANG REVKOLEVSKY** é especialista em mobilização de recursos de pessoas físicas. Cofundadora e gestora da Ader&Lang. Possui mais de 15 anos de experiência na liderança das áreas de comunicação, marketing e desenvolvimento institucional de organizações internacionais como Greenpeace, CARE e Plan International. Fez parte da diretoria e, atualmente, é membro do Conselho Fiscal da ABCR.



MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS DE PESSOA FÍSICA

**SEGUNDA PARTE DA SÉRIE SOBRE OS SETE ELEMENTOS FUNDAMENTAIS
DE UM PROGRAMA BEM-SUCEDIDO ABORDA A COMUNICAÇÃO**

Desenvolver um programa sólido e bem-sucedido de mobilização de recursos de pessoa física é um processo de longo prazo que requer investimento e pessoas preparadas, mas tem grande potencial e garante a sustentabilidade e a independência de organizações. Continuando a série de artigos sobre mobilização de recursos de pessoas físicas, aqui abordaremos a comunicação.

A comunicação é um elemento crucial para o desenvolvimento da organização. Através dela construímos a imagem da organização, mostramos para todos os nossos públicos — doadores, potenciais doadores e beneficiários — quem somos, nossas ações, o que queremos e como eles podem participar. Quando comunicamos temos objetivos bem específicos, então, para cada um dos públicos da organização, precisamos desenvolver a forma mais adequada para atingirmos esses objetivos. Neste artigo abordaremos a comunicação exclusivamente para captação e desenvolvimento de doadores.

Antigamente, mas não há muito tempo, existiam dois grupos: as organizações e os doadores. Os doadores contribuíam financeiramente com as organizações, mas nem eles nem as organizações percebiam os doadores como parte dela. A organização realizava todo o trabalho de campo ou de pesquisa, as campanhas e a captação.

O mundo mudou. A comunicação está mais acessível a cada dia através da internet e das redes sociais, por exemplo. Hoje, pessoas comuns criam suas próprias campanhas buscando apoio para uma determinada causa, seja através de uma petição online ou da captação de recursos para um evento ou organização. As fronteiras deixaram de existir. Podemos participar e doar para campanhas em qualquer lugar do planeta. Existem milhões de pessoas que querem participar mais ativamente da mudança do mundo, e elas podem fazer isso sozinhas ou participando junto a organizações nas quais elas acreditam e confiam. Isso significa que a concorrência pode ter aumentado ou que as organizações têm uma grande oportunidade: trabalhar junto com esse grande contingente de pessoas que está disposto a mudar o mundo.

Para isso, é necessário enxergar os doadores e se comunicar com eles como sendo parte integrante da organização, criar experiências inesquecíveis para que as pessoas permaneçam apoiando a entidade, desenvolver uma comunicação de excelência que atenda às expectativas dos doadores e apoiadores. Não existe mais mais “nós e eles”. Há somente o “nós”, que inclui doadores, voluntários e outros grupos que apoiam a organização como, por exemplo, uma pessoa que assinou uma petição da organização. Todos esses públicos, de forma mais ou menos engajada, fazem parte da organização. Quando entendemos essa mudança e a incorporamos à nossa comunicação, iniciamos um processo muito interessante

pelo qual não só buscamos doadores, mas mobilizamos pessoas para a causa e as engajamos de forma mais intensa. Essa forma de apoio é muito mais poderosa, pois fortalece o relacionamento do doador com a organização, aumentando a fidelidade, permitindo um trabalho mais amplo, incluindo o apoio direto dos doadores nas campanhas da organização, bem como o aflorar de um novo papel: o doador captador de recursos.

Você já pensou em ter milhares — ou milhões — de pessoas apoiando diretamente o seu trabalho, buscando novos doadores para a organização? Não estamos falando de um grupo de embaixadores, mas de um número massivo de pessoas. Parece mentira? Veja este exemplo real: a campanha da ALSA — o desafio do balde de gelo. Milhões de pessoas não só cumpriram o desafio, mas disseminaram a causa, contribuíram financeiramente e solicitaram uma doação para a organização. Nesse caso, a maior parte desses novos captadores não eram doadores antigos, mas foi somente através da comunicação simples e desse novo papel que a instituição conseguiu superar a marca de mais de US\$ 100 milhões em pouco mais de 1 mês de campanha e mais de 3 milhões de novos doadores.

ENTÃO, COMO VAMOS NOS COMUNICAR?

É preciso desenvolver uma comunicação que todas as pessoas possam entender, para que apoiar a causa, escolham doar para essa organização, continuem contribuindo por muitos e muitos anos, e não só financeiramente. O grande desafio é transformar as informações técnicas em uma linguagem simples. A melhor forma é contar uma boa história real.

Precisamos falar a língua do nosso doador, pessoas comuns, como eu e você. Partimos do princípio de que as pessoas comuns não conhecem a fundo o nosso trabalho, não são especialistas na nossa área de atuação. Não temos muito tempo para captar a atenção de um possível doador, então, precisamos contar histórias memoráveis em pouquíssimo tempo. É preciso encantar, mobilizando as pessoas para a causa da organização e, assim, abrindo caminho para doações.

Conectar as pessoas é a chave do sucesso para essa conversão. Sendo assim, a mensagem deve ser capaz de emocionar, atingindo coração e razão.

Contar histórias é subjetivo, e nem sempre elas são bem recebidas pelas organizações.

O primeiro passo é identificar quais são essas boas histórias. A seguir, mostraremos três exemplos de histórias que podem ser contadas e que cumprem os requisitos mencionados. Todas elas funcionam, mas nem todas podem ser utilizadas por todas as organizações com sucesso. É preciso testar a comunicação para encontrar qual é a mais adequada para a sua instituição.

- 1. História da Fundação:** é a história da criação da organização, mas não a história formal. Contamos a história da origem da organização pelo olhar do fundador, a experiência pessoal que ele viveu para decidir iniciar esse trabalho. Essa experiência pode ter sido vivida por milhares de outras pessoas em diferentes circunstâncias. Detalhes são importantes para o desenvolvimento desta conexão. A narrativa é informal, como se estivesse sendo contada para um amigo em uma festa. Essa linha é muito utilizada por organizações da área da saúde.
- 2. Histórias de Vida:** a maioria das histórias foca no antes e no depois, no impacto da organização e dos doadores. É preciso também mostrar o valor que a organização adiciona ao processo para a realização das mudanças necessárias. Assim, o doador pode desenvolver uma conexão com a organização através dos seus objetivos pessoais ou de alguma situação vivenciada no passado.
É essencial usar relatos reais de forma emocional, mostrando nome e rosto. Isso tem um grande impacto. Quando conseguimos mostrar o antes e o depois de forma emocional e contar a história de uma pessoa que representa pelo que a organização está lutando, mostrando a diferença que a organização promove na vida das pessoas, temos umas das fórmulas mais fortes para conectar doadores a uma causa.

Não temos muito tempo para captar a atenção de um possível doador, então, precisamos contar histórias memoráveis em pouquíssimo tempo. É preciso encantar as pessoas, mobilizando-as para a causa da organização e, assim, abrindo caminho para doações

- 3. Histórias Futuras - Promessa Social:** quando falamos em promessa social, estamos falando do futuro, pensando nas mudanças sociais que a organização está buscando. Histórias futuras são fortes quando damos vida de forma tangível, visível e pessoal. A promessa social tem um grande potencial para motivar as pessoas a agir, já que a organização está apresentando seus sonhos, facilitando a conexão dos sonhos pessoais com os sonhos da organização.

ÓTIMAS HISTÓRIAS FAZEM A DIFERENÇA...

...mas há um ponto que muitas vezes é esquecido, ou às vezes as organizações acreditam não ser necessário; elas conseguem entender sem que as palavras sejam ditas. Esse ponto é o pedido de doação. Não adianta termos boas histórias sem um pedido explícito, tangível e que mostre a urgência e a necessidade. Por exemplo, doe R\$ 30 agora e salve uma vida; ou salve o Ártico; ou até mesmo acabe com a violência no Brasil. É preciso mostrar que precisamos do apoio, e que esse apoio faz a diferença. O pedido precisa ser claro e direto. Uma das principais razões pelas quais as pessoas não doam é porque as organizações não pedem.

Resumindo, para construirmos uma comunicação eficiente para captar e desenvolver doadores é preciso ir além da missão e da visão da organização. É essencial comunicar o propósito da entidade de forma emocional, ambiciosa e, ao mesmo tempo, precisa. Através da comunicação, deve-se mostrar que existe um grande problema a ser solucionado e que a sua organização não mede esforços para fazer isso. Realizando isso através de boas histórias, com pedido de doação claro e preciso e incluindo o doador como parte da organização, determina-se o sucesso da comunicação em uma campanha de captação de recursos e desenvolvimento do doador.

Com a definição da nossa comunicação podemos realizar o programa de aquisição de novos doadores e o desenvolvimento com os doadores, pontos que serão abordados no próximo artigo desta série. 📌





Festival ABCR também foca no profissional de captação de recursos

APRENDIZADO E *NETWORKING* NA CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Uma das máximas de Recursos Humanos é que o profissional deve buscar o aprendizado contínuo e se manter atualizado sobre tudo o que acontece em sua área de atuação. Essa máxima vale também para os captadores de recursos, esta que é uma profissão tão própria das organizações da sociedade civil e que, mesmo assim, nem sempre recebe toda a atenção necessária.

O captador, ou mobilizador de recursos, é o profissional responsável por pensar e implementar a estratégia de buscar doações para financiar as atividades transformadoras das entidades. E é assim mesmo: o financiamento das organizações da sociedade civil deve ser garantido principalmente com as doações dos indivíduos que acreditam nas causas e nas próprias organizações. Essa doação somada a outras fontes de receita, que podem ser



International Fundraising Congress, na Holanda, é evento internacional para captadores de recursos

empresas, governos, financiadores internacionais, etc., viabilizam e garantem a sustentabilidade das entidades.

Assim, para garantir o sucesso do trabalho que esses profissionais de captação realizam, eles precisam estar plenamente capacitados para a função.

Há tendências internacionais que devem ser conhecidas e podem ser implantadas pelas nossas organizações, como o *storytelling* e o *branding*, por exemplo.

Por aqui, outras iniciativas já começam a ganhar força e podem ser disseminadas, como o aperfeiçoamento de técnicas como porta-a-porta, o *direct-response TV* (captação de recursos a partir de propaganda na TV), *major donors* (grandes doadores) etc.

Por aqui, outras iniciativas já começam a ganhar força e podem ser disseminadas, como o aperfeiçoamento de técnicas como porta-a-porta, o direct-response TV (captação de recursos a partir de propaganda na TV), major donors (grandes doadores) etc

E há temas sobre os quais todos os captadores precisam saber bem, como a elaboração do plano de captação de recursos e as estratégias de captação com indivíduos, dentre outros.

No Brasil, temos inúmeras oportunidades de qualificação para captadores e mobilizadores de recursos, e há uma iniciativa na qual acreditamos ser fundamental a participação: o Festival ABCR, o maior evento nacional sobre o tema.

Esse evento, de três dias de duração, proporciona uma troca intensa de experiência entre os profissionais, que interagem com palestrantes brasileiros e de outros países e têm a oportunidade de conhecer captadores de todo o país. Possibilita, portanto, também um forte *networking*, e para a edição do próximo ano, que será em São Paulo, são esperados até 700 participantes.

O Festival ABCR, que chegará em 2015 à sua sétima edição, segue o modelo dos principais encontros no mundo, como a Conferência Internacional da AFP, nos Estados Unidos, e o International Fundraising Congress (IFC), na Holanda. Além desses, há eventos específicos de captadores na Argentina, Itália, Áustria, e vários outros países.

Um encontro como o Festival ABCR oferece exatamente aquilo que defendemos aqui: o aprendizado contínuo dos profissionais que atuam com captação de recursos. Oportunidade, portanto, que não pode passar em branco. Aguardamos vocês lá! 📍



◀ SILVIA MARIA LOUZÃ NACCACHE é coordenadora do Centro de Voluntariado de São Paulo (CVSP) desde 2003 e atua há 18 anos na área de responsabilidade social, terceiro setor e voluntariado. Formada em Ciências Biomédicas pela Universidade Federal de São Paulo (EPM - UNIFESP).

AGÊNCIA BRASIL/ VALTER CAMPANATO-ABR



Voluntários da organização não-governamental Viva Rio se apresentam para trabalhar no hospital de campanha

FAZER O BEM FAZ BEM – SER VOLUNTÁRIO É AINDA MELHOR

A alegria de fazer o bem é a única felicidade verdadeira
Leon Tolstoi

As pessoas ainda desperdiçam muita energia com brigas, discussões ou impasses bobos. Algumas pessoas fazem isso exatamente por terem muita energia e não saberem onde focar. Que tal concentrar essa energia toda em uma causa ou projeto social que vai ajudar e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e solidária?

Intenção não é ação. O mundo está cheio de boas intenções, e precisamos de mais do que isso! Vemos durante todo o tempo pessoas falando em fazer o bem. Não adianta falar do bem se, na prática, nem mesmo a gentileza é praticada. As oportunidades estão aí: escolher uma causa para chamar de sua e ajudar alguém faz com certeza com que as pessoas se sintam melhor.

Estudos científicos comprovam que fazer o bem faz bem! A psiquiatra Tatiana Mourão, professora do Departamento de Saúde Mental da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, explica que pessoas altruístas são aquelas cujas ações beneficiam os outros, sem esperar nada em troca. Na verdade, mesmo quando não há interesse subentendido, o retorno emocional é garantido. Tatiana Mourão afirma que os altruístas costumam ter mais felicidade do que as pessoas em geral. “Existe o relato de que, após uma ação generosa, a pessoa se sente aliviada, com sensação de bem-estar e melhora da autoestima. Enfim, o gesto generoso se volta para nós mesmos, deixando-nos mais contentes e satisfeitos com nossa vida”. As pesquisas de Michael J. Poulin, professor da Universidade de Buffalo, concluíram que as pessoas mais altruístas ou que exercem atividades voluntárias se sentem muito menos estressadas: “A nossa conclusão é que ajudar os outros pode reduzir a mortalidade, uma vez que diminui o estresse”.

Ainda segundo o livro *The Healing Power of Doing Good: The Health and Spiritual Benefits of Helping Others* (O poder curativo de fazer o bem: os benefícios à saúde e espirituais de ajudar os outros), escrito pelo americano Allan Luks, fazer o bem faz a pessoa se sentir bem espiritualmente e ainda contribui para melhorar a sua saúde física, mental e emocional. Neste livro o autor reuniu diversos estudos sobre os benefícios proporcionados pelo altruísmo do trabalho voluntário e identificou uma clara relação de causa e efeito entre ajudar os outros e ter boa saúde. Essas pesquisas concluíram que os participantes tiveram um aumento da sensação de bem-estar após realizar ações filantrópicas e, conseqüentemente, apresentaram uma redução em seus níveis de estresse e maior equilíbrio emocional. Mas, talvez, o resultado mais curioso tenha sido o relato dos entrevistados, após iniciar esses trabalhos, sobre a melhora e até o desaparecimento de problemas como insônia, úlceras, dores de cabeça e nas costas, depressão, gripes e resfriados.

Nas pesquisas realizadas nas Universidades de Michigan e Cornell, também nos EUA, os indivíduos que dedicam um longo período ao voluntariado vivem mais do que aqueles que não participam de nenhuma ação voltada a ajudar outras pessoas. A explicação para tal longevidade seria a melhoria geral da qualidade de vida, fruto da interação social que o comprometimento regular com atividades sociais propicia. Pesquisadores também constataram, ao acompanhar voluntárias do sexo feminino durante 30 anos, que elas têm uma capacidade maior de manter suas habilidades e aptidões físicas e mentais, natas ou desenvolvidas, ao longo da vida.

Segundo o psicólogo social Liz Dunn, verificou-se que os níveis de cortisol variavam nas pessoas que davam algum dinheiro com frequência e nas que preferiam guardar tudo: as mais egoístas estavam mais sujeitas a ter níveis elevados de cortisol, que provoca estresse e ansiedade.

CONHEÇA ALGUNS MOTIVOS PARA FAZER O BEM:

1. Ficar mais calmo e com bem-estar
2. Melhorar o ambiente familiar e profissional
3. O fato de ser transmissível
4. Estimular a proatividade e a liderança
5. Combater o estresse e reduzir o nervosismo
6. Habilidade de ser ensinado
7. Fato de que a generosidade supera o egoísmo e gera mais sucesso
8. Gerar o ciclo do bem

O altruísmo faz com que a pessoa se sinta realizada, traz bem-estar, especialmente quando ela pode ver os resultados dessa ação. O psicoterapeuta Geraldo Possendoro, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), conclui que esse bem-estar está ligado à espontaneidade de se fazer algo por iniciativa própria, não por obrigação, e por isso é prazeroso e gera tanta satisfação.

Doses de gentileza, generosidade, solidariedade e altruísmo curam os males. Mas é preciso se dedicar e escolher com atenção o que deseja realizar, e não esquecer que sempre existe algo a oferecer e doar. Algumas pessoas impressionam pelo espírito de solidariedade, arrancam elogios de quem as observa dedicar algumas horas do dia a simplesmente fazer o bem, sem cobrar retorno. Quem está de fora se pergunta como isso é possível, contagia-se e sente vontade de fazer o mesmo, mas não sabe como. Voluntários afirmam: basta dar o primeiro passo. Depois, tudo se passa de forma natural.

Conhecimento, por exemplo. Muito do que você sabe pode ser repassado às pessoas ao seu redor. Reserve alguns minutos para isso. Isso pode ser feito pessoalmente, mas a internet também lhe dá essa possibilidade. Passe mensagens mais construtivas, dê dicas sobre sua área, indique livros que leu ou bons filmes que assistiu. Um estudo, publicado na Universidade de Wisconsin-Madison, comprova que ser altruísta melhora o bem-estar e faz com que as pessoas se comprometam mais com o trabalho. “As nossas pesquisas descobriram um ponto simples, mas profundo sobre o altruísmo: ajudar os outros nos deixa mais felizes”, afirmou o pesquisador Donald Moynihan, da *American Review of Public Administration*.

Mais do que um dom, a generosidade é uma virtude que pode ser aprendida: herança do bem! Tatiana Mourão afirma que o exercício da generosidade é um aprendizado cultural: “Como psiquiatra vejo o exemplo dos pais: quando eles são generosos, os filhos tendem a ser mais generosos no futuro”. 📖

SETECO e ASPLAN há 45 anos agregando valor na gestão do Terceiro Setor

Nossa missão vai além de **TRANSPARÊNCIA**, **COERÊNCIA** e **PRECISÃO** na prestação de contas, estamos também focados na **PROFISSIONALIZAÇÃO** da gestão contábil e controles internos de entidades do terceiro setor.



Indústria



Comércio



Serviços



Terceiro Setor

- Contabilidade com resultados por projetos
- Administração de RH (folha de pagamento)
- Gestão fiscal (relação fisco x contribuinte)
- Legalizações e regularização de certidões negativas
- Auditoria fiscal preventiva
- Sistema integrado de gestão para entidades do Terceiro Setor

seteco
ASSESSORIA CONTÁBIL

asplan
SOFTWARE DE GESTÃO
CORPORATIVA E CONTÁBIL





◀ **RENATA MACEDO** é consultora de sustentabilidade pela FCM Consultoria em Sustentabilidade e membro organizadora do Grupo de Estudos de Voluntariado Empresarial.



VOLUNTARIADO EMPRESARIAL ALINHADO AO NEGÓCIO. É POSSÍVEL?

Existem algumas definições usadas como referência quando pensamos em voluntariado corporativo: “Apoio formal e organizado de uma empresa a seus funcionários e aposentados que desejam servir voluntariamente uma comunidade, com seu tempo e habilidade” (*Points of Light*). “É o conjunto de ações realizadas por empresas para incentivar e apoiar o envolvimento de seus funcionários em atividades na comunidade” (Instituto Ethos). As empresas que compõem o Conselho Brasileiro de Voluntariado Empresarial (CBVE) definem o voluntariado empresarial como uma iniciativa de responsabilidade social de empresas visando incentivar, organizar, apoiar e reconhecer ações voluntárias de participação cidadã de seus profissionais e demais públicos de relacionamento em prol da sociedade.

Como se pode perceber, há uma intencionalidade clara de aproximação da comunidade na qual a empresa está inserida, via voluntariado, utilizando-o como recurso para ajudá-la a cumprir metas de responsabilidade social.

Segundo Michael Porter, diretor do *Institute for Strategy and Competitiveness*, da *Harvard Business School*, a história da responsabilidade social empresarial passou por três fases, sendo que a terceira, que está começando agora, é a responsabilidade social do valor compartilhado, em que se cria valor tanto para a sociedade quanto para os negócios. Para chegar a ela, segundo Porter, é preciso descobrir onde os impactos das atividades da empresa são substanciais e quais os ambientes externos que a afetam.

O voluntariado pode se tornar um importante aliado para essa descoberta, tornando-se o elo da agenda da responsabilidade social que melhor faz a aproximação da ação social à identidade da empresa.

Além desse importante papel, observa-se que o trabalho voluntário está sendo aplicado nas empresas como um recurso estratégico para ajudar a cumprir metas de negócios, conforme a pesquisa “Estudo sobre Voluntariado Corporativo de Empresas Globais – O Estado da Arte do Voluntariado Empresarial”, liderada pelo Conselho Global de Voluntariado Empresarial (GCVC). Ou seja, ao invés de se basear somente no relacionamento com a comunidade, o trabalho voluntário empresarial se transformou em ferramenta de gestão estratégica da cultura corporativa, da gestão de marcas; de relações externas e de engajamento de pessoas.

Há ainda uma forte tendência dos programas de voluntariado em contribuir na gestão de recursos humanos ao formarem equipes comprometidas e eficazes, oferecendo aos empregados oportunidades de crescimento pessoal e desenvolvimento de habilidades de liderança e competências profissionais.

No entanto, ainda encontramos gestores de voluntariado que acreditam que quanto mais distantes a ação social e o voluntariado do “*business*” da empresa, melhor e mais legítimo o programa será. Porém, há de se medir os resultados e as consequências dessa escolha. Quanto mais distante do negócio, das estratégias ou da identidade da empresa, mais “marginal” o programa fica dos assuntos que possam efetivamente contribuir para o desenvolvimento da organização. Dessa maneira, o programa enfraquece e não ganha visibilidade e importância internas necessárias para o seu crescimento.

Na tendência do voluntariado estar relacionado ao ramo de atuação da empresa, naquilo que também é conhecido por “*business know how*”, no qual a empresa usa seus conhecimentos em prol de outros e estimula seus funcionários para isso, já encontramos empresas que optaram por essa linha de atuação, demonstrando que a ação voluntária não precisa necessariamente ser financeira ou ocorrer na forma de visitas a creches ou distribuição de cestas de alimentos.

Quanto mais distante do negócio, das estratégias ou da identidade da empresa, mais “marginal” o programa fica dos assuntos que possam efetivamente contribuir para o desenvolvimento da organização. Dessa maneira, o programa enfraquece e não ganha visibilidade e importância internas necessárias para o seu crescimento

Foi isso, por exemplo, que guiou o trabalho pró-bono do escritório Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados. Quando iniciaram as atividades voluntárias em 1999, por iniciativa de um de seus sócios, decidiram desde o início que o trabalho voluntário deveria estar relacionado àquilo que o escritório fazia de melhor: prestar serviços jurídicos. O escritório presta serviços a organizações sociais gratuitamente, voltadas principalmente para as áreas tributária, societária e de contratos. Em 2013 foram dedicadas 4 mil horas de serviços jurídicos para esse tipo de atividade.

De certa forma como um desdobramento dessa atividade, o escritório acabou criando uma das primeiras — e até agora poucas — bancas de atuação especializadas em consultoria jurídica para o terceiro setor.

Outro bom exemplo é o da DPZ, uma das mais famosas agências de publicidade do país. A agência sempre considerou extremamente importante a participação de forma voluntária em campanhas engajadas às causas sociais. Desde a década de 1970, já produziu alguns trabalhos clássicos, como peças publicitárias para a Fundação SOS Mata Atlântica, para a Campanha do Agasalho e para os Doutores da Alegria.

Estima-se que o mundo conta com 140 milhões de voluntários, contingente este que em um percentual considerável está inserido no segundo setor, o empresarial, que reconhece e prestigia a atuação cidadã e estratégica de suas empresas para o desenvolvimento socioeconômico do país.

O perfil do voluntariado mudou. Muito mais transformador e estratégico, pode ser uma ferramenta importante para o exercício de valor compartilhado, reconhecido por todos os públicos de relacionamento da empresa e contribuindo para o impacto social do próprio negócio, onde todos têm a oportunidade de participar e contribuir. 🏡



PARA CONSTRUIR E CONSOLIDAR REPUTAÇÕES

BEM COORDENADAS, AÇÕES DE COMUNICAÇÃO COM OS PÚBLICOS INTERNOS E EXTERNOS, COMO A ASSESSORIA DE IMPRENSA, SÃO PRÓDIGAS EM GERAR CREDIBILIDADE E ALAVANCAR O TRABALHO DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

Por Luciano Guimarães

Entre 2012 e 2013, um intenso trabalho de mídia foi decisivo para reposicionar a Associação dos Amigos do Hospital das Clínicas diante da comunidade. Naquele período, a imagem da entidade passou por uma repaginada total, que incluiu desde a reformulação da logomarca até campanhas de divulgação na mídia.

Reconhecida dentro e fora do país, e hoje considerada uma das principais fontes de informação sobre meio ambiente, a Fundação SOS Mata Atlântica também transformou sua imagem a partir de ações de marketing e de assessoria de imprensa desenvolvidas na década passada. Ao construir uma reputação sólida, a ONG consegue mais facilmente mobilizar e conscientizar a sociedade em torno de sua missão.

Os dois *cases* mostram que boa parte das organizações do Terceiro Setor definitivamente já incorporou a assessoria de imprensa e a comunicação como ferramenta protagonista para divulgar ações institucionais, momento crucial de se fazer entender pelos *stakeholders*.

A utilização da assessoria de imprensa tem ajudado muitas ONGs a se reposicionarem aos olhos da sociedade, gerando resultados positivos, por exemplo, para o incremento das doações e das finanças e facilitando o fechamento de parcerias com a iniciativa privada.

Embora os serviços básicos de uma agência de comunicação custem um valor consideravelmente elevado para os padrões da maioria das quase 500 mil entidades existentes no Brasil, que geralmente dependem de doações, muitas organizações sociais conseguem driblar esse problema por meio do voluntariado de algum jornalista sensível à causa ou do trabalho no estilo “*pro bono*” (para o bem, em latim) de uma empresa da área.

A relação com uma assessoria de imprensa inclui reuniões periódicas com a diretoria da organização, a produção de artigos opinativos desses gestores e *press releases* — assim chamados os textos institucionais para a divulgação à imprensa de ações promovidas pela ONG.

Ao iniciar o atendimento, os jornalistas encarregados de atender a conta da organização social precisarão se reunir com o cliente e realizar um *briefing*, com o objetivo de construir um plano de comunicação. Para compor o *briefing*, os gestores responderão a uma série de perguntas sobre a entidade, o que ajudará a agência a conhecer melhor a instituição e a formular toda uma estratégia de relacionamento com a imprensa e com os públicos internos e externos.

Em seguida, um ou mais porta-vozes serão escolhidos entre os diretores da ONG e ficarão encarregados de atender aos jornalistas da imprensa. Para isso, além de terem disponibilidade para os mais diversos horários, será importante que sempre mantenham a assessoria informada sobre a sua agenda, preferencialmente a da semana.

Geralmente, o trabalho de relacionamento com a mídia começa pela produção e divulgação de uma nota — a ser enviada para os veículos de comunicação que cobrem o Terceiro Setor e a própria mídia, além dos sites de relacionamento profissional voltados a jornalistas — de que a ONG tem uma assessoria de imprensa.

Paralelamente, será produzido um *press release* institucional, o qual apresentará a organização social à imprensa, divulgando as informações básicas, como missão, objetivos, atividades mais recentes, além de contar um pouco sobre o histórico da entidade, incluindo números e estatísticas, se houver.

INCLUSÃO SOCIAL

Uma das entidades que há mais tempo conta com os serviços de uma assessoria de imprensa, aproximadamente 35 anos, é a Apae de São Paulo, que se tornou referência em assuntos sobre deficiência intelectual. O trabalho da agência é remunerado, mas com valor diferenciado e simbólico.

“O trabalho com a assessoria de imprensa teve mudanças à medida que a trajetória da pessoa com deficiência foi sendo reposicionada no país, e os meios de comunicação foram utilizados como uma ferramenta importante para a inclusão social”, exemplifica Isa Degaspari, gerente de marketing e captação de recursos.

Paralelamente, explica a gestora, a Apae de São Paulo se profissionalizou e se reposicionou estrategicamente, por meio da disseminação de conhecimento sobre a deficiência intelectual em vários segmentos. Hoje, a organização é fonte de informação para a imprensa em relação ao tema.

RECONHECIMENTO NACIONAL

Em 2011, por exemplo, a Fundação Salvador Arena (FSA) realizou uma extensa pesquisa de imagem com os públicos de interesse da organização, como alunos, pais, ex-alunos, funcionários, imprensa, autoridades, entidades assistidas e fornecedores. Criada em 1964, em São Bernardo do Campo (SP), a ONG mantém atividades de apoio social voltadas à transformação social e, em especial, à educação.

“Com as informações agrupadas em um diagnóstico de imagem, foi elaborado um plano de comunicação institucional que está em andamento, com o objetivo de aumentar a visibilidade

da entidade e promover seu reconhecimento nacionalmente pelas atividades sociais realizadas”, explica Luis Carlos Rabello, diretor-executivo da FSA.

Segundo ele, o plano contemplou, além da contratação de uma assessoria de imprensa, em 2012, a criação de materiais audiovisuais, a alteração da logomarca da FSA, a criação de páginas em redes sociais e o aumento do investimento em comunicação.

Antes dessa fase, a instituição era divulgada por meio de seu site, publicidade paga e, principalmente, no boca a boca entre os assistidos. “Com a assessoria de imprensa, continuou-se investindo nessas mídias, mas conseguimos aumentar o leque de possibilidades de divulgação dos trabalhos realizados pela Fundação Salvador Arena e pelas suas unidades de ensino”, salienta Rabello.

Em dois anos de assessoramento, a relação da FSA com a imprensa cresceu de forma considerável. “Passamos de aproximadamente 85% das pautas provocadas no início dos trabalhos para um número atual de 49%, enquanto as pautas espontâneas saltaram para 51% do total. Ou seja, atualmente, somos procurados pelos veículos de comunicação para falar sobre temas fundamentais nas áreas de Terceiro Setor, educação e gestão transparente”, complementa o gestor.

MAIS VISIBILIDADE

Com um pouco mais de experiência no atendimento à imprensa, a Care Brasil conta com esse tipo de serviço desde sua fundação no país, em 2001, por meio de trabalho voluntário exercido pela agência Fundamento RP.



Da esquerda para a direita: Dr. Marcelo Cunha e Dra. Rosana Cunha, oftalmologistas e dirigentes da Fundação Oftalmológica Dr. Rubem Cunha, Ana Hickmann e Cássio Clemente, presidente da Apae de São Paulo.

“O contato com a imprensa é fundamental para dar visibilidade a causas, ainda mais se considerarmos que se trata de um setor que normalmente tem poucos recursos para investir em comunicação”, afirma Erika Saez, gerente de comunicação e engajamento da sociedade civil.

De acordo com a gestora, a assessoria de imprensa tem um impacto extremamente positivo e valioso no trabalho de qualquer ONG, contribuindo para tornar a organização mais conhecida, explicar o seu trabalho e estabelecer o seu posicionamento, além de ganhar relevância social.

“Além disso, cada vez mais os financiadores apreciam isso como um valor agregado do projeto. E não apenas porque queiram promover suas ações sociais, mas, em muitos casos, porque reconhecem e valorizam a importância dos meios de comunicação para mobilizar a sociedade e criar consciência sobre determinados temas”, argumenta Erika, reforçando que a assessoria de imprensa também funciona como atividade de apoio a uma campanha de captação de recursos que inclui outros aspectos.

PUBLICAÇÕES

Da mesma forma, a comunicação externa pode se valer da produção de boletins informativos impressos dirigidos às pessoas e às empresas que realizam doações em espécie ou em produtos. Entretanto, como a esmagadora maioria das organizações não tem condições financeiras suficientes para produzir um informativo impresso, elas podem optar por publicá-lo na internet.

A Care Brasil, por exemplo, distribui um boletim de notícias on-line, que, a cada dois meses, é enviado para cerca de

10 mil pessoas. Em determinados períodos, a entidade lança mão de comunicados específicos, principalmente quando precisam reforçar a divulgação de campanhas de maior relevância.

Além da revista *DI*, que tem tiragem semestral de 15 mil exemplares, a Apae de São Paulo distribui também o boletim eletrônico *Laboratório APAE de São Paulo*, enviado mensalmente a 29 mil profissionais da saúde e de outros segmentos.

Existem muitas outras soluções voltadas para atender à demanda por publicações na web, como o *Virtual Paper*, plataforma digital de baixo custo utilizada por diversos jornais e revistas. Por somente R\$ 9,90 a página convertida em PDF, é possível colocar no ar publicações on-line que podem ser lidas em desktops, notebooks, dispositivos Apple e Android.

As entidades com recursos escassos podem ainda recorrer a uma ferramenta bastante difundida, o *Issue*, plataforma digital para a publicação de revistas, jornais e catálogos, que pode ser utilizada gratuitamente no plano “Basic”. Para outras funcionalidades, é possível assinar planos anuais.

Essas publicações on-line podem ser enviadas para todo o mailing da ONG, por meio de programas especializados na formatação e disparo de newsletters, que já contemplam a política anti-spam contra e-mails enviados sem a anuência do destinatário.

As plataformas digitais também são de baixo custo e bastante seguras quanto à entrega dos boletins. Uma das maiores empresas de TI do país, a Locaweb — que apoiou a AACD no Teleton 2014 —, tem ferramentas confiáveis, como o *E-mail Marketing Locaweb*, a partir de R\$ 50,00 mensais para 10 mil envios.



Alunos da Fundação Salvador Arena dão entrevista para a Rede Globo de Televisão

Paralelamente, a assessoria de imprensa também poderá auxiliar a entidade a comunicar-se por meio das redes sociais, criando uma página no Facebook, no YouTube e no Twitter, com o objetivo de estreitar os laços com a comunidade. A vantagem é que a cobertura de eventos beneficentes pode ser feita em tempo real, com textos, imagens e vídeos

Quem desejar mecanismos com mais recursos, como segmentação por filtros e geolocalização do destinatário, além de relatórios com dados mais detalhados, a companhia ainda oferece o *All In Mail*, que custa a partir de R\$ 300,00 por mês para 50 mil envios.

Alternativa igualmente robusta, o *Carteiro On-line* possui pacotes pré-pagos para a produção e envio de e-mails, facilitando inclusive o controle de fluxo dos boletins. Desenvolvido pela LinkWS, a solução tem preço a partir de R\$ 25,00 para 10 mil envios.

REDES SOCIAIS

“Se você não está na internet, não existe”. Cunhado anos atrás, o ditado reflete o quão essencial se tornou a web na vida de pessoas, empresas, governos e organizações do Terceiro Setor. Primeira linha de frente na hora de mostrar-se à sociedade, a página eletrônica funciona como um cartão de visitas virtual.

Construir e manter um site também faz parte das estratégias de comunicação. A partir do site, a entidade poderá difundir informações sobre suas ações, mantendo os leitores atualizados, além de mostrar aos internautas detalhes sobre a diretoria, a missão e os objetivos do trabalho desenvolvido.

A organização social tem, inclusive, a oportunidade de rentabilizar o site por meio do *Google AdSense*, que exhibe os anúncios nas páginas ou nos vídeos produzidos e postados pela instituição. Por meio do clique dos internautas, consegue-se obter algum recurso.

Na FSA, por exemplo, alguns conteúdos são publicados nos sites institucionais da fundação e do Centro Educacional da FSA, nas páginas das redes sociais e na revista impressa *Crescendo Juntos*, distribuída aos alunos, pais e funcionários da instituição.

“Com este trabalho, temos tido resultados bem interessantes, como o aumento da visibilidade em mídia espontânea, número de inscrições no vestibular e, ainda, maior engajamento do público interno na divulgação e compartilhamento de informações”, enfatiza Luis Carlos Rabello, diretor-executivo da FSA.

Outra forma de conseguir recursos é a comercialização de espaços para banners de empresas apoiadoras, responsável por gerar cifras para o incremento das atividades da instituição.

Paralelamente, a assessoria de imprensa também poderá auxiliar a entidade a comunicar-se por meio das redes sociais, criando uma página no *Facebook*, no *YouTube* e no *Twitter*, com o objetivo de estreitar os laços com a comunidade. A vantagem é que a cobertura de eventos beneficentes pode ser feita em tempo real, com textos, imagens e vídeos.

Independentemente do meio utilizado pela entidade — assessoria de imprensa, sites institucionais ou o recente fenômeno trazido pelas redes sociais —, o fato é que a mensagem da organização social sempre deve chegar aos destinatários da maneira mais clara possível. 📌

■ www.sosma.org.br | www.amigosdohc.org.br | www.fundacaosalvadorarena.org.br | www.apaesp.org.br | www.care.org.br | <http://virtualpaper.com.br> | <http://issuu.com> | www.locaweb.com.br | www.allinmail.com.br | www.carteiroonline.com.br

MARKET



ANALYSIS

EMPRESA DE PESQUISA DE MERCADO ESPECIALIZADA EM ESTUDOS DE INTELIGÊNCIA EM SUSTENTABILIDADE

Monitore os impactos dos programas em investimento social

Entenda as expectativas dos consumidores, *stakeholders* e públicos de interesse

Identifique os indicadores chave de reputação

Responsabilidade Social Corporativa

SponsorTracker

Monitor de Reputação Empresarial

Líder Barômetro

Media Reputation

Barômetro Ambiental

info@marketanalysis.com.br
+55 48 3234 8573

www.marketanalysis.com.br

SAVE THE DATE
04/09/2015

Realização:



ECONÔMICA
Desenvolvimento Social

XVI CONGRESSO BRASILEIRO DO 3º SETOR

Direito | Auditoria | Contabilidade | Captação de Recursos



Marcos Biasoli
Coordenador Geral

ENQUETE DO PROGRAMA ABERTA
PARTICIPE: www.economica.com.br



• **SERGIO ROBERTO MONELLO** é advogado, contabilista e professor salesiano cooperador. É diretor da Advocacia Sergio Monello e da Empresa Monello Contadores (Escritório Contábil Dom Bosco); é Conselheiro Nacional dos(as) Ex-Alunos(as) de Dom Bosco, da Associação dos Salesianos Cooperadores de São Paulo e do Sindicato dos Contabilistas de São Paulo; é membro do Conselho de Assuntos Econômicos da Região Episcopal Sé – Arquidiocese de São Paulo.



ATIVIDADE-MEIO NA ENTIDADE BENEFICENTE

As organizações sociais têm enorme dificuldade para manter suas atividades em decorrência da falta de recursos financeiros. Para diminuir tal dificuldade, recorrem à criatividade e criam atividades-meio com o único objetivo de captar recursos financeiros para poder atender às suas finalidades institucionais.

Cada entidade beneficente deve procurar instituir a atividade-meio que melhor possa desenvolver em plena observância ao seu estatuto e em conformidade com seus destinatários, voluntários e colaboradores.

Caracteriza-se como atividade-meio aquela que serve de instrumento, de suporte financeiro ou material para o atendimento de suas finalidades beneficentes e de assistência social de acordo com o seu tipo organizativo. Como já salientado, a atividade-meio, regra geral, tem por escopo a finalidade de servir como instrumento de efetiva captação de recursos.

A grande discussão é se a atividade-meio, por ser em alguns casos o exercício de atividade comercial, industrial ou de serviços, possa vir a ser prejudicial à condição de entidade imune de impostos.

Para compreender a situação, é necessário analisar o artigo 150 da Constituição Federal:

I - DAS LIMITAÇÕES DO PODER DE TRIBUTAR

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios:

- I - exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;
- II - instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;
- III - cobrar tributos:
 - a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;
 - b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou; (vide Emenda Constitucional nº 3, de 1993)
 - c) antes de decorridos 90 dias da data em que tenha sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observado o disposto na alínea b; (incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)
- IV - utilizar tributo com efeito de confisco;
- V - estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público;
- VI - instituir impostos sobre: (vide Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

Caracteriza-se como atividade-meio aquela que serve de instrumento, de suporte financeiro ou material para o atendimento de suas finalidades beneficentes e de assistência social de acordo com o seu tipo organizativo

- a) patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros;
 - b) templos de qualquer culto;
 - c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;
 - d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão;
 - e) fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros, bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham, salvo na etapa de replicação industrial de mídias óticas de leitura a laser. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 75, de 15.10.2013).
- § 1º A vedação do inciso III, b, não se aplica aos tributos previstos nos arts. 148, I, 153, I, II, IV e V; e 154, II; e a vedação do inciso III, c, não se aplica aos tributos previstos nos arts. 148, I, 153, I, II, III e V; e 154, II, nem à fixação da base de cálculo dos impostos previstos nos arts. 155, III, e 156, I. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003);
 - § 2º A vedação do inciso VI, a, é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes;
 - § 3º As vedações do inciso VI, a, e do parágrafo anterior não se aplicam ao patrimônio, à renda e aos serviços, relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário, nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativamente ao bem imóvel;
 - § 4º As vedações expressas no inciso VI, alíneas b e c, compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas;



- § 5º A lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos que incidam sobre mercadorias e serviços;
- § 6º Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no art. 155, § 2º, XII, g. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993);
- § 7º A lei poderá atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, assegurada a imediata e preferencial restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993);

Com a leitura do art. 150 da Constituição Federal se deverá realizar também a leitura do art. 9º e do art. 14 do Código Tributário Nacional.

II - DO ART. 9º E 14 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL

Art. 9º É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios:

- I - instituir ou majorar tributos sem que a lei o estabeleça, ressalvado, quanto à majoração, o disposto nos artigos 21, 26 e 65;
- II - cobrar imposto sobre o patrimônio e a renda com base em lei posterior à data inicial do exercício financeiro a que corresponda;
- III - estabelecer limitações ao tráfego, no território nacional, de pessoas ou mercadorias, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais;
- IV - cobrar imposto sobre:
 - a) o patrimônio, a renda ou os serviços uns dos outros;
 - b) templos de qualquer culto;
 - c) o patrimônio, a renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, observados os requisitos fixados na Seção II deste Capítulo; (Redação dada pela Lei Complementar nº 104, de 2001);
 - d) papel destinado exclusivamente à impressão de jornais, periódicos e livros;

- § 1º O disposto no inciso IV não exclui a atribuição, por lei, às entidades nele referidas, da condição de responsáveis pelos tributos que lhes caiba reter na fonte, e não as dispensa da prática de atos, previstos em lei, asseguratórios do cumprimento de obrigações tributárias por terceiros;
- § 2º O disposto na alínea a do inciso IV aplica-se, exclusivamente, aos serviços próprios das pessoas jurídicas de direito público a que se refere este artigo, e inerentes aos seus objetivos.

Art. 14. O disposto na alínea c do inciso IV do artigo 9º é subordinado à observância dos seguintes requisitos pelas entidades nele referidas:

- I - não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título (Redação dada pela LCP nº 104, de 2001);
- II - aplicarem integralmente, no país, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;
- III - manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão;
- § 1º Na falta de cumprimento do disposto neste artigo, ou no § 1º do artigo 9º, a autoridade competente pode suspender a aplicação do benefício;
- § 2º Os serviços a que se refere a alínea c do inciso IV do artigo 9º são exclusivamente os diretamente relacionados com os objetivos institucionais das entidades de que trata este artigo, previstos nos respectivos estatutos ou atos constitutivos.

III – DA DOUTRINA DE DR. IVES GANDRA MARTINS

Assim afirma o ilustre mestre e jurista, Dr. Ives Gandra Martins: “O regime jurídico do serviço prestado é aquele que oferta ou não imunidade à entidade beneficente”. A preocupação de não permitir concorrência desleal ou privilégio na exploração das atividades econômicas levou o constituinte a veicular um discurso mais claro e mais preciso no concernente aos próprios poderes tributantes ou sua administração autárquica e empresarial. O § 4º, todavia, ao falar em atividades relacionadas, poderá ensejar a interpretação de que todas elas são relacionadas, na medida em que destinadas a obter receitas para a consecução das atividades essenciais.

Como na antiga ordem, considero não ser esta a melhor interpretação na medida em que poderia ensejar concorrência desleal proibida pelo art. 173 § 4º, da Lei Suprema.

Com efeito, se uma entidade imune explorasse atividades pertinentes apenas ao setor privado, se não houvesse barreiras ela teria condições de dominar mercados e eliminar a concorrência ou pelo menos obter lucros arbitrários, na medida em que adotasse idênticos preços de concorrência, mas livre de impostos.

Ora, o texto constitucional atual objetivou, na minha opinião, eliminar definitivamente tal possibilidade, sendo que a junção do princípio estatuído nos arts. 173, § 4º e 150, § 4º impõe

a exegese de que as atividades, mesmo que relacionadas indiretamente àquelas essenciais das entidades imunes enunciadas nos incisos b e c do art. 150, VI, se forem idênticas ou análogas às de outras empresas privadas, não gozariam da proteção imunitória.

DR. ALIOMAR BALEEIRO

Assim afirma o ilustre mestre e jurista Dr. Aliomar Baleeiro: “O CTN, art. 14, § 2º, restringiu e podia fazê-lo, pelo art. 19, III, c, da CF *in fine*, a imunidade aos serviços diretamente relacionados com os objetivos institucionais das entidades, previstos nos estatutos ou nos atos constitutivos. Destarte, ficam excluídos serviços de outra natureza. Mas se os cria para a produção de renda? Há que se distinguir, parece-nos cada imposto, segundo sua incidência, para que terceiros se não beneficiem” (*Direito Tributário Brasileiro*, ct. ed., Forense, 1972, p. 111)

IV - A ENTIDADE BENEFICENTE PODE MANTER ATIVIDADES-MEIO

A entidade beneficente pode manter atividade-meio desde que esta atividade esteja diretamente relacionada e vinculada com os seus objetivos institucionais, previsto em seu respectivo estatuto ou ato constitutivo.

Quando se fala que esta atividade deve estar diretamente relacionada e vinculada com os seus objetivos institucionais previstos em seu respectivo estatuto ou ato constitutivo, quer se

EXEMPLIFICANDO...

...uma entidade imune tem um imóvel e o aluga. Tal locação não constitui atividade econômica desrelacionada de seu objetivo nem fere o mercado ou representa uma concorrência desleal. Tal locação do imóvel não exige, pois, incidência do IPTU, ou goza a entidade de imunidade para não pagar o imposto de renda.

A mesma entidade, todavia, para obter recursos para suas finalidades, decide montar uma fábrica de sapatos, porque o mercado da região está sendo explorado por outras fábricas de fins lucrativos, com sucesso. Nessa hipótese, a nova atividade, embora indiretamente referenciada, não é imune, porque poderia ensejar a dominação de mercados ou a eliminação de concorrência sobre gerar lucros não tributáveis exagerados se comparados os de seu concorrente. (Bastos, Celso Ribeiro; Martins, Ives Gandra. *Comentários à Constituição do Brasil*, 6º volume, tomo I, Editora Saraiva, 1999).



afirmar que toda e qualquer receita a ser obtida com essa atividade deve ser totalmente direcionada e aplicada em suas finalidades institucionais.

V - DA ATIVIDADE-MEIO

O ideal para se evitar discussões tributárias por parte da fiscalização é ter-se uma entidade sem fins lucrativos, organizada e constituída para desenvolver a atividade-meio, pagando quando devido todos os tributos inerentes a essa atividade.

Quando se fala que esta atividade deve estar diretamente relacionada e vinculada com os seus objetivos institucionais previstos em seu respectivo estatuto ou ato constitutivo, quer se afirmar que toda e qualquer receita a ser obtida com essa atividade deve ser totalmente direcionada e aplicada em suas finalidades institucionais

No estatuto desta entidade deve ficar explicitado que os eventuais resultados obtidos nessa atividade-meio serão aplicados em seus objetivos estatutários, ou ainda, em determinada entidade beneficente de Assistência Social, ou ainda, genericamente em entidades beneficentes.


De outro lado, nada impede que uma entidade religiosa, educacional ou de Assistência Social mantenha atividade-meio, desde que esta atividade não implique em concorrência desleal de mercado.

Destaca-se que poderá ser evidenciada no estatuto, a atividade-meio que será desenvolvida pela entidade beneficente.

Manter atividades-meio na entidade beneficente sempre poderá trazer o risco de interpretações equívocas por parte da fiscalização tendo por objetivo a arrecadação de tributos.

O importante para evitar conflitos fiscais e judiciais é que a entidade beneficente observe rigorosamente, no exercício de suas atividades, o disposto no art. 14 do Código Tributário Nacional.

Por fim, é importantíssimo haver no estatuto associativo, estatuto Organizacional ou estatuto Fundacional um artigo ou uma disposição estatutária que autorize a entidade a manter atividade-meio.

O artigo ou disposição estatutária poderá ter a seguinte redação: “Art. ____ A ASSOCIAÇÃO de acordo com suas necessidades pode criar, manter e desenvolver atividade-meio, como instrumento de obtenção e captação de recursos e de suporte financeiro à promoção de suas finalidades institucionais”. 



◀ **MARCOS BIASIOLI** é advogado em São Paulo, consultor jurídico do Terceiro Setor, titular da M.Biasioli Advogados, idealizador e membro do Conselho Editorial da Revista Filantropia. marcos@mbiasioli.adv.br



◀ **RODRIGO PINHEIRO NAKO** é coordenador jurídico da M.Biasioli Advogados e colunista da Revista Filantropia. rodrigo@mbiasioli.adv.br



A FILANTROPIA QUE MATA

Recentemente, após pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Datafolha, identificou-se que 45% dos brasileiros apontaram a saúde como um dos principais problemas do Brasil, índice este que superou a soma dos outros quatro problemas citados: a segurança (18%), a educação (9%), o desemprego (4%) e a miséria (2%).

Esta conclusão não causou maiores surpresas à população brasileira, uma vez que esse tema já foi, por diversas vezes, explorado pelos veículos de comunicação através de matérias que revelam o tratamento dado pelo Estado à saúde pública.

A caixa de ressonância de tal pesquisa está, também, relacionada ao volume de investimentos pelo Governo na área da saúde. Segundo



Em frente ao Congresso Nacional ocorre o ato de lançamento da Campanha Nacional em Defesa do SUS Público de Qualidade e para Todos

a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Canadá, por exemplo, investe cerca de 11,2% do Produto Interno Bruto (PIB) em saúde; já a França, 11,6%; a Alemanha, 11,1%; a Áustria, 10,6%; o Paraguai, 9,7%; a Espanha e a Suécia, 9,4%; o Reino Unido e o Japão, 9,3%. Entretanto, o Brasil investe cerca de 8,9% do PIB nessa área.

A diferença nem é tanta se comparada em níveis percentuais, mas em número absolutos passa de milhares de milhões de reais. Assomada a tamanha defasagem de investimento financeiro na saúde, é salutar lembrar que muito desse recurso se perde no meio do caminho, quer por falta de eficaz prevenção das chagas patológicas, quer ante as vulnerações do absoluto controle do orçamento público, como, por exemplo, a mola propulsora da corrupção.

Para exemplificar o volume do descalabro que passa a saúde pública, destaca-se que tomar dois cafés expressos em São Paulo, por exemplo, custa em média R\$ 12,00 (doze reais). No entanto, o Sistema Único de Saúde (SUS) paga o equivalente a dois cafezinhos para o Hospital Filantrópico fazer um atendimento médico com observação por 24 horas de um paciente, incluindo nesse reembolso o custo do médico, medicamentos, enfermagem e outros indiretos. Já se o paciente for fazer uma radiografia, o SUS reembolsa apenas um cafezinho. Enfim, tal despautério visita praticamente todos os procedimentos médicos, chegando, em alguns casos, a representar uma defasagem de mais de 9.000% do custo.

O desequilíbrio financeiro da saúde pública está levando os hospitais filantrópicos à morte, sendo que existe até um movimento nominado “Dia Nacional do Luto das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos”. Ocorre que tal fenômeno decorre do fato de a entidade filantrópica ter a obrigação de ofertar no mínimo 60% de seus atendimentos aos pacientes do SUS, guardadas algumas singulares exceções. Como contrapartida ao seu reconhecimento como beneficente, tais hospitais deixam de recolher aos cofres públicos os tributos relacionados à sua atividade e mão de obra.

Sob a falsa proteção tributária se alimenta o ciclo da amarra do SUS e, com isso, dia a dia, assina a sua certidão de óbito. Porém, a cilada está formada, ou seja, se “ficar o bicho pega e se correr o bicho come”, pois: (i) renunciar o benefício fiscal implica pagar o tributo e aumentar o déficit; (ii) distorcer com SUS implica estancar a ciranda financeira; (iii) deixar de atender é crime de cadeia, pois a omissão de socorro é crime; então, fica como está, o hospital atende, gera desequilíbrio e o SUS finge que reembolsa, dado o seu valor ínfimo, e a dívida aumenta. E assim o cidadão convive com a incipiência do atendimento da saúde pública, ainda que exercida pela iniciativa privada filantrópica.

Para amenizar esse quadro, alguns ventos estão soprando a favor dos hospitais filantrópicos através de um ensaio de uma nova política de financiamento, ora disciplinada na Lei nº 12.873/2014, publicada no dia 24 de outubro de 2014, cujo teor, a exemplo

daquilo que havia sido anteriormente feito na área educacional através do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (PROIES), instituiu o Programa de Fortalecimento das entidades privadas filantrópicas e das entidades sem fins lucrativos que atuam na área da saúde e que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde, ora denominado PROSUS.

Esse programa possui como finalidades: (i) garantir o acesso e a qualidade de ações e serviços públicos de saúde oferecidos pelo SUS por entidades de saúde privadas filantrópicas e entidades de saúde sem fins lucrativos; (ii) viabilizar a manutenção da capacidade e qualidade de atendimento das entidades referidas no art. 23; (iii) promover a recuperação de créditos tributários e não tributários devidos à União; e (iv) apoiar a recuperação econômica e financeira das entidades de saúde privadas filantrópicas e das entidades de saúde sem fins lucrativos.

Para fins de deferimento da adesão ao PROSUS, as entidades de saúde interessadas devem comprovar que estão passando por uma grave situação econômico-financeira, o que, na forma dos incisos I e II do §1º do artigo 26 do mencionado diploma legal, será auferido da seguinte forma: (i) a dívida consolidada no âmbito da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e da Secretaria da Receita Federal do Brasil, em 31 de dezembro de 2013, e a receita bruta aferida no ano de 2013 deve ser igual ou superior a 15%; ou (ii) a dívida consolidada no âmbito da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e da Secretaria da Receita Federal do Brasil, em 31 de dezembro de 2013, adicionada à dívida existente para com as instituições financeiras, públicas ou privadas, também em 31 de dezembro de 2013, e a receita bruta aferida no ano de 2013 deve ser ou superior a 30%.

Em ato contínuo, uma vez deferida a adesão, deverão ser adotadas providências perante o gestor local do SUS visando à celebração ou aditivação do contrato/convênio, ora executados no âmbito do PROSUS, o qual deverá ser firmado em até 90 dias da data de deferimento, sob pena de nulidade. Ademais, dentro desse mesmo prazo, as entidades deverão solicitar pedido de moratória junto à Unidade da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) ou da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) do domicílio tributário, que será concedida pelo prazo de 180 meses.

O pedido de moratória abrangerá as dívidas vencidas na RFB e na PGFN até o mês anterior ao da publicação das normas necessárias à execução do PROSUS, sendo permitida a inclusão de débitos que se encontrem em discussão na esfera administrativa ou judicial, desde que a entidade privada filantrópica ou a entidade sem fins lucrativos desista, de forma expressa e irrevogável, da impugnação, do recurso ou da ação judicial e, cumulativamente, renuncie quaisquer alegações de direito sobre as quais se fundem os processos administrativos ou judiciais.

Em síntese, o que se viu com o PROSUS foi a busca de uma solução temporária para dar sobrevida aos hospitais filantrópicos, através da concessão de moratória de débitos tributários

Para exemplificar o volume do descalabro que passa a saúde pública, destaca-se que tomar dois cafés expressos em São Paulo, por exemplo, custa em média R\$ 12,00 (doze reais), no entanto, o Sistema Único de Saúde (SUS) paga o equivalente a dois cafezinhos para o Hospital Filantrópico fazer um atendimento médico com observação por 24 horas de um paciente

pelo prazo de 180 meses, visando, com isso, viabilizar que essas entidades tenham condições de superar as dificuldades econômico-financeiras, sem que isso prejudique o desenvolvimento de suas atividades estatutárias e sem deixar a população necessitada ainda mais refém dos serviços prestados.

Diante de tal cenário, da forma com que os valores dos reembolsos são realizados, a celebração de parcerias entre o SUS e os hospitais filantrópicos é mais danosa do que construtiva, e está longe de ser um modelo adequado para prestação, com qualidade, dos serviços de saúde à população. Contudo, é imperioso reconhecer a importância dos benefícios contidos na Lei nº 12.873/2014, sem afastar o argumento de que eles contribuirão para minorar, porém, não para erradicar o quadro sofrível a que estão expostos os hospitais filantrópicos, pois estão se combatendo os efeitos, mais não a sua causa.

Em outras palavras, parafraseando uma analogia com a área médica, está se injetando uma dose de morfina em um doente terminal visando prolongar — um pouco mais — seu tempo de vida, dando-lhe mais qualidade em seus últimos dias, sabendo-se que em um futuro próximo a sua morte é fato incontroverso.

Enfim, os hospitais filantrópicos, conforme muito bem escrito pelos Titãs, estão “*Até o dia seguinte ao próximo dia, Até o próximo dia ao dia seguinte, Até o dia seguinte ao próximo dia, Até o próximo dia ao dia seguinte, Agonizando, Agonizando*”, à espera de uma solução definitiva e mais eficaz para o reestabelecimento de sua saúde, ao invés de medidas paliativas que possuem como objetivo apenas aliviar seu sofrimento.

Atitude mais aguerrida dos dirigentes dos hospitais filantrópicos, em parceria com o Ministério Público, se necessário for, e a boa vontade e seriedade política são ingredientes para um bom recomeço. Acredite!!! 📌



ABANDONO DE EMPREGO

O empregado afastado do trabalho pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que comprovar ter feito contato com a empresa após o término desse período tem motivo suficiente para reverter a dispensa por justa causa. Esse foi o entendimento da Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que em recente julgamento reforçou que o abandono de emprego só se configura caso o empregado não retorne ao serviço 30 dias após o término do benefício previdenciário, nem justifique o motivo de não o fazer. No caso em questão, a empresa queria manter a dispensa do funcionário por desídia e abandono de emprego por ele não ter voltado ao trabalho depois de alta médica. O trabalhador havia se afastado em 2003 por causa de uma hérnia de disco e passou a receber auxílio-doença comum, que depois foi transformado em auxílio-doença acidentário.

www.tst.gov.br

SUSPENSÃO DE PLANO DE SAÚDE

Suspender o plano de saúde de colaborador que se encontra afastado pela Previdência Social pode gerar indenização, visto que a supressão do benefício poderá agravar o estado de saúde do trabalhador. Recentemente, a Sexta Turma do TST condenou uma empresa a indenizar uma gerente que teve sua condição de saúde prejudicada por ficar sem assistência médica. Os magistrados afastaram os argumentos da empresa de que o plano foi cancelado devido ao encerramento de suas atividades e ao cancelamento do contrato com a empresa de saúde. De acordo com a ré, a revogação do plano foi feita dentro da legalidade. Em decisão unânime, o TST decidiu que o procedimento da empresa de cancelar o plano de saúde caracterizou ato ilícito, conforme artigo 186 do Código Civil, segundo o qual “aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito”.

www.tst.gov.br

MENOS PRAZO PARA RECLAMAR

Caiu de 30 anos para apenas os últimos 5 anos de vigência do contrato de trabalho o prazo para que os trabalhadores ingressem na Justiça para pedir ressarcimento pelos depósitos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) não realizados pelos seus empregadores. Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) consideraram que o prazo de três décadas, fixado por uma lei e por um decreto de 1990, era inconstitucional. Os magistrados também reafirmaram que os trabalhadores terão até dois anos após o fim da relação de trabalho para ingressar na Justiça. A decisão só vale para casos novos. Já os processos em andamento não sofrerão mudanças.

www.tst.gov.br

IOF PARA ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS

A Receita Federal unificou seu entendimento e cobrará o imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguros (IOF) de organizações religiosas que enviarem dinheiro ao exterior. A decisão está na Solução de Divergência nº 16, publicada no dia 10 de novembro de 2014. Segundo o texto, a autoridade tributária deixou claro que a imunidade prevista no artigo 150 da Constituição “não se estende à entidade que se constitui com a finalidade de colaborar ou cooperar com igrejas, auxiliá-las ou prestar-lhes qualquer serviço relacionado às finalidades essenciais do templo”. Assim, fica reformada a Solução de Consulta SRRF09/Disit nº 22, de 2013, na parte em que deu ao conceito de templo “uma extensão que não condiz com a garantia constitucional ao livre exercício dos cultos religiosos”.

www.valor.com.br

ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL

Termina no dia 31 o prazo para regularização voluntária de contribuintes paulistas que apresentem alguma omissão da Escrituração Fiscal Digital (EFD), também conhecida como SPED Fiscal. De acordo com a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (SEFAZ-SP), a obrigatoriedade da entrega mensal da EFD abrange cerca de 270 mil contribuintes em atividade, que utilizam o Regime Periódico de Apuração (RPA). O benefício da manifestação espontânea está disponível para as empresas obrigadas à EFD que não estiverem em processo de fiscalização ou não estiverem inscritas em dívida ativa. Os contribuintes que regularizarem sua situação dentro desse prazo estarão isentos de multa por atraso na entrega. A partir de 1º de janeiro de 2015, todas as empresas omissas estarão passíveis de fiscalização e multa.



CONTRATAÇÃO DE APRENDIZES

O Ministério do Trabalho, por meio da Secretaria de Inspeção do Trabalho, ampliará a fiscalização eletrônica para contratação de aprendizes pelas empresas. A medida consta da Instrução Normativa nº 113, publicada no Diário Oficial da União de 31 de outubro de 2014. O texto acrescenta o artigo 25-A à Instrução Normativa nº 97, de julho de 2012. O diretor do Departamento de Fiscalização do Trabalho, Maurício Gasparino da Silva, afirmou que o objetivo é alcançar um número maior de estabelecimentos fiscalizados, aumentar o número de aprendizes inseridos no mercado de trabalho, assegurar o cumprimento da cota de aprendizagem e a regularidade dos respectivos contratos. “Por meio do novo sistema, as empresas serão notificadas a apresentarem, em meio eletrônico, documentos que comprovem a efetiva contratação de aprendizes, de acordo com o que determina o art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Tais documentos serão confrontados com dados dos sistemas oficiais do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). A ferramenta trará maior dinamismo e agilidade às ações fiscais”, explicou.

BPC/LOAS PARA IDOSOS

A Previdência Social mantém um grupo de benefícios assistenciais a idosos com mais de 65 anos e pessoas que tenham deficiência, desde que a renda familiar, em ambos os casos, seja menor do que um quarto do salário mínimo. Trata-se do Benefício de Prestação Continuada da Lei Orgânica da Assistência Social (BPC/LOAS), no valor de um salário mínimo. Para ter direito ao benefício não é necessário ter contribuído para a Previdência. Para requerer o BPC/LOAS, o cidadão deve agendar o atendimento por meio da Central de Atendimento 135 ou pelo site da Previdência Social. No caso do benefício para os idosos, a pessoa deve ser brasileira, morar no Brasil e não receber qualquer outro benefício da Seguridade Social ou de outro regime, inclusive o seguro-desemprego. As exceções são os benefícios da assistência médica e a pensão especial de natureza indenizatória, que podem ser acumulados. A lista de documentos necessários para apresentação no dia do atendimento está disponível em: www8.dataprev.gov.br/e-aps/servico/352.

BPC/LOAS PARA DEFICIENTES

O BPC/LOAS também é extensivo às pessoas com necessidades especiais que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que, de alguma forma, impedem a participação plena na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. A concessão do BPC, nesse caso, depende de avaliação da perícia médica do INSS. As regras para a concessão do benefício são as mesmas dos idosos. A condição de acolhimento em instituições de longa permanência, como hospital, abrigo ou instituição congênere, não prejudica o direito do portador de deficiência ao recebimento do BPC/LOAS. A lista de documentos necessários para requerer o benefício para pessoas com deficiência está disponível em: www8.dataprev.gov.br/e-aps/servico/268.

 www8.dataprev.gov.br



CERTIDÕES UNIFICADAS

A Receita Federal unificou as certidões que fazem prova da regularidade fiscal de todos os tributos federais, inclusive contribuições previdenciárias, tanto no âmbito da Receita Federal quanto no âmbito da Procuradoria da Fazenda Nacional (Portaria MF nº 358, de 05 de setembro de 2014). Antes de 20 de outubro, quando começou a valer a mudança, o contribuinte que precisava provar sua regularidade para com o fisco deveria apresentar duas certidões: uma relativa às contribuições previdenciárias, conhecida como certidão do INSS ou certidão previdenciária, e outra referente aos demais tributos. A certidão unificada deixa de ter finalidade específica, ou seja, uma vez obtida, ela vale para fazer prova de regularidade perante a Fazenda Nacional para quaisquer fins. Além disso, as pessoas jurídicas que possuem muitos estabelecimentos poderão ter a emissão da nova certidão no momento da solicitação pela internet (para esses contribuintes a emissão da certidão previdenciária só ocorria no dia posterior ao pedido). A emissão de Certidão de Regularidade Fiscal do Imóvel Rural e de Obras não sofreram quaisquer alterações.

📄 www.receita.fazenda.gov.br



ADICIONAL DE PERICULOSIDADE PARA MOTOCICLISTAS

O MTE publicou portaria que aprova o Anexo V da NR-16, regulamentando as situações de trabalho com utilização de motocicleta que geram direito ao adicional de periculosidade. Criado pela Lei nº 12.997, de 18 de junho de 2014, a norma foi acrescentada ao § 4º do art. 193 da CLT. O MTE constituiu um Grupo Técnico Tripartite que elaborou a proposta de texto do Anexo da NR-16, que foi submetido à consulta pública por um período de 60 dias. O adicional de periculosidade corresponde a 30% do salário do empregado, sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa e o direito passa a ser garantido aos motociclistas a partir da publicação da norma pelo MTE.

📄 www.mte.gov.br

FALSOS ATESTADOS MÉDICOS

Prática ainda bastante comum no Brasil, a apresentação de falsos atestados médicos para justificar a ausência ao serviço pode render ao empregado uma demissão por justa causa. A confirmação veio por meio de decisão da Nona Turma do TRT da 1ª Região (Rio de Janeiro), segundo a qual os documentos trazidos aos autos, como fotos e comentários postados no Facebook, comprovaram que uma enfermeira de um hospital, no mesmo período do afastamento, estava participando da 16ª Maratona do Rio de Janeiro. O relator do processo, desembargador Ivan da Costa Alemão Ferreira, afirmou que as provas trazidas aos autos eram irrefutáveis. Segundo o magistrado, em razão dos atestados médicos, houve quebra de confiança, que justificaria a dispensa por justa causa.

📄 www.mte.gov.br

EMPREGADOR WEB

O Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT) tornou obrigatório aos empregadores o uso do aplicativo Empregador Web no Portal Mais Emprego para o preenchimento de Requerimento de Seguro-Desemprego (RSD) e de Comunicação de Dispensa (CD) ao MTE. O aplicativo permite o preenchimento da documentação, de forma individual ou coletiva, mediante arquivo de dados. Os formulários Requerimento de Seguro-Desemprego/Comunicação de Dispensa (guias verde e marrom) impressos em gráficas serão aceitos na rede de atendimento do MTE até o dia 1º de julho de 2015. Os empregadores terão acesso ao Empregador Web no Portal Mais Emprego, no endereço eletrônico: <http://maisemprego.mte.gov.br>.

📄 www.mte.gov.br

1) Com a sanção presidencial que aprovou a Lei nº 13.019/14, que estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, podemos entender que o processo de contratação das ONGs será mais transparente?

R: Sim, pois a nova lei institui o denominado "Chamamento Público", e para que seja celebrado o Termo de Colaboração e/ou Termo de Fomento o edital de "Chamamento Público" especificará no mínimo a programação orçamentária que autoriza e fundamenta a celebração da parceria, o tipo de parceria a ser celebrada, o objeto da parceria, as datas, os prazos, as condições, o local e a forma de apresentação das propostas, as datas e os critérios objetivos de seleção e julgamento das propostas, assim como o valor previsto para a realização do objeto da parceria. Ainda, a organização da sociedade civil deverá ter no mínimo três anos de existência, com cadastro ativo junto à SRF, experiência prévia e capacidade técnica e operacional para realizar o objeto da parceria.

2) Um dos requisitos para ser Certificada como Entidade Beneficente de Assistência Social é que sejam apresentadas demonstrações contábeis auditadas por um auditor independente. Porém, trata-se de um processo muito caro. Este critério vale para todas as organizações do Terceiro Setor?

R: Não exatamente. Nos termos do inciso VIII, artigo 29, da Lei nº 12.101/09, deverão apresentar demonstrações contábeis e financeiras auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade somente as entidades cuja receita bruta anual auferida seja superior ao limite fixado pela Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006. O art. 3º desta LC traz a definição legal de microempresa e de empresa de pequeno porte. Será considerada uma empresa de pequeno porte aquela que aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$360.000,00 e igual ou inferior a R\$3.600.000,00.

3) A vigência da Lei nº 13.019/2014, que estabeleceu as parcerias voluntárias, será imediata quando tais normativos forem efetivamente aplicados?

R: Na forma da Medida Provisória 658/2014, a Lei nº 13.019/14 entra em vigor após 360 dias de sua publicação, a qual foi realizada em 1º de agosto de 2014, isto é, por volta do começo do mês de agosto de 2015 as regras nela disciplinadas já passarão a valer.

4) Sou dirigente de uma entidade beneficente voltada para a área de saúde e possuo convênio/contrato celebrado com o SUS. Diante da publicação da Lei nº 12.873/2014, qual é a vantagem em aderir ao PROSUS?

R: Este Programa é voltado para as Entidades Privadas Filantrópicas e Entidades sem Fins Lucrativos que atuam na área da Saúde e que estejam passando por uma grave situação financeira. Assim, a adesão ao PROSUS concederá moratória dos débitos tributários vencidos na RFB e PGFN, inclusive daqueles que estão em discussão na esfera judicial e administrativa, pelo prazo de 180 meses, para que, durante esse período, essas entidades tenham condições de superarem as dificuldades.

5) A Constituição Federal confere imunidade às entidades sem fins lucrativos para quais impostos e contribuições?

R: Nos termos do artigo 150, VI, "c" da Constituição Federal, os impostos aos quais as entidades sem fins lucrativos são imunes, desde que preenchidos os requisitos legais, são: Imposto de Importação (II), Imposto de Exportação (IE), Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD), Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), Imposto de Renda (IR), Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros (IOF), Imposto Sobre Serviços (ISS), Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). São imunes às contribuições para a Seguridade Social, nos termos do artigo 195, §7º da Constituição Federal, desde que preenchidos os requisitos legais, ora disciplinados na Lei nº 12.101/2009, devidamente regulamentados pelo Decreto 8.242/2014.

6) Minha Entidade procede com o desconto de PIS na folha de pagamento dos funcionários, porém, ouvi dizer que as entidades filantrópicas são imunes à tal contribuição. Isso é verdade?

R: Sim. O Supremo Tribunal Federal recentemente reafirmou o entendimento de que as Entidades Filantrópicas são imunes ao pagamento do PIS desde que preenchidos alguns requisitos, tais como apresentação da certidão que comprova pedido de renovação de entidade filantrópica, demonstração de que não remunera seus diretores, que aplica integralmente suas rendas no país, na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais e que não distribui lucros.



Treinamentos em Gestão Social



São Paulo-SP
23 a 26 de fevereiro

**Oficina em Elaboração
de Projetos**

Com Michel Freller

São Paulo-SP
27 de fevereiro

ISO 26000: Teoria e prática

Francisco Biazini, Ricardo Oliani

São Paulo-SP
2 de março

**Metodologias colaborativas
de conversações significativas
e inteligência coletiva**

Lígia Pimenta

São Paulo-SP
3 a 4 de março

Oficina em Indicadores Sociais

Carol Zanoti

São Paulo-SP
5 de março

**Estatuto social: como e
quando é necessário reformular?**

Danilo Tiisel, Ana Carolina Carrenho

São Paulo-SP
6 de março

**Acessibilidade digital:
Tecnologias para a
pessoa com deficiência**

Lucy Gruenwald, Lucinda Leria

São Paulo-SP
9 de março

**Gerenciamento e Controle da
execução de projetos sociais**

Liziane Dranka, Morgana Krieger

São Paulo-SP
9 de março

+ Atitude!

Marcio Zeppelini

São Paulo-SP
10 de março

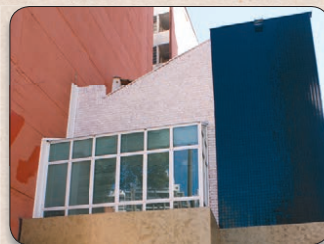
**Negócios sociais e
seus aspectos jurídicos**

Danilo Tiisel

São Paulo-SP
11 de março

**Como usar as Redes Sociais
para fortalecer projetos sociais**

Kelli Lima



Venha conhecer a estrutura da Diálogo Social!

Apoio:



Inscrições e informações

www.dialogosocial.com.br

(11) 2626-4019

dialogo@dialogosocial.com.br

**diálogo
social**



Accesse o site pelo
seu smartphone

MULTIPLICANDO O SUAS

AGÊNCIA BRASIL



Presidenta Dilma durante a sanção do novo marco regulatório das organizações da sociedade civil

NOVAS REGRAS NA CAPTAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS

LEI 13.019/14 AMPLIA A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE PARA A REALIZAÇÃO DE PARCERIAS

O Terceiro Setor vivencia atualmente um forte movimento de regulação para ampliar sua capacidade de desenvolver vantagens competitivas, especialmente a partir das novidades nas formas de captação de recursos que têm se proliferado tanto em chamamentos públicos (para verbas públicas) quanto em editais (para as privadas). O acesso a esses recursos disponíveis, porém, envolve cada vez mais disputas nos âmbitos

de qualidade e de custo. Isso amplia a necessidade de controle e gestão, o que obriga as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) a se adaptarem às novidades para não ficarem fora do mercado.

Neste contexto, a legislação tem colocado a contabilidade em destaque como um meio de controle e prestação de contas. A Lei nº13.019, de julho de 2014, por exemplo, que entra em vigor em julho de 2015, obriga as OSCs que pretendem captar



recursos públicos a manterem em seus estatutos um artigo específico sobre a questão contábil. Isso significa que a gestão da OSC tem essa responsabilidade a cumprir e, caso não siga as normas, poderá ser considerada inadimplente na utilização de verbais governamentais. Em consequência deste não cumprimento, há ainda a possibilidade de os problemas se estenderem até mesmo para a diretoria da entidade.

Como a lei exige que a OSC cumpra as Normas Brasileiras de Contabilidade, boa parte dos estatutos atuais deverão ser alterados. Além disso, a administração da OSC e seu contador precisarão seguir, no seu todo, as determinações do Conselho Federal de Contabilidade. O conhecimento dessa movimentação e a preparação da entidade para os novos tempos são de extrema importância, sob pena de, no curto prazo, haver a constatação de que a evolução da OSC ficou comprometida por falta de planejamento e miopia na visão do progresso do mercado.

A Lei nº 13.019 regulariza as parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse

público. Ela traz um conjunto significativo de novidades para a realização dessas parcerias. A nova legislação tem a vantagem de consolidar e homogeneizar várias atividades como: uso de Termo de Fomento e Termo de Colaboração; ter aplicação para todos os entes federativos (federal, estadual, municipal e empresas de economia mista); restringir o conceito de convênios apenas entre os entes públicos; chamamento público obrigatório; atuação em rede; aceitação de despesas de recursos humanos da própria OSC e despesas administrativas no limite de 15% do total do projeto; organização do Conselho Nacional de Fomento e Colaboração; capacitação e monitoramento; e a participação da sociedade civil.

A lei carrega, contudo, uma grande dificuldade de implantação, uma vez que, sendo nacional, todos os municípios e OSCs do Brasil estarão sujeitos aos mesmos procedimentos. Apesar de o início da sua vigência ter sido prorrogado para julho de 2015, seguramente esta questão trará desafios a serem superados pelo poder público e pelas OSCs, podendo, inclusive, limitar as parcerias até a total adaptação aos novos procedimentos.

Na prestação de contas sobre os recursos captados também há inovações:

- A OSC tem 90 dias de prazo para a prestação de contas após a conclusão do projeto;
- O órgão público responsável tem até 150 dias para a manifestação, após a entrega da prestação de contas;
- Possibilidade de regras específicas de acordo com o plano de trabalho e para valores inferiores a R\$ 600 mil;
- Priorização do controle de resultados, embora considere também a análise das despesas e documentos suporte;
- A decisão do órgão público poderá ser pela: aprovação; aprovação, com ressalvas; ou rejeição e instauração de tomada de contas especial.

A fixação clara de prazos é um aspecto importante para a finalização das parcerias. A priorização do resultado social é algo fundamental para a apuração do benefício. A possibilidade de regras específicas para valores menores deve facilitar a burocracia.

Apesar de as normas de contabilidade já serem obrigatórias para toda pessoa jurídica, inclusive as entidades sem fins lucrativos, a legislação específica do Terceiro Setor vem destacando esta obrigatoriedade explicitamente ao longo do tempo. A Lei nº 9.790/99, de 23 de março de 1999 — Lei das OSCIPs —, já veio com a obrigatoriedade de que a entidade, para ser qualificada como Organização da Sociedade Civil sem Fins Lucrativos (OSCIP), deve explicitar no seu estatuto a aderência às normas de contabilidade. Mais recentemente, a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 — Lei da Filantropia —, que dispõe sobre a certificação de entidades beneficentes de assistência social, também obrigou as entidades que têm ou pretendem ter o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) a seguir as normas de contabilidade.

Agora, a Lei nº 13.019/14 prevê “a observância dos princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade; que se dê publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e demonstrações contábeis da entidade, incluídas as certidões negativas de débitos com a Previdência Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), colocando-os à disposição para exame de qualquer cidadão”.

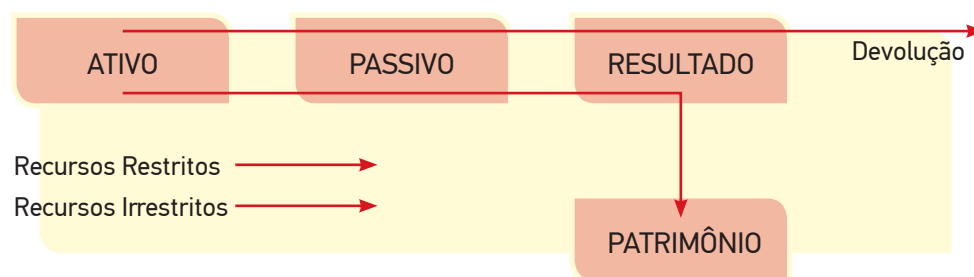
A Lei nº 13.019 regulariza as parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação

A OSC deverá, então, enfrentar o desafio de publicar suas demonstrações contábeis — cujas normas poucos conhecem o teor, visto que muitas têm dificuldades na preparação das demonstrações contábeis. O próprio legislador, aliás, mostra não conhecer as normas de contabilidade em detalhes, uma vez que o artigo 86, quando inclui o Artigo 15 B na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, estabelece no item VI a Demonstração de Origens e Aplicação de Recursos como sendo uma das peças das demonstrações contábeis, enquanto que a Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, substituiu essa demonstração pela Demonstração dos Fluxos de Caixa.

As obrigações relacionadas à contabilidade de uma OSC são muitas. Dentre elas, destacamos a Resolução nº 1.409, de 21 de setembro de 2012, do Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou a ITG 2002, Entidade sem Finalidade de Lucros, com alguns itens que afetam diretamente o conteúdo da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014: “As receitas decorrentes de doação, contribuição, convênio, parceria, auxílio e subvenção por meio de convênio, editais, contratos, termos de parceria e outros instrumentos, para aplicação específica, mediante constituição, ou não, de fundos, e as respectivas despesas devem ser registradas em contas próprias, inclusive as patrimoniais, segregadas das demais contas da entidade”.

Aqui cabe uma distinção fundamental da natureza de recursos em uma OSC: os de natureza restrita são recursos captados

FLUXO CONTÁBIL DOS RECURSOS



Apesar de as normas de contabilidade já serem obrigatórias para toda pessoa jurídica, inclusive as entidades sem fins lucrativos, a legislação específica do Terceiro Setor vem destacando esta obrigatoriedade explicitamente ao longo do tempo

exclusivamente para aplicação em um ou mais projetos; os de natureza irrestrita são aqueles captados ou recebidos sem um destino específico, sendo que seu gasto fica a critério da diretoria.

Na figura, notamos a diferença entre as duas naturezas de recursos. Ou seja, o recurso restrito (vinculado) transita pela contabilidade, mas não gera nenhum resultado econômico para a OSC. Funciona como se fosse uma responsabilidade da OSC (passivo) para a execução de um projeto. Portanto, o seu controle dentro da contabilidade deve ser totalmente separado dos demais recursos da OSC. O que gera resultado são os recursos irrestritos (não vinculados), que proporcionam o pagamento das despesas sem vínculos com os projetos.

Assim, o tratamento do recurso público, que é de natureza restrita ou vinculada, por força de legislação, deve ser totalmente segregado dos demais recursos. Isso deve ocorrer não só nas receitas e despesas, mas também no patrimônio — o que significa ter contas contábeis diferenciadas para os ativos, passivos, receitas e despesas resultantes da utilização dos recursos públicos.

Desta forma, é imprescindível que haja segregação de recursos por projetos e/ou investidores sociais que exigem prestação de contas específicas. Segundo as normas de contabilidade, “as demonstrações contábeis, que devem ser elaboradas pela entidade sem finalidade de lucros, são o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Período, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas”.

Aqui, o aspecto mais importante é verificar o conjunto das demonstrações contábeis. Ou seja, quais são e como se denominam. Minha experiência prática: é muito comum ouvir dos gestores de entidades e de seus contadores que, por se tratar de uma entidade sem fins lucrativos, apenas o balanço e a demonstração do resultado são peças suficientes como resultado da contabilidade. Ledo engano: vemos que a norma de contabilidade exige o conjunto completo das demonstrações contábeis. Mais do que isso, requer o conhecimento de terminologias conhecidas nas demonstrações contábeis que, em geral, modificam-se para as entidades sem finalidade de lucro.

Com relação às notas explicativas, a norma contábil estabelece que devem ser divulgadas as subvenções recebidas pela entidade, a aplicação dos recursos e as responsabilidades decorrentes dessas subvenções. Estão também incluídos os recursos de aplicação restrita e suas responsabilidades decorrentes, bem como os recursos sujeitos à restrição ou vinculação por parte do doador.

Cabe ressaltar ainda que não existe obrigatoriedade de publicação das demonstrações contábeis das entidades sem fins lucrativos. Porém, segundo a nova lei, toda entidade que utilizar recursos públicos ficará sujeita a dar publicidade, em qualquer meio eficaz, das suas demonstrações contábeis, relatório de atividades e certidões negativas.

Diante da obrigatoriedade de atender às normas de contabilidade, o controle financeiro e contábil é fundamental para a gestão dos recursos públicos e para a prestação de contas nas OSCs. Dessa forma, algumas medidas devem ser adotadas para alcançar estes objetivos:

- **Prazos:** apesar da prorrogação da vigência da lei, algumas medidas a serem adotadas pelas OSCs devem ser planejadas e implantadas logo no início de 2015. Mudanças na estrutura da contabilidade são feitas no início do ano, e não durante. As alterações estatutárias requerem uma assembleia extraordinária, que poderia ser feita no início de 2015.
- **Conscientização:** esse é um fator que pode impedir a implantação desse processo e inviabilizar a OSC num futuro próximo. Se a contabilidade é obrigatória e suporte para controles dos recursos restritos, por que não fazermos dela um instrumento de gestão?
- **Visão sistêmica:** é preciso pensar em um processo com o envolvimento de diversas áreas e pessoas na OSC. Considere que o recurso restrito deve ser controlado em todo o seu movimento dentro da entidade, portanto, todas as áreas envolvidas devem ter uma clara noção desse processo. Você já desenhou, mesmo que de forma simples, os processos na OSC em que atua?
- **Planejamento:** qual é o papel que a contabilidade e o controle financeiro podem desempenhar na gestão da OSC? Quais são os projetos para o próximo ano, o volume de recursos necessário, a natureza desses recursos (restritos ou irrestritos), a necessidade de informações para prestação de contas?
- **Estruturação:** os recursos restritos devem ser controlados separadamente, tanto nas receitas e despesas quanto nos ativos e passivos. Portanto, o plano de contas precisa prever essa segregação. Além disso, cada projeto deve ser um centro de resultados, controlando, especificamente, as entradas e saídas daquele recurso restrito.
- **Acompanhamento:** deve haver responsabilidades, prazos, cobranças e reuniões periódicas entre os envolvidos, o que chamo de *Governança Interna*, no nível operacional. Além disso, são esses resultados avaliados internamente que vão alimentar a *Governança Estatutária* da OSC para tomada de decisões estratégicas. 📌

PROTAGONIZANDO COM ARTE

Por Agnaldo Aparecido Geremias*

Minha vida foi sempre assim: brincadeira e arte... Lembro-me de quando minha mãe e eu íamos ao banco pagar as contas. Sabe aqueles envelopes que as pessoas usam pra colocar cheques dentro? Eu pegava um “bolo assim” e colocava no bolso. Eles tinham um lado branco e aí eu usava para desenhar.

Naquela época, passava muito tempo na rua. Meus pais haviam se separado, e como eu e minha irmãzinha ficamos com a mãe, morávamos num lugar bem humilde, pois ela não podia pagar aluguel. Lembro-me como se fosse hoje, cheguei a pedir para minha mãe se separar. Já não aguentava mais vê-los brigando. No dia da separação, meu pai disse que estava passando mal do coração. Preocupado, acabei ficando com ele, enquanto minha mãe foi embora com minha irmã.

Morei na companhia de meu pai por três meses, mais ou menos. Depois, sem mais nem menos, ele “entregou minha guarda”. Recordo-me que ele disse para minha mãe: “Toma esse menino aí que eu não aguento mais”.

Nossa casa ficava lá em baixo, na chamada “área de risco”, próxima a um córrego, onde hoje existem os prédios construídos pela prefeitura. Havia ratos por toda parte. Bem pertinho, havia também uma “biqueira”, que o pessoal da vila chamava de “caveirinha”. Minha mãe não deixava a gente nem passar por lá. Ela dizia que ficava “com o coração na mão” quando saía para trabalhar, pois éramos apenas duas crianças, um cuidando do outro.

Como a comunidade muito pouco tinha a oferecer para as crianças, a gente ficava do lado de casa mesmo, “zoando” e brincando. A rua era “barro puro”. Nossa vida era feita de escola, casa e rua. Um dia, um amigo me disse que haviam inaugurado na vila um projeto que prometia “tirar as crianças da rua”. Achei isso interessante: “tirar as crianças da rua”. E, além do mais, era de graça. Mas como nem tudo que é de graça é bom...

Interessado, tomei a iniciativa. Pedi a minha mãe que fosse comigo fazer a inscrição — ela achou aquilo “uma glória”. No dia esperado, ela pediu que eu tomasse banho, separou uma roupa “bacana”, penteou meus cabelos, pegou minha irmã no colo e fomos

*Pedagogo, pós-graduado em Gestão de Políticas Públicas Integradas para Infância e Adolescência, Bailarino, Sapateado Americano e Jazz, é também Educador Social no ABCD Paulista.

para o Centro de Atendimento à Criança e Juventude da Fundação Criança de São Bernardo do Campo. Esse era o nome do lugar.

Estava muito curioso e não quis me sentar. O educador que nos atendeu insistiu, e acabei cedendo. Ele tentou por várias vezes “puxar papo” comigo, mas minha timidez me limitou. De qualquer forma, com toda paciência e atenção, ele nos mostrou o espaço todo e nos apresentou para a equipe de educadores.

Logo me adaptei. As brincadeiras com os amigos na rua passaram a ficar cada vez mais raras. Ia para a escola pela manhã e passava as tardes no programa. Eu achava o máximo poder sair sozinho e ir para um espaço que era considerado pela comunidade como “o espaço” de convivência para as crianças.

Participávamos de atividades de teatro, dança, música e leitura, que colocavam a criançada para pensar. Diversão, cultura, vivência... Até Don Quixote de La Mancha a gente representou. Só que o nosso Don Quixote era diferente. Em vez de ficar louco com as novelas de cavalaria, o que o levava à loucura era a televisão. Naquele ano, 2006, fui o personagem principal da peça de teatro, Ravengar, o nome que escolhemos para o nosso cavaleiro andante. Era um musical. Cantei, sapateei e dancei com a criançada, especialmente ao lado de Everton, meu melhor amigo, que interpretou “Juca Pança”.

Chegava em casa e contava tudo o que acontecia para minha mãe. Queria de qualquer forma que ela ensaiasse as falas da peça comigo. Ela achava tudo muito engraçado.

Fiz amigos. Uns tinham a cara fechada, outros eram meio alegres, outros até alegres demais. Com alguns, a amizade continua até hoje e, de quando em vez, vou a casa deles para brincar, digo, jogar videogame. Poucos já estão trabalhando. Outros continuam correndo atrás. Outros nem estão mais entre nós...

Carrego muitas memórias da vivência que tivemos. Foi tudo muito intenso, mas passou. No ano de 2007, minha irmã começou a frequentar o programa também; porém, a troca da equipe de educadores provocou em mim um grande desinteresse. Não sei ao certo por que, mas não me identifiquei com a forma como as atividades passaram a ser desenvolvidas, nem com as modalidades oferecidas. Sentia que precisava “sair daquele meio”. Minha irmã, entretanto, continuou por lá.

Foi então que me contaram sobre a Usina Socioeducativa. Outro projeto da Fundação Criança localizado no centro da cidade. Um espaço cultural que oferecia oficinas de formação em música erudita e tecnologia, dentre as quais desenho animado, algo que queria aprender desde pequeno.

Não perdi tempo. Fiz minha inscrição em companhia de minha tia. Comecei a frequentar as oficinas de desenho animado e de viola da gamba, um instrumento de cordas do período barroco e pouco conhecido. O mais legal é que os educadores me ouviam. Durante as aulas, dava para conversar e até desabafar algumas coisas.

As oficinas de desenho animado aconteciam às segundas, e as de viola da gamba, às terças e quintas. No final do primeiro ano, passei a fazer parte da Orquestra de Câmara do projeto. Gravamos um CD e tivemos nossa foto publicada no jornal.

Um CD gravado. Nunca pensei que pudesse gravar um CD. Fizemos uma apresentação até para o Presidente Lula. Todos acharam o máximo. Gostei muito, mas, ao contrário dos meus amigos, eu o encarei como uma pessoa normal. Até mesmo quando ele falou comigo. Apesar de ele ser o Presidente, estar no comando, ser importante e coisa e tal, toquei para ele como eu tocaria para o meu vizinho. Puxa... Acho que já tenho algumas coisas para contar aos meus filhos e netos.

Nos dias em que vou para as oficinas, acordo às cinco e meia, tomo um bom banho e o café da manhã. Minha mãe sai para trabalhar. Enquanto isso, eu me arrumo, pego meu material escolar, levo minha irmã até a escola, espero ela entrar e depois vou para o colégio. Saio da escola e vou direto para a Usina.

Pago caro por uma passagem de ônibus, apesar de não ter onde me sentar. paro no ponto do Shopping do Coração, no Centro de São Bernardo. Vejo aquelas lojas brilhando com roupas e sapatos que um menino como eu dificilmente pode ter. É o capitalismo. Está em toda parte.

Só volto lá pelas seis e meia, porque o ônibus demora. Como não vai mais para o CACJ, minha irmã volta para casa e fica sozinha até eu voltar. Desde o ano passado, os educadores disseram para minha mãe que as vagas para crianças da idade dela estavam esgotadas, pois as crianças participantes do Programa PETI agora teriam preferência no atendimento. Minha mãe ficou indignada.

Quando chego, damos um jeito na casa. Aí, eu estudo e fico esperando minha mãe chegar do serviço.

Infelizmente, hoje as coisas não são mais como no começo. Algumas oficinas já nem existem mais. Até a Orquestra deixou de atuar. Muitos de meus amigos que faziam as oficinas desistiram. Talvez seja porque agora só temos uma aula de música por semana e isso os desestimulou.

As oficinas de desenho animado ainda continuam interessantes. Continuo me dedicando, pois isso, para mim, é “profissão”.

Pretendo, nos próximos anos, estar formado em Artes Gráficas e Artes Visuais. Meu pai é contra. Ele acha que eu tenho que fazer outra coisa e não acredita que seja possível “vencer na vida” trabalhando com arte.

Minha mãe, por sua vez, me dá o maior apoio. Ela sempre me disse que eu tenho de fazer o que gosto. E se o que eu gosto é desenho, é isso que eu vou fazer. Já pensou? Com 22 anos, acordo cedo, dou um beijo na esposa, abraço meu filho e vou para o comando do meu próprio estúdio. Esse é meu sonho...

Já se passaram cinco anos desde que comecei a frequentar o Programa. Continuo ficando com meu pai nos finais de semana. Confesso que não gosto de ficar um período maior do que dois ou três dias longe de casa, longe da minha mãe e da minha irmã.

Hoje tenho a cabeça mais centrada, ao contrário de muitos adolescentes que só dão trabalho. Eu busco meus objetivos. Sei que existem coisas que não posso realizar agora, mas sei também que, se me dedicar, posso conquistar o que desejo. Creio que tenho talento, mas, como diz minha mãe, talento só não basta, preciso estudar muito, principalmente se quiser me formar na UNESP.

Reconheço que a arte tem contribuído com minha formação. Acho que, se eu não tivesse me envolvido com isso, talvez não “trouxesse essa cabeça” e não pensasse as coisas que penso. Praticar arte me tornou mais seguro e criativo. Na escola, por exemplo, durante as tarefas em grupo, sou eu quem sempre acaba ficando no comando. Mesmo quando não tem nada a ver com arte, meus colegas sempre confiam que eu vou saber como fazer. Acho que eles dizem isso pelo fato de saberem que eu conheço muitas coisas que eles não conhecem. Não entendo: muitos deles têm internet em casa, mas não têm interesse em buscar conhecimento. Eu não tenho internet, mas busquei ajuda nos livros. De qualquer forma, a gente acaba trocando conhecimento e um aprende com o outro. É legal essa história de convivência.

Meu professor de viola da gamba sempre me conta histórias dos artistas da Antiguidade. Nas cortes, eles tiveram que escrever músicas para os reis, os “chefões” da época, e precisaram superar inúmeros obstáculos para poder divulgar seu trabalho. Para eles, conquistar esse objetivo era extremamente difícil, pois não havia meios de comunicação. Nenhum músico daquela época conseguiria nada sem muito esforço.

Histórias como essa me estimularam e têm me feito refletir muito. Se quiser conquistar algo na vida, tenho que me comunicar, fazer amigos, superar obstáculos e persistir nos meus desejos e sonhos. 🎨



ENTRE O TRABALHO SOCIAL E O CUIDADO: A COMUNICAÇÃO

*Quem quer que seja pode falar sem cessar e a sua palavra
não dizer nada. Um silêncio, pelo contrário, pode dizer muita coisa*

Heidegger



*Por Isabel Orestes Silveira**

É sabido que a comunicação humana pressupõe conviência, relacionamento e nos remete ao pensamento ancestral de que o ser humano é também dependente de outros para sua sobrevivência enquanto espécie. Assumimos, então, que o homem é um ser dotado de inteligência e que se desenvolve num contexto sócio-histórico, ou seja, ele sente a necessidade de estar em grupo e, por isso, em qualquer aspecto do convívio humano, as inter-relações acontecem conforme cada indivíduo estabelece suas trocas num jogo de ações comunicativas em que se destaca a linguagem (verbal e não verbal).

Então, é válido considerar que habitamos um mundo já ocupado pela linguagem, e é isso que dá sentido à vida e ao sentimento de participação e pertencimento ao meio. Somos, nesse aspecto, seres reflexivos que partilham pela fala da experiência de viver com o outro. Esse ponto de vista nos leva a perceber que a comunicação é mais que interações entre indivíduos que se colocam em diálogo, pois se trata de uma ação dinâmica intersubjetiva, que se constitui no falar.

A comunicação se firma como elemento essencial para a promoção da saúde, do cuidado com o próximo e da manutenção de vida. O objetivo desta reflexão é apontar para uma visão mais alargada dessa prática, a qual supera a visão simplista e instrumental que valoriza os difusores de sinais como jornal, revistas, publicidade, internet, entre outros, que apontam para a comunicação como processo de transmissão de informações de um emissor para um receptor.

A intenção, neste curto espaço, é estimular a compreensão da necessidade de se manter a sensibilidade ética (do grego, *ethos*, que pode também significar “costume”) no cuidado com o outro na relação comunicativa, especialmente quando estamos inseridos num universo que também carrega o título de ser uma entidade cujos fins são de Assistência Social.

Nesse sentido, só pode haver comunicação efetiva quando o sentimento é possível de ser transmitido. Refiro-me à ética do cuidado, da escuta sensível, da aproximação amorosa com o outro, que se torna um desafio ao tentarmos combinar a tríade trabalho social, cuidado e comunicação.

TRABALHO SOCIAL, CUIDADO E COMUNICAÇÃO

O fazer cotidiano institucional transpira trabalho, porém, quando todos os colaboradores compreendem o sentido dessa relação com os conceitos de Assistência Social, podem cumprir sua função pública, mas também pedagógica, que passa pelo

*Graduada e Doutora em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), é professora da Universidade Presbiteriana Mackenzie e da Faculdade PAULUS de Tecnologia e Comunicação (FAPCOM).

A comunicação tem a força e o poder de erguer e desfazer reputações pessoais, organizacionais e institucionais. Ela pode definir os destinos político, econômico e social de um país e tem o poder de impor o medo e disseminar a paz

viés comunicativo. Saber dialogar, saber falar, saber ouvir, saber compreender e desenvolver a tolerância implica em sentimentos éticos do ser humano para com o outro. Quando se perde esse foco, as instituições de Assistência Social correm o risco de promover situações de “descuidado”, pois o cuidado é, antes de mais nada, afeto, acolhimento, cordialidade e respeito. É agir em prol da melhoria do eu e do outro.

Esse modo de ser esbarra no trabalho da Assistência Social, que deve trazer na sua essência constitutiva a preocupação com a pessoa humana, visto que estamos vivendo um contexto generalizado de descaso nas relações interpessoais.

Ao longo do percurso histórico, muitas ações filantrópicas no Brasil viveram um passado calcado na visão da miséria como condição dita natural da sociedade e não como resultado da desigualdade capitalista. A base desse pensamento resultou numa lógica conservadora e assistencialista em que, na prática, mantinha-se a conservação da pobreza, além da visão de cima para baixo ou da visão de tutela; dito de outro modo: uns recebiam ajuda ao passo que outros a ofereciam.

Atualmente, as instituições que operam a Política Pública de Assistência Social devem, sobretudo, demonstrar a concepção do direito social a todos, tendo como exigência permanente a transparência sobre a aplicação do fundo público e seus destinos em prol do atendimento efetivo das demandas coletivas.

Assim, pensar em trabalho social aliado à comunicação é fundamental para a manutenção de uma ética do cuidado. Vale destacar que a comunicação interna, ou seja, entre os agentes/funcionários da empresa, é e deve ser prioritária, no âmbito das práticas administrativas ou nas demais áreas da organização. A falta desta resulta em tomadas de decisões errôneas, além de gerar um clima desfavorável em todos os aspectos. O que desejo reforçar aqui é o fato de que a comunicação assertiva fortalece a cultura organizacional e evita a deterioração das relações interpessoais, além de promover a melhoria da imagem da empresa perante seu entorno.

A palavra comunicação é originária do latim, *communicare*, que significa “tornar comum”, “partilhar”, “repartir”, “associar”, “trocar opiniões”. Comunicar implica em *communicatio* (participação) ou troca de mensagens. Uma boa comunicação favorece o bom andamento da missão da organização por meio de uma administração democrática e participativa.

Segundo Matos, no que se refere ao modo de relacionamento entre pessoas num grupo de trabalho, a eficácia na comunicação

é determinada pela forma como as diferenças são encaradas e tratadas. Por exemplo: se houver no grupo respeito pela opinião do outro; se a ideia de cada um é ouvida e considerada; se os sentimentos puderem ser expressos sem repreensão ou ironia, então o relacionamento entre as pessoas tenderá a ser mais espontâneo e sincero diferente daquele em que não existe troca de informações e aceitação do outro. Com certeza, o grupo sairá ganhando, ou seja, todos se sentirão respeitados e considerados.

Se a comunicação sempre deve ser aberta, no intuito de fortalecer a interação entre as pessoas dentro da organização, e se acreditamos que a comunicação impulsiona o desempenho dos funcionários, será muito relevante, a ação comunicativa da instituição no trato com o público-alvo, ou seja, com aqueles que são assistidos no âmbito social.

Segundo Matos, a comunicação tem a força e o poder de erguer e desfazer reputações pessoais, organizacionais e institucionais. Ela pode definir os destinos político, econômico e social de um país e tem o poder de impor o medo e disseminar a paz. A comunicação pode motivar e desmotivar pessoas, grupos e até mesmo nações.

Mais do que compreender que a comunicação é vital para o fortalecimento da imagem da empresa, para a captação de recursos etc., vale considerar que é de igual modo vital e cada vez mais necessária uma comunicação para fora, ou seja, para com os que se relacionam e são alvo do trabalho da instituição, para quem os serviços devem ser prestados.

Todo trabalho social carrega a dimensão interventiva que supõe uma profunda interação entre o fazer e o saber. Exigem-se, então, do profissional, conhecimento e competência — metodológica, técnica e interventiva — que contribuam para o eficiente atendimento das demandas, tendo em vista que, segundo Dejours, o trabalho desempenha um papel essencial de formação do espaço público, pois trabalhar não é tão só produzir: trabalhar é ainda viver junto. E o que é viver junto, senão viver na dimensão do *communicare*, da participação, do compartilhamento e do cuidado com outro?

No exercício profissional ou ao aproximar-se do cotidiano dos diferentes grupos ou das famílias, nos momentos de reuniões, visitas domiciliares, entrevistas, encaminhamentos e outras ações, o profissional consegue aproximar-se do dia a dia das pessoas para traçar planejamentos e intervenções. No entanto, o excesso de objetividade, do racionalismo pragmático, pode



gerar a incomunicabilidade. Dito de outro modo, o aparato de instrumentos e técnicas, bem como o domínio do conhecimento e a atuação coerente e comprometida do profissional, não substitui a força da comunicação que funciona como ação terapêutica, porque inclui troca de sentimentos.

Segundo Marcondes, há um momento no processo comunicacional em que há o estalo, há o impacto de quem constata o “a-há”, um momento em que o outro enfim percebe, sente o que estou dizendo, entende vive como eu, complementa o que eu dizia, participa desse mesmo mundo. Somos arrebatados, misturamo-nos no outro. Operou-se aí uma mudança qualitativa em nós.

É preciso que, de alguma maneira, a experiência do trabalho impulse o profissional na direção do outro pelo trato amoroso, com a escuta atenta, enfim, com empatia. Assim, a comunicação plena será possível e se dará no contexto do olhar nos olhos, no gesto afável, nas palavras que são ditas com interação e sentimento.

APONTAMENTOS FINAIS

A eficácia do trabalho social requer um engajamento ativo do profissional que se espera, sobretudo, deva saber gerenciar as adversidades, além de prever o planejamento de ações que venham a construir um projeto de vida digno e emancipatório.

Espera-se que o profissional tenha como alvo o cuidado com o outro, que se inicia pela forma como se articulam as aproximações que devem estar permeadas por vínculos de confiança e de cooperação.

Nesse sentido, entre o trabalho social e o cuidado com o outro, ainda permanece o desejo de transformação da realidade, que, apesar de parecer utópico, pode ser almejado quando se compreende a dimensão da comunicação sensível que nasce e progride na intenção de transcender a rotina ordinária.

Tentamos apontar para o fato de que, no ambiente interno das organizações filantrópicas e fora delas, a comunicação deve ser um recurso facilitador que possibilite a busca cotidiana de melhorias na vida para todos. Mais do que isso, que a comunicação se configure no encontro, na aproximação altruísta que caminha sempre na direção e no contato com o outro. 📌

REFERÊNCIAS

- DEJOURS, Christophe. A metodologia em psicopatologia do trabalho. In: LANCMAN, Selma; SOUDANT, Franck (Orgs.). *Christophe Dejourns: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004. p. 47-104.
- HEIDEGGER, Martin. *Língua de tradição e língua técnica*. Tradução de Mario Botas. Lisboa: Vega, 1995.
- MARCONDES FILHO, Ciro. *Até que ponto, de fato, nos comunicamos?* São Paulo: Paulus, 2004.
- MATOS, Gustavo Gomes de. *Comunicação empresarial sem complicação: como facilitar a comunicação na empresa, pela via da cultura e do diálogo*. 2. ed. Barueri: Manole, 2009.



E TEVE ATÉ TORÉ

*Por Carlos Eduardo Ferrari**

Mas se você me perguntar o que de fato é isso? Não... não sou eu que lhe posso contar. Mas sim, de acordo com o que aprendi, a gente não precisa aprender, simplesmente se lembra da dança que um dia aprendemos a dançar.

No fim de uma capacitação intensa junto a trabalhadores, usuários e gestores da assistência social, tudo o que sabíamos e sentíamos era que algo havia acontecido com intensidade. Angústias, perguntas, conteúdos compartilhados e debatidos, respostas, propostas, sonhos contados e divididos foram ingredientes que fizeram — nos dias em que nos encontramos em Campina Grande — termos a certeza de que retornávamos para casa diferentes. Todas as falas, sorrisos, encenações finais e o nosso Toré deixavam claro, para quem pudesse ou quisesse ver, que ali, mais do que um grupo de alunos e professores atomizados pelos seus compromissos e interesses do cotidiano, o que se tinha de fato era unidade e sinergia. A força de nosso canto final mostrava aos passantes, e a nós mesmos, que éramos todos parte de um ideal a ser celebrado e constantemente perseguido.

João Batista do Espírito Santo Junior, militante, pernambucano, trabalhador da Assistência Social, dono de um protagonismo conquistado a partir de uma liderança exercida enquanto jovem, já viveu a caminhada construída pelo movimento nacional dos Meninos e Meninas de Rua. Naquele dia, Junior era nosso colega, membro da equipe de facilitadores com a responsabilidade de discutir Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados em Assistência Social (CREAS). Junto com Rose, Junior chegou de Jabotão dos Guararapes, assumiu a maior oficina do evento e construiu, em conjunto com a colega eleita para desempenhar a missão e com as dezenas de alunos de sua turma, uma proposta de apresentação final que terminava no jardim.

De repente, estávamos em roda. Eu, paulista desconfiado, já fiquei imaginando: “qual será a dinâmica que o Junior escolheu para fechar”? Poderia ser mais uma das várias que já aprendemos e aplicamos nessas tantas horas de aulas vivenciadas Brasil afora. Os dois já tinham me dito na noite anterior que rolaria um Toré. Sem saber o que poderia ser, decidi não perguntar, pois nada melhor para saber do que a própria experiência vivenciada.

Todas as falas, sorrisos, encenações finais e o nosso Toré deixavam claro, para quem pudesse ou quisesse ver, que ali, mais do que um grupo de alunos e professores atomizados pelos seus compromissos e interesses do cotidiano, o que se tinha de fato era unidade e sinergia

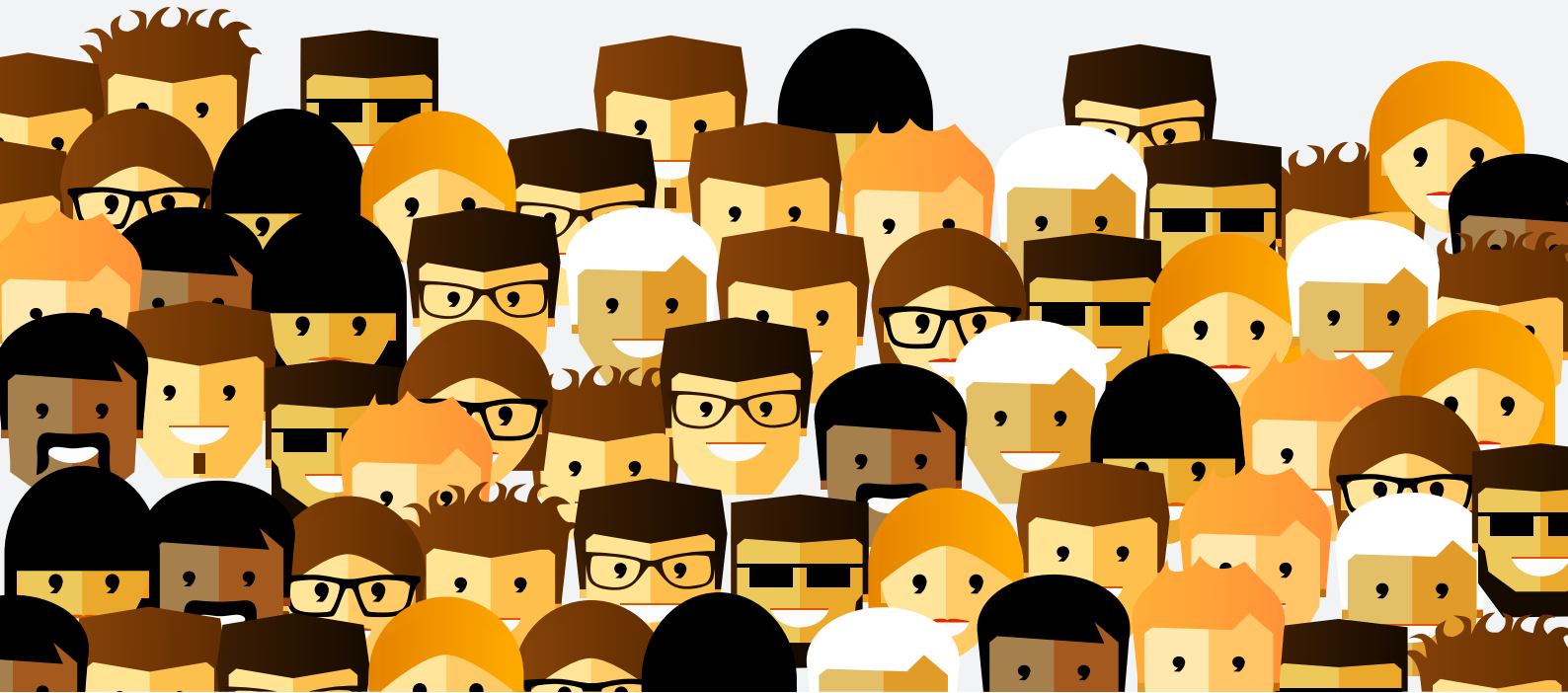
Em meio à roda, Junior começou nos lembrando das formigas. Falava da velha lição que elas nos passam, por meio da sua fragilidade individual e da força enorme adquirida quando decidem estar juntas. Depois, veio a música “*pisa, pisa, pisa, pisa bem ligeiro, quem não pode com a formiga não assenta o formigueiro*”. Iniciando lentamente em sentido horário, todos batiam junto e forte o pé direito no chão. A cantoria ganhou mais ritmo e, em poucos segundos, um peso de dar inveja a Bill Order e Tony Iommi, mesmo em seus anos de maior criatividade nos tempos de Black Sabbath.

Para alguns que estavam lá, aquilo pode ter sido uma brincadeira; para outros, parte da conclusão da oficina; para mim, particularmente, foi uma verdadeira tradução do que cantou Engenheiros do Hawaii: “Somos quem podemos ser, sonhos que podemos ter”.

Pode ter certeza, vale perguntar para o Google e pedir para o YouTube um pouco mais de informações, sons e imagens sobre a beleza do Toré e todo o potencial dessa dança na construção da indianidade de vários povos e tribos deste país.

E seguimos adiante na luta por um Sistema Único de Assistência Social (SUAS) cada vez mais forte: “Pisa, pisa, pisa, pisa bem ligeiro, quem não pode com a formiga não assenta o formigueiro”. 📌

*Professor, mestre nas áreas de Negócios, Terceiro Setor e Política Pública de Assistência Social – Sistema Único de Assistência Social (SUAS), Presidente da Associação para Valorização de Pessoas com Deficiência (AVAPE) e Conselheiro Nacional de Saúde.



PROGRAMA DIREITO E CIDADANIA

*Por Aurimar Pacheco Ferreira e Alberto Nascimento Filho**

Desde 21 de novembro, os eventos de encerramento do Programa Direito e Cidadania 2014 da PAULUS acontecem em diversas cidades brasileiras. O primeiro ocorreu em Campo Grande (MS), depois Natal (RN), Florianópolis (SC), Santo André (SP) e na Zona Sul da cidade de São Paulo, mais precisamente na região do Campo Limpo.

O Programa Direito e Cidadania conta sempre com forte parceria local e, no Mato Grosso do Sul e no Rio Grande do Norte, teve a Rede Brasileira de Cooperação ao Desenvolvimento (UNEPE) nesse papel. Em Florianópolis, a Secretaria Municipal de Assistência Social, por meio da Coordenação Geral dos CRAS, apoiou a iniciativa. Já em Santo André, houve apoio da Federação das Entidades Socioassistenciais de Santo André (FEASA) e, em São Paulo, da Sociedade Santos Mártires e o Social Bom Jesus.

Esses eventos reuniram ao todo cerca de 400 participantes — profissionais da Assistência Social, usuários dos serviços, entre outros. Em todos, a PAULUS foi representada pela equipe do Núcleo PAULUS de Formação, Pesquisa e Disseminação Social.

Nessas ocasiões, participaram representantes de mais de 80 instituições locais que foram receber a devolutiva do trabalho realizado durante o semestre, a saber, as atividades do Programa Direito e Cidadania. O material de apoio distribuído pela PAULUS, um kit de cinco livros com temática própria da Assistência Social, foi oferecido aos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos das entidades parceiras, sendo desenvolvido o Programa ao longo de 70 dias nas referidas entidades.

Essa programação de encerramento se estenderá por mais 15 dias e atingirá outros quatro estados da Federação, sempre a envolver ONGs parceiras, profissionais, gestores dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e, principalmente, os usuários destes. Nessas oportunidades representadas por crianças, adolescentes e demais familiares.

O encerramento não se resume ao fechamento das atividades. A devolutiva dos resultados obtidos ao longo do ano com as formações é de vital importância para que o projeto evolua continuamente. Nesses encontros, resultados são debatidos e criticados,

*Aurimar Pacheco Ferreira é professor e Alberto Nascimento Filho, aluno, ambos da Faculdade PAULUS de Tecnologia e Comunicação (FAPCOM).

buscando-se aprimorar os aspectos positivos e eliminar os eventuais obstáculos que possam ter surgido. Esse reconhecimento e validação do debate como ferramenta nascem da própria lógica do programa, que busca construir com os usuários um protagonismo que extrapole a comodidade da convivência passiva.

A programação tem abertura cultural realizada pelas organizações parceiras e seus usuários, com banda de percussão, teatro, jogral, coral, performances com maquetes e declamações de textos em prosa ou poéticos, sempre fruto das atividades desenvolvidas a partir do Programa Direito e Cidadania.

Há vários pontos de culminância, sendo a apresentação dos números sistematizados do Monitoramento do Programa um momento de reflexão para os participantes. O Monitoramento, este ano, contou com a entrevista estruturada de 288 crianças, adolescentes em nove estados da Federação e 63 Organizações Sociais visitadas como monitoramento.

A tônica do Monitoramento se deu a partir do texto do livro componente do kit distribuído como apoio, denominado *Meu pequeno grande mundo*, do autor Frei Alexandre Silva, usado como orientador das entrevistas. As respostas trouxeram à tona pontos importantes do cotidiano dos Serviços de Convivência, que são debatidos com as ONGs parceiras no evento de encerramento.

A maioria das entrevistas foi realizada com crianças até 12 anos, com maior número de meninas e prevalência da cor branca. Metade dos entrevistados mora com os pais, o que significa que a outra metade convive com arranjos familiares diversos, sendo que cerca de 30% consideram que seus familiares não conversam o suficiente com eles no dia-a-dia.

Acima de 40% prefere a mãe na relação cotidiana e 60% citam que almoçam juntos pelo menos duas vezes por semana com seus agregados; 90% deles assistem televisão junto com os pais e outros 92% colaboram nas tarefas de casa, sendo lavar a louça a atividade mais citada entre as crianças entrevistadas. Se for verdade que o vínculo é precedido pela convivência, quanto mais frequentes forem as atividades da família em conjunto e com a participação da criança e/ou do jovem, mais será vigoroso seu modelo e experiência de vínculo.

Os resultados, ainda que considerados residuais, que não atestam essa convivência, nos alertam para o aprofundamento da situação, pois poderá estar em curso um enfraquecimento dos laços de vínculo nesse grupo familiar, a despeito de continuar coexistindo sob o mesmo teto. Esse apontamento ganha contornos de preocupação quando consideramos que esses cidadãos estão em atividades regulares no chamado Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, que é especializado na promoção dos postulados já citados.

O questionário continuou perguntando sobre o melhor lugar no bairro na opinião das crianças e sobre a violência nesses territórios. As repostas apontadas revelam que os parques públicos, quando existem, são as únicas alternativas de lazer, e as crianças tentariam resolver a violência nos seus bairros se fossem prefeitos ou autoridades competentes.

Se for verdade que o vínculo é precedido pela convivência, quanto mais frequentes forem as atividades da família em conjunto e com a participação da criança e/ou do jovem, mais será vigoroso seu modelo e experiência de vínculo

Por fim, perguntamos sobre o que querem ser quando crescerem, visando aí colher uma fagulha de projeto de vida; tivemos como respostas situações que, se não surpreendem, pelo menos confirmam algumas tendências que não deveriam nos deixar dormir direito. Se a preferência ainda cabe aos encantos da Medicina e o bom professor ainda é vislumbrado por um grupo subsequente, o jogador de futebol e o policial se apresentam como destaques confirmadores da conjuntura que temos hoje nos territórios onde se localizam os Serviços de Convivência.

A síndrome do ganho fácil via futebol como trampolim tanto frustra quase todos quanto é vendida como a fantasia da hora nas chamadas “peneiras” pelos bairros mais pobres das grandes cidades. Essas peneiras são uma espécie de teste instantâneo sobre os possíveis talentos das crianças para o esporte, despertando enorme fantasia nestas e em seus pais.

O policial, citado por mais de 30% dos ouvidos, quase sempre surge com um travo de revanche na forma de dizer das crianças. “Quero ser policial!!!”, declamaram os pretendentes, apresentando-se, talvez, como solução para a violência cotidiana que vivem em seus bairros. Um menino em Belém (PA), perguntado sobre o que faria para mudar seu bairro caso fosse prefeito de sua cidade, não se intimidou na resposta: “ah, eu ia botar 400 mil PMs na rua de casa”. Sintomático.

Temos clareza de que o recorte apresentado e examinado em nossos números não é estatisticamente representativo, face ao número de entidades socioassistenciais no Brasil. No entanto, para efeito de nossos planos de assessoramento aos referidos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, vislumbramos uma oportunidade de construir com eles, nossos parceiros, alguns experimentos de aperfeiçoamento, sobretudo com o foco na principal razão de ser desses serviços, que é seu usuário.

A credibilidade e confiabilidade desses Serviços aumentarão diante da sociedade, como Política Pública e relevância social, a partir do momento em que encontrarem seu ponto de mutação e salto de qualidade, que são a efetiva contribuição para convivência social nos territórios. O Programa Direito e Cidadania da PAULUS se esmera para contribuir com mais essa conquista dos que fazem a nova Assistência Social no país. 🇧🇷

ALL STAR VERMELHO

Por Samara Xavier*

Ainda com os olhos fechados, bateu a cabeceira da cama e desligou o despertador. Resolveu que iria desligar mesmo — naquela manhã, abandonaria a tática da soneca. Mudou de posição e suspirou, sonolenta. Pela primeira vez na vida, iria acordar à hora que quisesse sem peso na consciência.

Bateu o ponto às 10h45min da manhã sob olhares incrédulos. De All Star e sem maquiagem, ainda balbuciando “À palo seco”, caminhou com seus passos firmes até sua sala, cumprimentou seus colegas de trabalho e sentou-se à mesa disposta a bisbilhotar os sites de notícia. Inspirou o clima de perplexidade junto com a atmosfera de que tudo o que é sólido desmancha no ar. Aquilo lhe encheu os pulmões e trouxe uma sensação de satisfação inimaginável. E esperou...

Segundos depois, a secretária do “Todo-Poderoso” apareceu diante dela, afobada. Mas, naquela manhã, o tempo para ela estava em modo *slow motion*. Por isso, os segundos foram vivenciados como longos e prazerosos minutos. E, ao observar o desespero da secretária, sentia vontade de gargalhar, mas conteve-se. Ouviu atentamente o pedido agoniado de comparecer com urgência na reunião marcada para aquele dia às 8 horas, com sua presença e participação determinantes.

Fechou os olhos por segundos sem tentar esconder o prazer que sentia ao ver como seu chefe e sua cambada a olharam depois de 2 horas e 48 minutos de atraso. Sentou à mesa com os cotovelos apoiados nela e as mãos cruzadas, segurando o queixo. Fez questão de olhar no olho de cada um ali a censurar e julgar. Entrou num dilema mental tentando decidir qual sensação queria desfrutar mais intensamente: indiferença pelo grupo sentado em torno dela, que se autointitulou a vanguarda do mundo; superioridade, pois a mesquinha era tamanha, não permitindo à mesquinhez desvelar seu egocentrismo; ou deleite, porque queria ver com seus próprios olhos a superioridade enterrá-los. Sorriu com malícia ao quinto, sentado da esquerda para direita. Era ele quem mais a subjugava. Voltou sua atenção ao chefe e sorriu, sorriu com seu riso mais debochado e discreto e deixou seu olhar falar. A reunião recomeça. E ouviu...

Ela deveria conduzir aquele encontro. Deveria apresentar ideias, táticas, estratégias, linhas de ação, planos, proferir a ideologia, conduzir, liderar. Mas não. Aguardou ansiosamente ser questionada. Quando foi, inclinou orgasticamente a cabeça para trás, com um sorriso mostrando os dentes, escorregando ainda mais o corpo na cadeira.


Constatou que seu corpo estava confortavelmente esparramado, com todos os olhares compenetrados nela e seu chefe segurando a respiração ao esperar sua resposta. O silêncio na sala era avassalador. E falou...

Não. Naquela manhã, não esperassem nada dela, assim como não esperassem nada de ser humano algum. Não. Naquela manhã, ela seria mais um, seria da massa. Não. Naquela manhã, a ideia não seria criativa, não seria o que esperavam dela; simplesmente, foi inovadora: seria senso comum. Não. Naquela manhã, quis surpreender: a tática, o plano de ação, a estratégia seria deixar a história seguir seu curso. Aconselhou, com olhos arregalados e voz de sabedoria, que a roda da história se encarregaria de tudo. Não. Naquela manhã, o plano era não conduzir tão ferrenhamente, era liderar sorrateiramente, era induzir as pessoas, persuadi-las a fazer o que elas achassem melhor, e não o que eles queriam de fato. E observou...

O silêncio destruidor tomou conta da sala. A mesa balançava com o chacoalhar das pernas ao expressar a tensão muda. Estava entorpecida com o que via e sentia. Respirou fundo e proferiu...

Um espectro ronda a humanidade... a história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história do salve-se quem puder. Quem pode se salvou e, com unhas e dentes, manteve o que pôde. Degolem todos, foi o exigido pelo grupo ali presente. Com sua tranquilidade mórbida, falou... Não. Naquela manhã, não faria absolutamente nada a não ser executar *ipsis litteris* o que fosse decidido pelos homens e mulheres. E suspirou perseverante...

A Revolução foi embora naquele momento, satisfeita consigo mesma. Ela havia começado naquela manhã, quando ignorou o despertador. Com os fones no ouvido, cantou sem pudor que, assim como Belchior, aquele amigo que embarcou com ela cheio de esperança e fé já se mandou, oh! oh! oh!

Decidiu não pensar em nada. Antes de esvaziar a mente, pensou como seu velho: se o homem é formado pelas circunstâncias, será necessário formar as circunstâncias humanamente. E não pensou... 

*Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), historiadora pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) e diretora adjunta da Fundação Criança de São Bernardo do Campo (SP).





I N S T I T U T O
FILANTROPIA

FAÇA PARTE DA
MAIOR REDE DE
CONHECIMENTO
TÉCNICO E DE GESTÃO
DE ORGANIZAÇÕES
SOCIAIS!

AFILIE-SE:

www.institutofilantropia.org.br



CULTURA EM PROGRESSO

Não dá para negar que ainda há um longo caminho a ser trilhado para que haja, efetivamente, uma cultura de doação no Brasil. No entanto, essa é uma missão que vale a pena ser empreendida, afinal, temos um terreno bastante fértil para esse acultramento

Por Paula Craveiro

Mobilizar recursos é uma tarefa bastante árdua. Os incentivos existentes são, em grande parte, relacionados a projetos específicos, fator que limita o desenvolvimento institucional das organizações.

Para que haja recursos disponíveis em abundância (ou o mais próximo possível disso), é preciso que eles sejam gerados desatrelados de projetos, de modo a fomentar uma cultura de doações e de financiamento coletivo, como se vê em outros países.

Sem dúvida, a “cultura de doação” no Brasil é bastante incipiente. Ainda é muito baixo o número de brasileiros que têm o hábito de doar, seja seu tempo, seu dinheiro ou sua mão de obra para as organizações sociais. Contudo, movimentos têm buscado mudar esse cenário, promovendo a cultura de doação no país. ▶

ENTENDENDO O CONCEITO DE DOAÇÃO

A doação é um campo com muitas dissonâncias, considerando-se o fato de ser ainda recente e, portanto, necessitar de ajustes de foco e de novos pontos de vista.

No Brasil, o conceito de doação é frequentemente revestido de uma conotação assistencialista, caracterizada pelas relações assimétricas entre os atores e simbolizando, para muitos, uma modalidade de descompromisso social — como o de quem prefere pagar para não precisar agir. Isso explica o fato de que “colocar a mão no bolso” tende a ser visto como uma das principais formas de doação.

Toda organização social precisa de recursos financeiros — dinheiro para manter seus projetos, para garantir seu funcionamento. Não há dúvida quanto a isso. O modelo de financiamento das organizações da sociedade civil no mundo prevê seu financiamento a partir da doação em dinheiro dos indivíduos. Portanto, é comum que haja essa visão de que é preciso dinheiro para poder ser um doador.

“Mas é possível ampliar e rever essa perspectiva. Em primeiro lugar, porque doar não se resume a aportar cifras. Também é possível doar recursos técnicos e humanos, por exemplo. Da mesma forma, a ideia de doação não está dissociada das causas que elegemos, no âmbito das empresas. Doar não é uma forma de omissão, mas sim de reconhecimento de pautas sociais, legitimando-as e, principalmente, fortalecendo os atores sociais envolvidos”, afirma Paulo Castro, economista e diretor-executivo do Instituto C&A.

EXISTE UMA CULTURA DE DOAÇÃO NO BRASIL?

Fazer doações para essa ou aquela instituição social não é novidade para o povo brasileiro. No entanto, isso costuma ser feito de maneira esporádica. Por exemplo, anualmente, no mês de dezembro, muitas pessoas se mobilizam para preparar as “sacolinhas de Natal” para creches e ONGs. Roupas, calçados,

brinquedos, produtos de higiene pessoal e doces são arrecadados para proporcionar um dia de felicidade na vida de crianças e adolescentes carentes. Outra situação é quando ocorre um desastre, natural ou não, em que há grande repercussão e, conseqüentemente, mobilização da população para arrecadação de alimentos, medicamentos e outros itens de primeira necessidade.

João Paulo Vergueiro, presidente da Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR), acredita que haja uma disposição natural do brasileiro para ajudar. “Mas ela é mais facilmente percebida em casos extremos, como na ocorrência de uma grande enchente, por exemplo. É uma disposição instintiva, que não é estratégica, que não é pensada de maneira que se promova a doação permanente. Não há a escolha uma causa para se defender, não há planejamento”.

Nesses dois casos fica evidente a boa vontade e a generosidade do brasileiro, que se dispõe, em nome do amor ao próximo e da solidariedade, a fazer o bem sem esperar nada em troca. Mas... e no restante do ano? Como ficam as crianças nos outros dias? E depois que o caos causado pelo impacto da tragédia for amenizado? Como ficarão as doações?

O conceito de cultura de doação visa estimular a doação contínua às instituições do Terceiro Setor, de modo que situações como as mencionadas anteriormente tenham prosseguimento e não sejam apenas auxílios pontuais. Seu objetivo é fazer com que as pessoas e as empresas compreendam a importância de ajudar regulamente as entidades.

CONSOLIDAÇÃO CULTURAL

Levando em conta a disposição natural mencionada por Vergueiro, por que é, então, que as doações não acontecem da maneira desejada pelas instituições? Como estimular o fortalecimento da cultura de doação no país?

♥ DAR TUDO DE SI...

“Doar é uma palavra bem curtinha, mas que representa algo muito grande. Não é apenas um sinônimo de dar. Possui um significado maior, pois quem realiza o ato de doar o faz pensando em seus beneficiários. Não é algo individual; é um pensamento em coletivo. A doação é um compromisso que as pessoas assumem com a generosidade e o amor ao próximo”.

ROBERTA ITO | Analista sênior de Captação de Recursos do Greenpeace Brasil.

Segundo Marcelo Estraviz, empreendedor do Terceiro Setor e presidente do Instituto Doar, a melhor maneira de estimular a doação é falar a respeito (sempre) e saber quando e como pedir ajuda. “É essencial que as organizações do Terceiro Setor falem sobre doações, que as incentivem, que aprendam a expor com clareza as suas necessidades, que estimulem o envolvimento dos doadores em potencial, sejam pessoas físicas ou jurídicas. Também é muito importante que elas saibam pedir ajuda a quem pode ajudá-la — e todo mundo pode ajudá-la”, afirma. “É preciso ainda que as ONGs divulguem números e pesquisas capazes de comprovar a importância dessa ação ao desenvolvimento de suas iniciativas. É necessário ter em mente que muita gente não doa por desconfiar do destino das doações. Por isso, transparência, informações claras e disponibilidade para atender aos possíveis doadores são alguns aspectos primordiais nesse processo”.

De acordo com a pesquisa *World Giving Index* 2014, divulgada pelo Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS) em novembro passado, temos hoje no país aproximadamente 33 milhões de doadores, o que nos coloca entre os dez países com mais doadores no mundo. Em termos comparativos, isso indica que dispomos de um contingente de doares equivalente a um Canadá inteiro doando. “Porém, acontece que, percentualmente, somente um a cada cinco brasileiros doa e, nesse sentido, ocupamos o 90º lugar no *ranking* dentre os 135 países pesquisados, com doações estimadas em R\$ 5,5 bilhões anuais”, lembra Estraviz.

É importante destacar que a criação e a consolidação de uma cultura de doação não dependem apenas das entidades do Terceiro Setor. Se você, leitor, já tem o hábito de doar, continue doando. Simples assim. Essa é a melhor forma de estimular as pessoas ao seu redor a seguirem os seus passos. “Doe e divulgue aos amigos que doou. Doe com seu filho; leve os brinquedos que ele não usa mais para uma creche perto de sua casa. Doe com os colegas do escritório, com seus amigos, converse com sua família sobre doações e qual poderia ser a próxima a ser feita entre todos. Ações sempre funcionam por meio do exemplo e não do discurso”, destaca Estraviz.

Para Vergueiro, “ainda estamos longe de podermos afirmar que temos uma cultura consolidada de doação no país. Para que isso finalmente aconteça, ‘doar’ tem que entrar na pauta das relações familiares, no cotidiano dos escritórios, nas disciplinas escolares. Tem que passar a ser discutido e praticado com regularidade, até se tornar um hábito. Temos muita solidariedade no país e isso já é um bom começo para que, com tempo, possamos ter efetivamente uma cultura de doação”, observa.

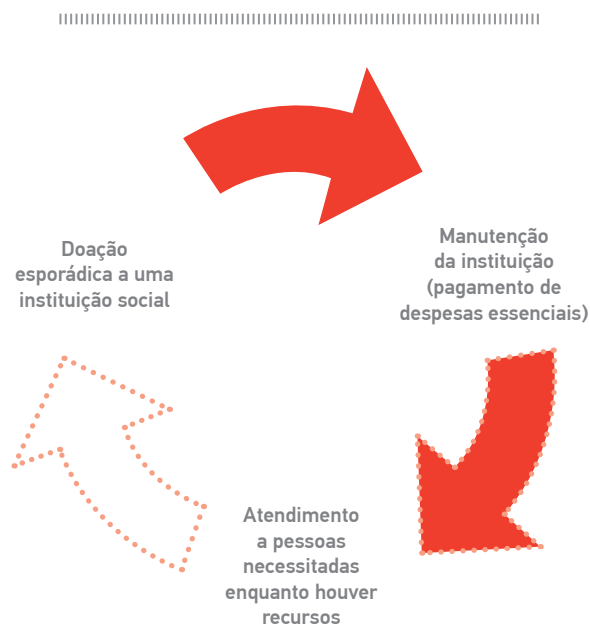
DOAÇÕES NO MUNDO

De acordo com dados da última edição da pesquisa *World Giving Index*, o número de pessoas que ajudou a terceiros (pessoas desconhecidas) chegou a 2,3 bilhões, indicando crescimento em torno de 200 milhões de 2012 para 2013.



CÍRCULO VIRTUOSO

Quando realizada regularmente, sem interrupções, a doação promove a continuidade dos projetos desenvolvidos e garante a manutenção da entidade social.



SINAL DE PERIGO

Doações realizadas de maneira instintiva e não planejada podem comprometer (e quase sempre o fazem) a continuidade de projetos e, em muitos casos, a sobrevivência da própria instituição.

Este ano, os Estados Unidos compartilharam o primeiro lugar no *ranking* com Mianmar. A pontuação alcançada de 64% é a mais alta já registrada. Os Estados Unidos são o único país a entrar no Top 10 nos três tipos de doação cobertos pelo estudo: ajuda a um estranho (1º lugar), voluntariado (5º lugar conjunto) e doações de dinheiro (9º lugar). “Lá há o tem o hábito de doar, herança dos pioneiros que chegaram ao país. Escolas e hospitais foram construídos pelos primeiros habitantes, sem patrocínios ou ajuda do governo. Isso criou o costume do apoio comunitário e toda família americana tem seu dinheiro reservado para doações”, explica Estraviz.

Já Mianmar (país do sul da Ásia continental) melhorou de seu segundo lugar conjunto em relação ao relatado em 2013, com um aumento de 58 para 64%. A liderança no *ranking* se deve, principalmente, a uma incidência extraordinariamente alta de doações de dinheiro, que apresentou aumento ainda maior este ano, chegando a 91% em comparação aos 85% do relatório passado. O levantamento indica ainda que nove entre dez pessoas em Mianmar seguem a escola Theravada de budismo, que prega que as vidas dos Sangha (monges e freiras ordenados) são sustentadas pelo dana, doações por seguidores comuns da religião. Isso se traduz claramente em uma forte cultura de solidariedade, com o país em primeiro lugar pela doação de dinheiro e 13 pontos percentuais à frente do país em segundo lugar.

Um dos destaques do relatório foi a entrada da Malásia em sétimo lugar — em 2013, o país ocupou a 71ª posição. Essa evolução reflete o aumento de 26 pontos percentuais em sua pontuação. “Foi uma mudança bastante ampla, refletida em aumentos nos três métodos de doação e em todos os grupos de idade e gêneros, sugerindo uma mudança de comportamento generalizada na Malásia”, informa o estudo.

O país foi pesquisado no período após o Tufão Haiyan, que atingiu o arquipélago das Filipinas, em 8 de novembro

de 2013. Portanto, os aumentos observados provavelmente refletem o desejo das pessoas da Malásia de ajudar seus vizinhos necessitados, seja ajudando um estranho, doando dinheiro ou por meio do voluntariado.

“Nos países que compõem o Top 10 do *ranking*, a doação está enraizada no dia-a-dia das pessoas. Tanto doar quanto pedir a doação. Isso vem de berço. Os governos locais reconhecem e estimulam a existência das organizações, que são valorizadas pelas pessoas; há lei de incentivo fiscal única, que não penaliza nem burocratiza o doador etc. Um cenário bem diferente do que acontece no Brasil”, pontua Estraviz.

FAZENDO A SUA PARTE

Conforme comentado no início desta matéria, a doação de dinheiro é, ainda, uma das formas mais comuns e relevantes de doação no país. Afinal, sem recursos financeiros, é praticamente impossível manter uma instituição em funcionamento e dar continuidade aos atendimentos prestados aos seus públicos. No entanto, existem outras maneiras igualmente válidas e importantes de ajudar.

Dentre essas maneiras, há a doação de heranças. Por aqui, é ainda algo bastante incomum, uma vez que poucas pessoas têm conhecimento dessa possibilidade. “Comecei a falar mais sobre isso desde que fui a Barcelona, em 2012, e vi anúncios de um conjunto de ONGs convidando as pessoas físicas a fazerem testamentos e deixarem parte de sua herança para alguma entidade social. Achei a ideia tão boa que comecei a conversar com algumas organizações aqui no Brasil para fazermos o mesmo. As poucas histórias que conheci de ONGs que receberam legados vieram de situações surpresa. Elas não esperavam receber esse dinheiro e mal sabiam o que fazer com ele”, conta Marcelo Estraviz.

♥ SOLUÇÃO DE PROBLEMAS SOCIAIS...

“Doar, para mim, é ser generoso sem ser superior. É colocar a pessoa ou organização que recebe em um lugar de igualdade com quem doa, permitindo que desta relação nasça uma conversa sincera sobre o que é necessário e o que não é. No fim do dia, estamos falando de um benefício de bem-estar a quem doa, ou podemos somar a isto a uma tentativa real de aprendizagem e apoio na solução de um problema social?”

Joana Lee Ribeiro Mortari | Articuladora do Movimento por uma Cultura de Doação no Brasil e conselheira do Instituto Geração e da Associação Cairuçu.

Além de ser algo pouco difundido, temos ainda uma legislação que dificulta esse tipo de doação, fato que acaba desestimulando as pessoas a doarem em seus testamentos. “No Brasil, os familiares podem questionar, após a morte, a decisão tomada por quem fez o testamento. Há ainda, com base na legislação específica de heranças, um dispositivo que limita a 50% a disposição dos bens no testamento. Porém, conforme essa possibilidade de doação é divulgada, acredito que, gradativamente, essas situações se ampliarão e os incômodos serão reduzidos”, diz João Paulo Vergueiro.

Estraviz conta que há envolvimento de alguns advogados especializados em Terceiro Setor para que não só essa situação seja mais simplificada, como também que não se tenha de pagar o chamado Imposto de Transmissão *Causa Mortis* e Doação (ITCMD), que é estadual e passível de legislações específicas.

Os interessados em se tornar doadores podem, ainda, doar bens materiais (computadores, televisão, aparelhos de monitoramento de pressão etc.), roupas e calçados, produtos de higiene pessoal, entre outros. Esses itens são de grande importância para a maioria das entidades, que, sem essa ajuda, precisariam comprar esses materiais e, assim, reduziram a verba disponível para outras atividades vitais.

Se você não dispõe de recursos financeiros ou materiais, não tem problema. Você tem a opção de doar sua mão de obra, seus conhecimentos. Como? Vejamos: um jornalista, por exemplo, pode dedicar parte de seu tempo para auxiliar uma entidade social a redigir um boletim informativo para seus apoiadores; um

advogado por prestar atendimento jurídico voluntário aos assistidos de uma organização; um médico pode realizar atendimentos gratuitos; um professor pode ensinar um grupo de adultos analfabetos ou dar aulas de reforço para crianças e adolescentes; uma bailarina pode dedicar parte de seu tempo a ensinar dança para crianças; uma cozinheira pode auxiliar na preparação de alimentos em creches, entre tantas outras possibilidades.

Outra maneira bastante positiva de ajudar é dedicar seu tempo. Parece uma coisa simples, quase boba, mas tempo é algo de que muita gente, infelizmente, não dispõe. Uma hora de conversa com um velhinho internado em um asilo ou de brincadeira com uma criança em um orfanato, por exemplo, pode ser gratificante e divertido para quem “gasta” esse tempo em uma visita (semanal, quinzenal, mensal), mas é infinitamente mais valiosa para quem se vê prestigiado — presenteado — com atenção e com carinho.

Também é possível doar sangue, medula óssea ou órgãos — em vida ou após a morte. Para isso, basta procurar locais como o Hospital das Clínicas, em São Paulo, ou alguma entidade da área da saúde para obter mais informações sobre como proceder.

DIA DE DOAR

Com vistas a estimular a prática da doação e facilitar a sua realização, foi criada no Brasil, em 2013, a iniciativa #diadedoar, uma plataforma online voltada para promover uma campanha global

TOP 10 PAÍSES NO WORLD GIVING INDEX, COM PONTUAÇÃO E PARTICIPAÇÃO EM COMPORTAMENTOS DE DOAÇÃO

	POSIÇÃO NO WORLD GIVING INDEX	PONTUAÇÃO NO WORLD GIVING INDEX (%)	PONTUAÇÃO DE AJUDA A UM ESTRANHO (%)	PONTUAÇÃO DE DOAÇÃO DE DINHEIRO (%)	PONTUAÇÃO DE VOLUNTARIADO (%)
Mianmar	1	64	49	91	51
Estados Unidos	1	64	79	68	44
Canadá	3	60	66	71	44
Irlanda	4	60	64	74	41
Nova Zelândia	5	58	69	62	44
Austrália	6	56	65	66	37
Malásia	7	55	63	60	4
Reino Unido	7	55	61	74	29
Sri Lanka	9	54	56	56	50
Trinidad e Tobago	10	54	75	49	37

Fonte: World Giving Index 2014.



Acima, grupo de voluntários da Recriar participa do Dia de doar; Abaixo, voluntários da Avon arrecadam brinquedos.

de doação, realizada no dia 2 de dezembro. Doar, de acordo com essa proposta, não significa apenas transferir dinheiro a alguém ou a alguma entidade. A campanha fala em doação de tempo, de sangue, de órgãos, de mantimentos, de agasalhos, entre outros recursos materiais ou intangíveis.

“Além de facilitar processos de doação, o site www.diadedoar.org.br promove a cultura da solidariedade ao colocar em contato pessoas e organizações que exercem sua responsabilidade social pessoal a partir da filantropia e organizações sociais, por vezes instituições de base comunitária que dependem de doações para cumprir sua missão”, explica Marcelo Estraviz, presidente do Instituto Doar.

Iniciada em 2012 nos Estados Unidos como uma ação para aproveitar a sequência do Dia de Ação de Graças, *Black Friday* e *Cyber Monday*, a campanha do #diadedoar é internacionalmente chamada de #GivingTuesday e este ano foi realizada em toda a América Latina e em países como Nova Zelândia, Canadá, Israel, Austrália, Singapura, Irlanda e Reino Unido. Celebidades, como os atores Jessica Alba, Edward Norton e Hugh Jackman, também aderiram.

No Brasil, a primeira experiência aconteceu em 2013, mas a data não foi alinhada à campanha global. “A grande diferença entre a iniciativa norte-americana e a brasileira é que, lá, o foco é a doação de dinheiro; aqui, queremos também incentivar outros tipos de doação, como a de tempo, por meio de voluntariado”, diz Estraviz.

Este ano, cerca de 16 mil parceiros no mundo, e 400 no Brasil, celebraram a data. 🇧🇷

Capte recursos na única plataforma
no Brasil com a opção de Campanha
Flexível e o Clube Mensal integrado.

Faça como milhares de
ONGs no Brasil: crie sua
campanha hoje na
Kickante e comece a
arrecadar em minutos!
www.kickante.com.br/crie
ou envie-nos um email:
falecom@kickante.com.br



CROWDFUNDING
PARA O TERCEIRO SETOR
É NA KICKANTE!


kickante
.com.br



CARTA GLOBAL DE PRINCÍPIOS

PROMOVENDO A VISÃO GLOBAL SOBRE O INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO

Por Felipe William

O conceito de filantropia está enraizado sobre as palavras gregas *philos* e *anthropos*, que podem ser traduzidas, respectivamente, como “amor” e “ser humano”. Logo, pode ser associada ao “amor ao ser humano” ou, de uma maneira mais abrangente, “amor ao próximo”. As ações filantrópicas ocorrem quando são realizadas atividades que ajudam outros indivíduos sem que haja interesse em qualquer tipo de retribuição, e essas ações são encabeçadas por organizações sociais.

No Brasil, as ações filantrópicas foram iniciadas pela Igreja Católica quando o Brasil ainda era uma colônia de Portugal. Essa atuação das igrejas no auxílio a comunidades mais necessitadas perdura por todo o período colonial. A partir do século XX, outras religiões também passam a se envolver em atividades voluntárias como políticas básicas de educação e saúde.

Já na década de 1930, devido ao amplo crescimento do país, da industrialização e da urbanização, é possível verificar um aumento da complexidade de diversos problemas sociais e, por esse motivo, surgem muitas entidades da sociedade civil. Em 1935 foi decretada a lei de declaração de utilidade pública, que regulamentava a colaboração do Estado com quaisquer instituições de fins filantrópicos.

Com o início do processo de redemocratização do país, com base na Constituição de 1988, verifica-se um aumento considerável da quantidade e variedade de associações que surgem, em um primeiro momento, devido à ineficiência da atuação do Estado no âmbito social. As ONGs tornam-se um meio alternativo de

atender a crescente demanda por serviços da sociedade, solicitados por uma quantidade razoável da população menos favorecida.

Na década de 1990, o tema “responsabilidade social” passa a sensibilizar muitas empresas do Brasil. O crescimento da participação de iniciativas privadas em políticas sociais do governo, aliadas às enormes carências, desigualdades e à incapacidade do Estado em resolver grande parte dos problemas sociais, aumenta ainda mais o destaque ao tema. Esse processo resulta no nascimento de diversas organizações comprometidas em mobilizar o setor privado em torno desse assunto.

ENTENDENDO O CONCEITO DE INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO

Segundo o GIFE, podemos definir o investimento social privado como um repasse voluntário de recursos de forma planejada, monitorada e sistemática para projetos sociais de interesse público. A associação possui mais de 130 associados e, juntos, representam mais de 30% do investimento social privado realizado no país.

No seu 5º Censo, em uma pesquisa realizada com seus associados, observou-se que foram aplicados mais de R\$ 2 bilhões em diferentes áreas sociais, beneficiando cerca de 24 milhões de pessoas. A área com maior foco por parte das organizações é a de educação, seguida por cultura, artes e meio ambiente.

Nos dias de hoje, pode-se perceber que a maioria dos investidores sociais privados é constituída por associações, fundações e empresas. Isso sugere que, de forma geral, tais investimentos são administrados tendo como base a lógica empresarial. Os programas podem ser executados de maneira própria, com foco em temas definidos e com uma margem menor de tempo para conclusão.

Quando falamos em investimento social privado, precisamos entender que ele está inserido dentro da responsabilidade social da empresa. Trata-se de uma forma de gerenciamento definido pela ética e transparência da instituição, com todos os públicos relacionados a ela, e pela criação de metas que alavancem o desenvolvimento sustentável da sociedade. Tal modelo de gestão respeita a diversidade e promove a redução de desigualdades sociais. Desse modo, pode-se dizer que o investimento social privado desempenhado pelas empresas tem como beneficiário principal a comunidade e faz parte de um todo maior, que é a responsabilidade social da empresa.

A CARTA GLOBAL DE PRINCÍPIOS

Um dos principais e mais importantes documentos relacionados ao investimento social privado é a Carta Global de Princípios para Dados do Investimento Social Privado, que tem como objetivo auxiliar instituições e organizações a ampliarem os dados sobre o tema e reconhecerem a diversidade do contexto em que estão incluídas. O documento foi elaborado por uma equipe de profissionais que atuam com coleta e difusão de dados por todo o mundo. O projeto teve a coordenação do *Worldwide Initiatives for Grantmaking Support* (WINGS) e foi traduzido

pelo GIFE a fim de que potenciais investidores brasileiros possam se aproximar e se sentir engajados a promover ações baseadas no investimento social privado.

A carta aborda o contexto histórico e os objetivos almejados com relação ao investimento social privado, demonstrados por meio de dados comprobatórios. Dentre algumas de suas finalidades encontra-se a promoção de uma visão global e o uso de dados sobre o investimento social privado. O documento também visa promover um fórum para analisar as eventuais necessidades e capacidades atuais com relação a esses dados.

Todas as instituições que dão apoio à carta partilham da ideia de que a implantação dos princípios e valores descritos é um fator primordial para que sejam aperfeiçoados dados sobre o investimento social privado. Expandir a visão e o impacto desse tipo de investimento é uma visão que muitas organizações do Terceiro Setor possuem e, para isso, buscam constantemente novos tipos de abordagens e estratégias para suprir, de maneira cada vez melhor, o seu público-alvo.

Para que dados como esses possuam credibilidade, é essencial que eles sejam abertos e respeitem todas as partes interessadas, tendo o comprometimento em se aperfeiçoar cada vez mais, podendo ser usados futuramente para amplificar o impacto social. Há quatro valores que servem como base para que sejam feitas a coleta e disseminação dos dados relacionados ao investimento social privado:

- **Abertura:** é parte primordial do processo; é necessário que os dados sejam abertos a terceiros, respeitando-se as restrições e direitos legais relacionados a direitos autorais;
- **Inclusão:** esse recolhimento de dados deve ter em vista a diversidade do setor e a natureza das organizações, as questões envolvidas e os contextos culturais onde são agem;
- **Respeito:** para que todo o processo seja baseado na confiança e legitimidade, é de extrema importância que sejam reconhecidos os provedores de dados e, nesse caso, todas as partes envolvidas devem assumir a responsabilidade por sua disponibilização;
- **Aperfeiçoamento:** todo o procedimento relacionado à coleta de dados deve ser monitorado pelas organizações e, com o aperfeiçoamento destes, é fundamental aplicar um *feedback* às partes interessadas à medida que os dados forem disponibilizados.

Com a criação desse documento e sua tradução, é perceptível que organizações irão poupar tempo e recursos no compartilhamento de informações, aliado ao desenvolvimento de novos sistemas e estruturas de dados. Dispositivos coordenados para o recolhimento de dados permitem que as instituições atuem cada vez menos de forma isolada e aumentem a ação cooperativa, podendo, assim, lidar mais efetivamente com questões críticas. 📌

DESDE 2005, OFICINAS ABERTAS NO
CANTO CIDADÃO.

**ABRA A
PORTA E
DEIXE O SEU
PALHAÇO
SAIR.**

PROGRAMAÇÃO E DESCONTOS ESPECIAIS PELO:
INFO@CANTOCIDADA0.ORG.BR

CANTO CIDADÃO

WWW.CANTOCIDADA0.ORG.BR

• (11) 3667 0167



RADAR 2014

AS PRIORIDADES, AS PREOCUPAÇÕES E A CONFIANÇA DAS NAÇÕES

Nos últimos anos, o perfil de prioridades das principais nações vem apresentando mudanças. Desde a crise financeira que abalou os principais mercados globais em 2009, as tensões, os desafios e as preocupações dos cidadãos pelo mundo têm oscilado, espelhando a instabilidade do contexto econômico mundial atual. Os resultados do estudo realizado anualmente pela Globescan¹ trazem avaliações dos principais problemas de cada nação e apontam as dificuldades

enfrentadas atualmente. A pesquisa também fornece informações relevantes sobre o nível de confiança da população nas diferentes instituições. Tais informações podem se converter em relevantes indicadores de suporte às definições estratégicas futuras de empresas, e inclusive de organizações não governamentais. Afinal, quais são os fenômenos de destaque em 2014? Que problemas se evidenciam como mais críticos para as nações globais? Quais são os *players* mais afetados como resultado do ambiente instável atual?

¹Um total de 24.542 cidadãos em 24 países foi entrevistado através de contatos face-a-face ou por telefone entre 17 de dezembro de 2013 e 28 de abril de 2014. A pesquisa no Brasil foi realizada pela Globescan em parceria com a Market Analysis. Dentre 5 dos 24 países, a amostra foi limitada a grandes áreas urbanas. A margem de erro por país varia de +/- 2,5 a 6,1%, 19 das 20 vezes.

A avaliação indica que as dificuldades econômicas e o desemprego continuam liderando as preocupações das diferentes nações. A preocupação com problemas econômicos deixa de ser a principal queixa da população, enquanto a ansiedade por falta de oportunidades de emprego tem apresentado crescimento, ocupando posição central entre os problemas percebidos. Ou seja, existe um aumento da apreensão com questões econômicas, como consequência das elevadas taxas de desemprego que se espalham principalmente nas grandes metrópoles globais.

Sabe-se que emprego gera forças subjetivas e de direção, dando foco, segurança e estrutura para o indivíduo. No entanto, tais forças são reduzidas, uma vez que novas oportunidades de emprego e perspectivas para o futuro parecem obscuras no contexto atual. Da perspectiva econômica, o desemprego é uma dimensão mais pessoal e específica e há tempos não atinge percentuais tão altos. As consequências nesse cenário vão muito além da perda do poder de compra. O desemprego resulta na gradativa desestruturação do indivíduo, no aumento da criminalidade e violência, e na queda do nível de confiança em instituições como governo e multinacionais, como indica o estudo da Globescan.

Não faltam exemplos para ilustrar os efeitos em sociedades que registraram a permanência de elevadas taxas de desemprego por longos períodos. Segundo o relatório sobre crise econômica, desenvolvido pela Cruz Vermelha², o desemprego pode levar à agitação social generalizada. Não somente a desocupação, mas a insegurança social também atua como agente propulsor dessa inquietação. Na Alemanha, por exemplo, quase metade dos novos contratos de emprego oferecidos desde 2008 são os chamados “miniempregos”, o que significa contratos de curto prazo. Enquanto esses “miniempregos” são melhores do que nenhum trabalho e também apresentam certa flexibilidade, esses trabalhos muitas vezes não promovem nenhuma segurança social. Efeitos semelhantes são percebidos em diversas nações espalhadas tanto pelo continente europeu como no restante do mundo.

Com a retomada do crescimento econômico em muitos países, a economia por si só deixa de ser mencionada como principal problema das nações, mas um indicador forte de desenvolvimento econômico — a geração de trabalho e renda — passa a ocupar a posição de maior problema ao redor do globo, indicando uma percepção de economia ainda fragilizada em diversos países. A falta de empregos é citada como o principal problema da nação por 17% dos entrevistados, considerando a média de 13 dos países consultados. Nesse mesmo sentido, apreensões com o aumento da miséria, a possibilidade de desalojamento por falta de recursos e a fome são preocupações que apresentaram aumento. Tais preocupações acerca do desenvolvimento econômico das nações e de estruturação social são elementos que compõem o cenário

Nos tempos de austeridade, ONGs são vistas como atores fundamentais para prestar auxílio às sociedades em condições cada vez mais precárias. No entanto, ao encontrar dificuldades em atender a todos de forma eficaz e duradoura, essa instituição é também penalizada com a perda de prestígio e confiança da população

negativo projetado para o futuro devido às expectativas mornas de melhoria no cenário social existentes nas diferentes nações.

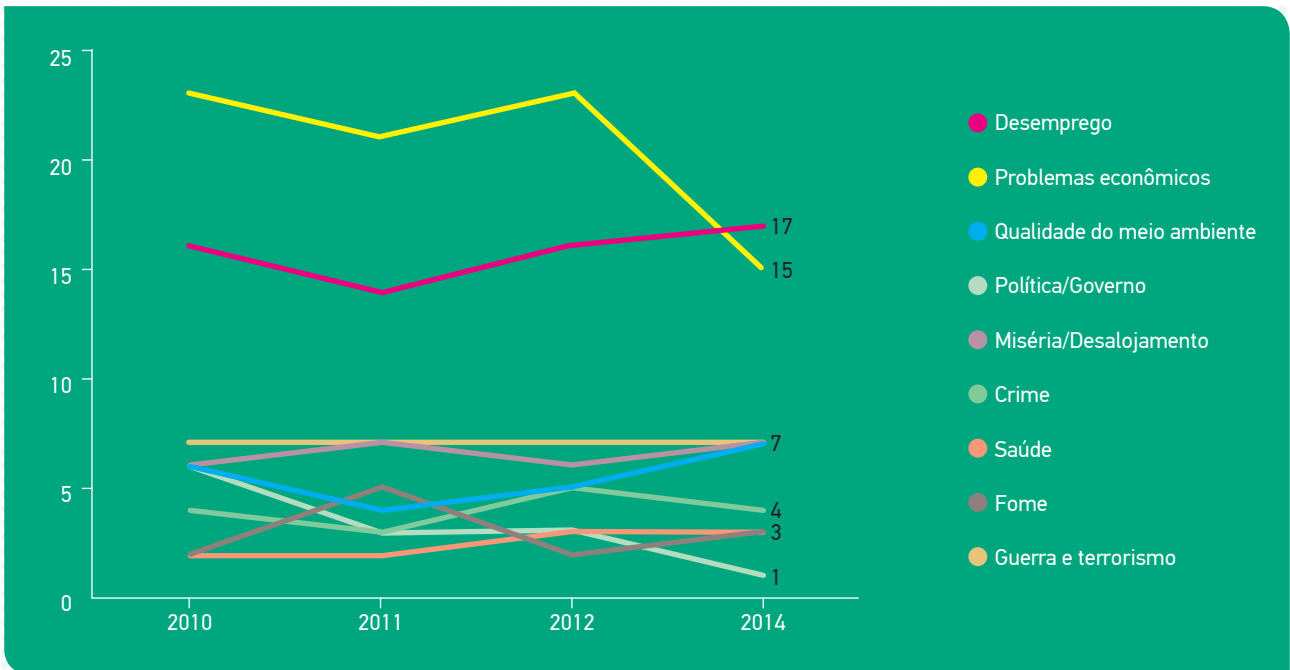
Por outro lado, um fator de preocupação que volta a aumentar é o de temas ambientais, que cresceu significativamente nos últimos três anos, alcançando o nível mais alto (7%) em 2014. Conforme as condições do meio ambiente se tornam mais problemáticas, maior é a preocupação pelo assunto. Por exemplo, foi registrado aumento da preocupação com problemas ambientais pela população chinesa conforme a qualidade do ar no país se torna cada vez pior. Segundo cientistas chineses, a poluição do ar tóxico do país agora é tão ruim que se assemelha a um inverno nuclear, diminuindo a fotossíntese nas plantas e potencialmente causando estragos na oferta de alimentos do país. No Brasil, reações semelhantes de apreensão ocorrem devido à atual falta de água na grande São Paulo.

Essas mudanças nos fatores socioeconômicos e no meio ambiente ocorrem em paralelo com o desgaste da confiança em várias instituições. Por exemplo, as empresas nacionais são, de longe, as mais afetadas, entretanto, as mudanças também afetam o prestígio das organizações não governamentais (ONGs), uma vez que estas tendem a ser vistas como grandes agentes fornecedores de auxílio. Esses fenômenos podem estar sinalizando uma falta de eficácia percebida pelo público na capacidade da sociedade civil organizada dar respostas competentes a esses problemas de desemprego e meio ambiente.

As instituições menos confiáveis estão associadas a interesses estreitos, tais como lucros e partidário político. O governo nacional e as empresas globais são as menos confiáveis. Em 2014, essas instituições atingiram -1 e -8% no nível de confiança dentre os 15 países consultados, respectivamente. Ainda, as empresas nacionais foram as mais prejudicadas, registrando perda de aproximadamente 16 pontos percentuais no último ano. O motivo dessa mudança significativa na confiança em empresas nacionais pode estar intimamente relacionado às questões da alta taxa de desemprego de cada país. E as incertezas tendem a

²International Federation of Red Cross and Red Crescent Societies (2013). Think differently: humanitarian impacts of the economic crisis in Europe. Geneva: IFRC.

PROBLEMA NACIONAL MAIS IMPORTANTE
Média dos 13 países (2010 – 2014)

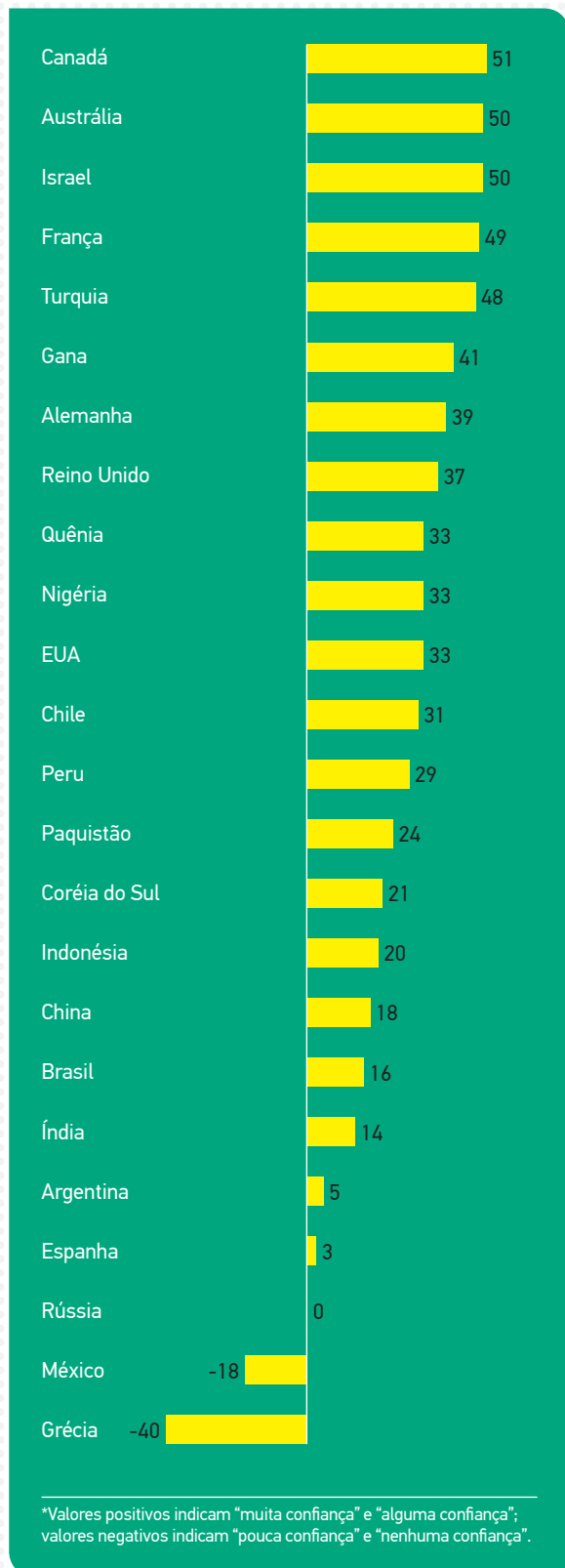


CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES
Média dos 15 países (2005 – 2014)



CONFIANÇA NAS ONGs*

Confiança por país (2014)



aumentar, uma vez que empresas passam a agir mais conservadora e defensivamente, portanto, não atendendo às expectativas socioambientais da população. Afinal, estariam as instituições não governamentais agindo da mesma maneira? E consequentemente sendo prejudicadas por motivos de ineficácia semelhante?

Nos tempos de austeridade, ONGs são vistas como atores fundamentais para prestar auxílio às sociedades em condições cada vez mais precárias. No entanto, ao encontrar dificuldades em atender a todos de forma eficaz e duradoura, essa instituição é também penalizada com a perda de prestígio e confiança da população. A confiança em ONGs apresentou o menor nível (27%) desde 2005 na média dos 15 países consultados. No entanto, continua sendo a instituição mais confiável entre todas as outras consultadas no estudo. De fato, as instituições mais confiáveis são as que têm essencialmente naturezas "progressistas", seja pela missão de desenvolver compreensão humana, trabalhando para os mais desfavorecidos na sociedade, ou incentivando a cooperação internacional. Ou seja, os mais confiáveis apresentam postura diferente da que outras instituições apresentam ter, como interesses estreitos como lucro e partidarismo político.

Afinal, a queda da confiança pelas ONGs é um fenômeno que acontece de forma igual em todos os países? Quais as alternativas e estratégias possíveis para rever o cenário fragilizado das instituições, governo e empresas?

O estudo aponta que a queda de eficácia não afeta todos os países igualmente. Entre os países desenvolvidos, a média de confiança nas ONGs se mantém mais alta. Esses ainda asseguram confiança e apoio do público. O Canadá apresentou maiores percentuais de confiança em ONGs, totalizando 51% que confiam muito nessa instituição. Por outro lado, os países em desenvolvimento sofrem mais com a desconfiança. No Brasil, apenas 16% afirmam depositar alguma crença nas ações dessas organizações. Na Grécia, que foi duramente afetada pelas crises financeiras, dificilmente se confia na eficácia dessas organizações.

Conforme a austeridade segue como uma das forças propulsoras desse aumento das preocupações, que atitudes podem ser incorporadas para reverter esse quadro de insegurança? Quais as medidas que as empresas, governo e ONGs podem incorporar a fim de assegurar a atenção, o apoio e o interesse da sociedade?

Do ponto de vista corporativo, empresas precisam reconhecer a crescente preocupação do público com as questões de emprego e comunicar seus esforços para criar postos de trabalho e contribuir para o crescimento econômico nacional. Por outro lado, ONGs podem se beneficiar de colaborações com instituições científicas e acadêmicas. Essas instituições detêm alto nível de credibilidade, e as ONGs podem se aproximar de especialistas para ajudar a resolver problemas sociais de forma objetiva. Além da compreensão dos aspectos sociais, assimilar as projeções de problemas sociais futuros é essencial para reestruturar estratégias e fornecer auxílio eficaz para a sociedade em curto e longo prazo. Tais cuidados podem reverter o quadro e resgatar a confiança de volta ao jogo. 🏡

Contribuir para a construção de um mundo mais justo e sustentável é responsabilidade de todos.

Prestar serviços com especialização, atualização e competência é **nosso compromisso.**



Quality
Associados

Consultoria e assessoria contábil, fiscal e trabalhista para o **Terceiro Setor**

visite nosso site www.qualityassociados.com.br ou ligue para (11) 3837-0000



INSTITUTO AKATU LANÇA NOVA PLATAFORMA PARA O TESTE DO CONSUMO CONSCIENTE

O Instituto Akatu lançou uma nova plataforma para o Teste do Consumo Consciente (TCC), ferramenta criada pela organização e utilizada como instrumento de avaliação e orientação do perfil de consciência do consumo de pessoas e comunidades. O lançamento da nova plataforma conta com o apoio do Ministério do Meio Ambiente. O TCC foi adaptado ao universo virtual, possibilitando o cadastro e o compartilhamento dos resultados nas redes sociais. Pela nova ferramenta, ao fazer o Teste, cada pessoa conhece em tempo real seu grau de consciência diante dos atos de consumo (sabendo se é um consumidor indiferente, iniciante, engajado ou consciente), e fica sabendo em que perfil de consumo se encontra, comparado com o perfil dos demais brasileiros, delineado pela Pesquisa Akatu realizada periodicamente.

tcc.akatu.org.br



amfAR ABRE EM JANEIRO AS INSCRIÇÕES PARA FINANCIAMENTO DE PESQUISAS EM BUSCA DA CURA PARA A AIDS

A amfAR, Fundação para pesquisa da AIDS, abre as inscrições, no mês de janeiro, para propostas de organizações que estejam pesquisando sobre AIDS e o potencial da erradicação do vírus HIV. A instituição criou um novo fundo de financiamento, chamado *Impact Grants*, que visa apoiar o desenvolvimento de estudos nos quais os dados preliminares tenham indicado uma promessa genuína para a cura da AIDS. O período de financiamento é de quatro anos, com 2 milhões de dólares de subsídio total, incluindo até 20% de custos indiretos. O fundo tem como objetivo eliminar de forma segura ou controlar os reservatórios de HIV em pessoas infectadas. Ao todo, três organizações serão escolhidas para receber o subsídio e os aprovados serão anunciados em 1º de julho de 2015. Para mais informações, escreva para: grants@amfar.org

NATURA INAUGURA PLATAFORMA ONLINE DE COLABORAÇÃO SOCIAL POR MEIO DA CONEXÃO COM VOLUNTÁRIOS

A Natura, multinacional brasileira de cosméticos e produtos de higiene e beleza, acaba de lançar oficialmente uma plataforma online de colaboração social. Batizada de Movimento Natura, a iniciativa tem como objetivo identificar causas socioambientais relevantes e contribuir para que elas cresçam e sejam levadas adiante por meio da conexão com voluntários que tenham interesse em "doar" seu tempo e, assim, propagar suas habilidades.

www.movimentonatura.com.br

CAMPANHA "5 ATITUDES PARA INCENTIVAR A EDUCAÇÃO"

Todos os que participam direta ou indiretamente do dia a dia das crianças e jovens: família, escola e comunidade, envolvem-se em um processo de corresponsabilização. Essa é a proposta do novo projeto de mobilização da Todos Pela Educação, o "Todos Somos Educadores". A iniciativa foi lançada no dia 14 de novembro, em São Paulo. Nessa nova etapa, foram divulgadas "5 atitudes" que devem ser entendidas como foco para os alunos e outros atores que estão ligados à aprendizagem. São elas: 1) valorizar os professores, a aprendizagem e o conhecimento; 2) promover as habilidades importantes para a vida e para a escola; 3) colocar a educação escolar no dia a dia; 4) apoiar o projeto de vida e o protagonismo dos alunos; 5) ampliar o repertório cultural e esportivo das crianças e dos jovens.

www.todospelaeducacao.org.br



FUNDO DE INOVAÇÃO GLOBAL MANTÉM LINHA ABERTA PARA RECEBIMENTO DE PROPOSTAS

O recém-lançado Fundo de Inovação Global (*Global Innovation Fund*) está recebendo propostas de soluções inovadoras que abordem os principais desafios do desenvolvimento e tenham um impacto maior que as abordagens atuais, principalmente para os pobres e grupos vulneráveis. O financiamento varia de 30 mil a 10 milhões de libras (em torno de R\$ 110 mil a R\$ 39 milhões), dependendo do projeto apresentado. O Fundo está atualmente funcionando como uma organização *start-up*, conforme verificado pela Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR). A página do Fundo está disponível em inglês e também em português. Porém, como informado no próprio site, as propostas por enquanto estão sendo recebidas apenas em inglês e podem ser enviadas a qualquer momento.

📄 www.globalinnovation.fund



NOVA PARCERIA DO UNICEF PERMITE POUVAR NAS COMPRAS ONLINE E DOAR PARA AS CRIANÇAS

O comércio eletrônico no Brasil já tem 51,3 milhões de consumidores, de acordo com o E-bit. É nesse cenário que o Poup ajuda as pessoas a economizar nas compras online. Agora, além de poupar na internet, o consumidor pode apoiar milhares de crianças no Brasil e no mundo que vivem em situação de risco. Juntos, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Poup lançarão algumas campanhas para engajar esses consumidores na causa da infância. Uma das iniciativas da parceria, por exemplo, é que, ao acumular o valor mínimo de R\$ 30,00 e pedir o seu dinheiro de volta na área “Meu Poup”, o consumidor poderá optar por doar essa quantia para o UNICEF, em vez de recebê-la na sua conta do banco ou Paypal.

📄 www.nacoesunidas.org

CIDADÃO PODE USAR APLICATIVO PARA NOTIFICAR PROBLEMAS NO RIO DE JANEIRO

Agora, os moradores do Rio de Janeiro podem utilizar o aplicativo Olhos da Cidade, para *smartphone*, a fim de cobrar da prefeitura problemas pontuais. Por meio do novo serviço, o cidadão indica a ocorrência, como chuva, vento forte, falta de energia, sinais de trânsito apagados, névoa, fogo, fumaça, alagamento, deslizamento de encosta e até mesmo protestos. A plataforma disponibiliza as notificações no mapa, com detalhes de endereço e horário, para todos os usuários, além de enviar os dados diretamente ao Centro de Operações do Rio (COR). O Rio é a primeira cidade do Brasil a utilizar a tecnologia, que foi testada durante a Copa do Mundo no sistema iOS. Por isso, a versão para iPhone já está em português. Para Android, o aplicativo ainda está em inglês, mas será traduzido em breve.

📄 www.agenciabrasil.etc.com.br

PROGRAMA AMÉRICA LATINA DA FUNDAÇÃO OPEN SOCIETY RECEBE PROPOSTAS DE FORMA CONTÍNUA

A Fundação *Open Society*, criada por iniciativa do investidor George Soros, mantém o Programa América Latina com financiamento para projetos de organizações da sociedade civil da região. Podem ser solicitados recursos para iniciativas na área de transparência e *accountability*, debate e diálogo sobre políticas públicas, direitos humanos e segurança dos cidadãos. A página da Fundação *Open Society* indica que organizações interessadas em receber financiamento devem enviar uma carta de solicitação de uma ou duas páginas falando sobre a instituição, descrevendo o projeto e informando o valor total de financiamento solicitado.

📄 www.opensocietyfoundations.org

ARTE CANDANGA

A **Associação Arte Candanga** foi criada em 2003, em Taguatinga, no Distrito Federal, e trabalha com diversas técnicas de costura e *patchwork*. A organização possui portfólio diversificado de produtos artesanais. A confecção de pequenas frutas e flores com enchimento é a especialidade do grupo de artesãs. O objetivo da associação é contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos envolvidos no projeto e para a geração de renda.

www.facebook.com/ArteCandanga

Carrinho Flor

Valor: R\$ 56,00



ASSOCIAÇÃO RESSURGIR

Fundada em janeiro de 1995, a **Associação Ressurgir – Escola de Família** reúne mães da comunidade para produzirem peças de *design*, alegres e práticas, para atender a busca do cliente por uma peça artesanal e diferenciada. A instituição oferece oficinas, nas quais as artesãs aprendem a bordar, fazer crochê, pintar em madeira e em tecido, além de cortar e costurar, de modo a formar grupos produtivos. As peças artesanais são feitas uma a uma com todo carinho e dedicação.

www.ressurgir.org.br

1. Necessaire Rio G

Valor: R\$ 59,00

2. Almofada Arcos da Lapa

Valor: R\$ 59,90

3. Necessaire Rio M

Valor: R\$ 49,00





BUSSON ECO-ARTE

O **Grupo Busson Eco-Arte** foi criado em São Gonçalo, no Rio de Janeiro, em 2008, e realiza a confecção de bolsas em tecido. Para aperfeiçoar seus produtos, desde 2011, os artesãos participantes vêm se especializando em bolsas mais elaboradas, surpreendendo, a cada coleção, com produtos únicos. Hoje, a organização contribui para a preservação da natureza e para a geração de renda à comunidade.

 bussonecoarte.blogspot.com.br

- 1. Mochila Forget Me Not**
Valor: R\$ 169,00
- 2. Bolsa Vice Versa Verão 2015**
Valor: R\$ 29,90
- 3. Bolsa Lagoa P com alça rosa Forget Me Not**
Valor: R\$ 69,00



DEDO DE GENTE

A **Cooperativa Dedo de Gente** surgiu, em 1996, da necessidade de engajar os jovens da cidade de Curvelo, Minas Gerais, em atividades criativas e empreendedoras. É o resultado do aprendizado e do trabalho artesanalmente concebidos e pacientemente aprimorados pelas diversas unidades de produção solidária. A cooperativa conta com oficinas de arte e ofícios artesanais, utilizando madeira, ferro, barro, bordados, panos, tintas de terra, flores do campo e frutas do sertão e do cerrado, sob a forma de doces, licores e geleias.

 www.dedodegente.com.br

- 1. Árvore Porta Copos para Velas**
Valor: R\$ 129,00
- 2. Fruteira Arruela**
Valor: R\$ 189,00
- 3. Árvore Fuxico Porta Recados**
Valor: R\$ 59,00



◀ FELIPE MELLO é radialista, palestrante e diretor da ONG Canto Cidadão, fundada para produzir e democratizar informações sobre cidadania e direitos humanos.

2014: O ANO QUE NÃO ACABOU

15h. Quarta-feira. Fim de expediente. Trabalhadores deixam sorridentes seus locais de trabalho, seguem até o pátio das empresas, montam em suas bicicletas e rumam para as suas casas. Pedalando pelos incontáveis quilômetros de ciclovias que cruzam os mais remotos rincões da cidade, celebram sem economizar gracejos e propagandeando os dias que se aproximam. Afinal, é a véspera de um aguardado feriado prolongado. As 30 horas de jornada regular semanal de trabalho pediam uma trégua.

O ano? 2114.

O motivo do feriado? Celebração do centenário do ano que não acabou.

Aos que ainda vivem no presente, abraçados mais aos traumas vividos que às esperanças ativas vindouras, possibilidade de susto e incompreensão. Aos que aprenderam com o passado, mas escolheram protagonizar o futuro, confirmação daquilo que sempre se suspeitou: uma nação digna só se faz com gente digna disposta a agir dignamente. 2014 foi o ano que não acabou porque ali começou a Grande Revolução da Dignidade Brasileira.

Chegando à capital paulista para o feriado, um distinto senhor observa seu neto enquanto trens climatizados os conduzem do aeroporto de Guarulhos até o litoral sul. A paisagem inspira, em especial pelas margens arborizadas do rio Tietê, com milhares de pessoas se acomodando para seus tradicionais piqueniques e outros tantos se banhando e praticando esportes. Inúmeras bandeiras brasileiras tremulando com as suas 28 estrelas brancas espalhadas sobre o azul. Saindo da cidade, trilhos paralelos à rodovia dos Imigrantes avançam, com suas janelas preenchidas por uma reserva de mata atlântica cada vez mais vibrante e rica.

O neto rompe o silêncio, indagando:

— Vô, o senhor ainda não tinha nascido em 2014, né?

— Não, meu querido. O vô nasceu um pouco depois. Mas meu pai, o seu bisavô, já era homem crescido naquele tempo.

— Entendi. E ele falava do ano que não acabou?

— Ah, sim. Muito. Eu adorava ouvir cada detalhe.

— E o senhor pode me contar?

— Claro que posso.

E o avô começou a falar, com brilho crescente nos olhos.

— Aquele ano foi diferente dos outros porque as pessoas começaram a entender de verdade que Ética não serve para nada se para na garganta. Ela só existe quando vira gesto das nossas mãos, todos os dias. De resto, é cacoete de gente preguiçosa, mal-intencionada ou as duas, dizia meu pai. Ele contava de todas as coisas sujas que apareceram, uma atrás da outra. Bandidos presos. Máscaras de políticos indo ao chão depois de tantas promessas vazias. Mas ele sempre terminava dizendo: “isso não veio de graça, não veio de cima para baixo, e só vai continuar assim se for sempre de baixo para cima”. Hoje eu entendo. Saudades do meu velho.

O garoto fitou a expressão emocionada do avô. A memória de um pai querido e já ido raramente passa despercebida a quem fica e segue amando. Uma pequena lágrima nascia tímida no canto de seu olho esquerdo. Ambos respeitaram aquela pausa, uma sublime suspensão do tempo, rompida pelo menino, que, abraçando seu avô à altura da cintura, sugeriu:

— Quando a gente chegar, vamos escrever uma carta para o biso lá na praia? Acho que ele ficaria feliz de saber que a gente pensa nele e que essas coisas feias não acontecem mais.

— Sim, vamos fazer isso. E vamos fazer outra coisa que o deixará muito feliz. Você sabe que ele trabalhava costurando coisas, né?

— Eu sei. O melhor alfaiate da Mooca.

— É, esse era ele — confirmou, rindo, o avô.

— E o que a gente vai fazer além da carta?

— Eu trouxe comigo uma velha bandeira brasileira. Tão antiga que ela só tem 27 estrelas. Vamos bordar a 28ª nela! Meu pai me dizia que era uma imensa alegria cada vez que alguém trazia sua bandeira para fazer isso.

— Não entendi, vô.

— É que, algum tempo depois do ano que não acabou, a nossa bandeira ganhou uma nova estrela. Nós! Finalmente estava claro para todos que nada poderia dar certo sem muita gente cuidando de muita gente.

— Que legal!

Quando o senhor acabou de falar, o menino disse sua última frase já em disparada, descalçando as sandálias e invadindo a areia branca. O avô sentiu a areia morna roçando em seus pés.

Olhando para o mar aberto de água quase transparente, sentiu-se em paz por saber que seu neto nasceu está crescendo num tempo em que a maior das inteligências é aquela que se compartilha em busca do aprimoramento da convivência. 🏠

P.S.: Todo final de ano, eu faço votos para o ano seguinte. Resolvi mudar. Aqui registro os meus votos para os próximos 100 anos. Utópicos e potencialmente inocentes. Mas é o seguinte: depois de um ano tão intenso, desgastante e mal-cheiroso como 2014, eu e você, leitor atento e comprometido com o Brasil, talvez mereçamos uma lufada de ar fresco.

••• **SIM!** •••

O RÁDIO ESTÁ NA INTERNET



A Rádio Tom Social é a primeira emissora online do Brasil com seguimento para área social com objetivo de democratizar a informação do terceiro setor.

**Transmissão 100%
na internet**

**com o melhor da MPB, Rock Nacional
além de informações sobre
o Terceiro Setor.**

Um canal do



Produtora



**RÁDIO
TOM SOCIAL**

www.

**radiotomsocial
.org.br**

Mais de
550.000
Usuários atendidos
direta e indiretamente

20
Estados
+ DF

Mais de
100
Formações
realizadas

Mais de
1.500
Entidades
Socioassistenciais
Assessoradas

Mais de
4.300
Profissionais da
Política de Assistência
Social capacitados

A PAULUS participa da
implantação do Sistema Único
de Assistência Social - SUAS,
por meio do Assessoramento
técnico às entidades
socioassistenciais de todo o
Brasil.

Núcleo
PAULUS DE FORMAÇÃO,
PESQUISA E DISSEMINAÇÃO SOCIAL

